

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

THALES SPERONI PEREIRA DA CRUZ

**O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA EM
EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Porto Alegre, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

THALES SPERONI PEREIRA DA CRUZ

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA EM EMPREENDIMENTOS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Monografia submetida ao Departamento
de Sociologia da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul para obtenção do título
de bacharel em ciências sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lorena Holzmann

Porto Alegre, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA EM EMPREENDIMENTOS
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A banca examinadora resolveu atribuir o conceito A ao aluno Thales Speroni Pereira da Cruz na disciplina HUM 04823 – Trabalho de conclusão – Sociologia, pela apresentação desta monografia.

Banca Examinadora:

Profª Drª Lorena Holzmann
(orientadora)

Prof. Dr. Antônio David Cattani

Prof. Dr. Carlos Schmidt

À minha mãe, pelo amor, pelo apoio e por ter me ensinado que tudo muda.

AGRADECIMENTOS

Concluir a graduação em uma instituição pública representa uma responsabilidade, mais do que o agradecimento por meio de palavras, é necessário o desenvolvimento de uma carreira profissional implicada na luta dos trabalhadores. Espero que este trabalho seja o início do meu agradecimento à UFRGS.

Muitas foram as pessoas que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse realizado e por isso agradeço:

À professora Lorena Holzmann cuja orientação, exemplo e amizade foram importantes não somente para a produção deste trabalho, mas para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Às professoras Marta Enciso, Aitziber Mugarra e Arantza Echaniz que com tanta atenção me receberam em Bilbao.

Os professores Antonio David Cattani e Carlos Schmidt por aceitarem participar da banca e pela colaboração à minha formação.

Os amigos José, Sofia, Solh, Ivan e Ortzi pela amizade e contribuições fundamentais.

E aos trabalhadores e trabalhadoras com que tive contato em Bilbao e em Porto Alegre e que comigo compartilharam relatos sobre suas lutas cotidianas por uma vida melhor.

*Uma coisa negra sobre a neve clara
grita: "Limpa-dor!", com acentos de dor!
"Onde estão teus pais?", alguém lhe perguntara.
"Foram para a Igreja cantar seu louvor.
Porque eu era alegre, porque eu era forte
e sorria sobre neves de alva cor,
me vestiram estes vestidos de morte,
me ensinaram cantos e notas de dor.
E porque me alegro, porque danço e canto,
supõem que disso não me vem injúria.
Vão louvar a Deus, mais ao Vigário, e ao Rei,
que fazem um céu com a nossa penúria."*

William Blake – "O Limpador de chaminés"

RESUMO

Com as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir do final do século XX que levaram a uma intensificação da precarização do trabalho e o aumento do desemprego, as alternativas de geração de emprego e renda, sobretudo as que buscam efetivar-se por meio da autogestão, possuem grande relevância.

Nesse sentido, o presente estudo problematiza o desenvolvimento da autonomia coletiva em empreendimentos de economia solidária. Entende-se que este processo é composto por duas dimensões dialeticamente relacionadas: a das práticas, que se refere à forma como o empreendimento organiza seu cotidiano por meio de procedimentos e normas, e a da *experiência* (THOMPSON, 1981), noção que alude à forma como os sujeitos vivem as relações sociais (sobretudo laborais) que estão inseridos e que pode servir de parâmetro para ações futuras.

Sendo assim, esta pesquisa busca responder o seguinte problema: *qual a capacidade dos empreendimentos de economia solidária em constituir práticas de forma autônoma que tenham o potencial de estabelecer uma contestação do trabalhador aos valores internalizados durante sua trajetória ocupacional como assalariado?*

Denominam-se enquanto *indicadores contingentes* os elementos que têm capacidade de influência positiva e/ou negativa no desenvolvimento da autonomia coletiva: o processo de trabalho, a relação com agentes externos, a divisão dos ganhos, o processo decisório e o histórico ocupacional.

A fim de responder o problema proposto, identificando a atuação dos indicadores contingentes, realizaram-se dois estudos de caso: um em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre (Brasil) e outro em uma cooperativa de serviços sociais de Bilbao (Espanha). Foram feitas entrevistas em profundidade, análise documental e de discurso e observação sistemática do cotidiano de trabalho.

Os empreendimentos mostraram-se viáveis economicamente, com metas de diversificação da produção, apesar do caso espanhol demonstrar forte dependência de recursos governamentais.

Detectou-se nesse estudo, a dificuldade dos empreendimentos em superar o modo de encarar o trabalho internalizado durante a experiência assalariada, o que leva a uma conduta passiva dos trabalhadores em relação à participação nas decisões das cooperativas. Foram identificados como elementos que tendem a reforçar esta situação: a divisão de ganhos por produção individual, a inexistência ou fragilidade de um plano de formação, o distanciamento entre o cotidiano de trabalho e os espaços de participação, a contratação de assalariados e um modo de operação do poder por *gestão de quadros*.

Palavras - chave: autogestão; economia solidária; autonomia coletiva; cooperativismo; experiência.

ABSTRACT

When we face the major changes that took place at labor relations since the end of the 20th century, which led to an intensified instability and increased unemployment, we become aware of the great importance that shall be given to the alternatives of employment and income generation – above all, those that try to reach such goal by self-administration associations.

In this context, this paper analyzes the development of collective autonomy at supportive economy enterprises. It is known that this process is compounded by two dialectically related dimensions: those of the practice, that refers to the way enterprise arranges its routine through procedures and norms, and those of the *experience* (THOMPSON, 1981), a term that alludes to the way subjects live their social relations (specially labor ones) on which they are inserted and that may serve as a parameter for future actions.

Thus, this research seeks to answer the following question: *how far goes the capability of supportive economy enterprises to build practices on autonomous basis with enough potential to establish a retort of the employee to the values that were ingrained while conventional employing experience was set?*

We consider *contingent indicators* the elements that have capability of positive and/or negative influence on the development of collective autonomy: the process of labor, the relation with external agents, the profit sharing, the decision process and the occupational history.

In order to answer the propounded question, identifying the way these contingent indicators act, two case-studies were performed: one at a manufacturing cooperative at Porto Alegre (Brazil) and the other at a social-services cooperative at Bilbao (Spain). It has been done deep interviews, documental and discursive analysis and the systematic observation of labor routine.

The enterprises have proved to be economically viable, with production diversification goals – despite the great dependence on governmental funds that the Spanish case has shown.

This study turned possible to register the hardship that those enterprises have on overcoming the way its associates face the work activities – which was instill while conventional employing experience was set – since it leads these workers to a passive attitude with regard to taking part in the cooperative decisions. Observations have identified some elements that tend to reinforce this behavior: the profit sharing on individual production basis, the inexistence or fragility of a plan in the making, the detachment between labors routine and the spaces of debate, the employee's admissions and a *board management* power administration mode.

Keywords: self-administration; supportive economy; collective autonomy; cooperatives; experience.

RESUMEN

Las transformaciones en el mundo del trabajo ocurridas a partir del final del siglo XX implicaron una serie de alteraciones de las condiciones de trabajo dando lugar a situaciones cada vez más precarias y así mismo, generando un aumento del desempleo, ello favoreció la busca de otras alternativas de empleo y renta.

El presente trabajo analiza el desarrollo de la autonomía colectiva en la forma de economía solidaria. Entiéndase que este es un proceso compuesto por dos dimensiones dialécticamente relacionadas: la primera trata la forma de emprendimiento, su organización, su cotidiano, sus normas y la segunda, conocida como la llamada de *experiencia* en la concepción, definida por THOMPSON (1981). De acuerdo con el autor la experiencia tiene que ver con la forma en como los sujetos viven sus relaciones sociales, principalmente las laborales, y como estas sirven de parámetros para acciones futuras.

En este punto, surge la siguiente pregunta: ¿Cual es la capacidad de los emprendimientos de economía solidaria para constituir prácticas autónomas con potencial de respuesta, por parte del trabajador, a los valores inculcados durante su trayectoria ocupacional como asalariado? Son considerados como *indicadores contingentes* los elementos que tienen capacidad de influencia positiva y/o negativa en el desarrollo de la autonomía colectiva: el proceso de trabajo, la relación con los agentes externos, la dimisión de las ganancias, el proceso de decisión y el histórico ocupacional.

Con el objetivo de buscar respuestas a las cuestiones citadas e identificar la actuación de los factores contingentes realizamos dos estudios tipo; el primero en una cooperativa de modistas en Porto Alegre (Brasil) y el segundo en Bilbao (País Vasco) en una cooperativa de servicios sociales. Se realizaron entrevistas técnicas, labores de documentación además de observaciones sistemáticas del trabajo cotidiano. Cabe destacar que ambos casos se mostraron viables económicamente a través de ramas de diversificación de la producción. Es necesario destacar que en el caso europeo hay una dependencia importante de la subvención estatal.

Para concluir, debemos subrayar que existe una dificultad en la forma de interiorizar el trabajo durante experiencias previas asalariadas, que llevan a los trabajadores a una conducta más pasiva en la toma de decisiones al interno de la cooperativa. Fueron identificados elementos que refuerzan esta conducta como: la división de las ganancias, la falta o la fragilidad de un proceso de capacitación, el distanciamiento entre el trabajo cotidiano y los espacios de participación, y por último, la contratación de asalariados y una forma de operar con el poder que se clasifica como *gestión de cuadros*.

Palabras - clave: autogestión; economía solidaria; autonomía colectiva; cooperativismo; experiencia.

LABURPENA

XX. mendearen amaieran lanaren munduan buruturiko aldaketek, lan baldintzen eraldaketa bat gauzatu zuten, gizartean are eta egoera jasangaitzagoak sortuz eta, era berean, langabezia tasak igoaz. Honek beste lanbide eta irabazi mota batzuen bilatzea bultzatu zuen.

Proiektu honek, elkartasun-ekonomiaren barnean, talde-burujabetzak izan duen garapena jorratzen du. Garapen hau, dialektikoki elkar loturik dauden bi dimentsioz osaturik dagoen prozesu bat da: lehenak lan ekintzaren sormena, antolakuntza, egunerokoa eta arauak lantzen ditu; Bigarrena berriz, sortzearen *esperientzia* moduan ezagutzen da, THOMPSONek definitua (1981). Idazlearen arabera, esperientzia, gizakiek bizi dituzten harreman sozialetan, batezere laneko harreman sozialetan, eta hauek etorkizunean burutuko diren ekintzetan eragingo duten parametroen sorreran oinarritzen da.

Puntu honetan, ondorengo galdera sortzen da: Zein da elkartasun-ekonomian oinarritzen den lan ekintza autokudeatu berri batek duen ahalmena, langileek beraien lan ibilbidean zehar barneratu dituzten baloreekiko burujabetasuna lor dezaten eta erabaki ahalmena izan dezaten? Talde-burujabetza gauzatzean eragin positibo naiz/zein negatiboa duten elementuak, *adierazle kontingente* gisara ezagutzen dira: lan prozesua, kanpo eragileekiko harremana, irabazien gutxitzea, erabakitze prozesua eta pertsona bakoitzak burutu dituen zereginen historia direlarik.

Aipatu diren galderei erantzunak aurkitzeko helburuaz, eta aldagi kontingenteen eragina aztertzeko, bi ikerketa eredu burutu dira; Lehena Porto Alegren (Brasil), jostun kooperatiba betean eta bigarrena Bilbon (Euskal Herria), zerbitzu sozialen kooperatiba batean. Elkarrizketa teknikoak, dokumentazio lanak eta eguneroko lanaren jarraipen zuzenak aurrera eraman dira. Esan behar da, bi kasuak ere ekonomikoki bideragarriak agertu direla ekoizpen adarren dibertsifikazioa bultzatuz. Aipatu ere, Bilboko kasuan, estatu subentzioekiko menpekotasun nabaria dagoela.

Bukatzeko, langileek, aurreko lanetan izaniko esperienziak barneratzeko eran, zailtasunak atzeman direala azpimarratu behar da. Zailtasun hauek, langilea jarrera paisiboetara bultzatuko dute, kooperatiba barnean hartu beharreko erabaki prozesuetan. Jokabide hau indartzen duten elementuak ere identifikatuak izan dira: irabazien banaketa, hezkuntza prozesuen ahultasuna edo gabezia, eguneroko lanaren eta parte-hartze espazioen arteko urruntzea, eta azkenik langileek erabakiak hartzerako orduan duten jokabidea eta boterearekiko gainontzeko harremanak, *koadroen kudeaketa* gisara ezagutzen direnak.

Hitz gakoak: autokudeaketa, elkartasun-ekonomia, talde-burujabetza, kooperatibismoa, esperientzia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – A economia de mercado segundo Laville	30
FIGURA 2 – Emprego anterior a UNIVENS de maior duração	59
FIGURA 3 – Grau de informação por setor	73
FIGURA 4 – Empresas componentes do Grupo Cooperativo SSI	83

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Divisão dos trabalhadores da UNIVENS por setor	61
TABELA 2 – Cronologia de implementação de serviços do Grupo SSI.....	82
TABELA 3 – Tempo médio semanal (em horas e minutos) por participante por tipo de trabalho e sexo na Comunidade Autônoma do País Basco. 2003	88
TABELA 4 – Progressão dos pagamentos anuais para o serviço de auxiliar	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACI – Aliança Cooperativa Internacional
- ACSUR - Asociación para La Cooperación Del Sur
- BIC – Bolsa de Iniciação Científica
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- ET – Economia do Trabalho
- EUSTAT – Instituto Basco de Estatística
- INEM - Instituto Nacional de Empleo
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- ONG – Organização não-governamental
- SAD – Serviço de Ajuda a Domicílio
- SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária
- SEPE - Servicio Público de Empleo Estatal
- SSI – Servicios Sociales Integrados
- UD – Unidade Doméstica
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil
- UNIVENS – Unidas Venceremos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O ESTABELECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	20
1. O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO	20
2. O RESSURGIMENTO DO COOPERATIVISMO ENQUANTO ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	25
CAPÍTULO 2 - ECONOMIA SOLIDÁRIA – PRINCIPAIS PERSPECTIVAS	29
CAPÍTULO 3 - O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA	39
1. A AUTONOMIA COLETIVA.....	44
1.1 As práticas: a autogestão enquanto arena de possibilidades	44
1.2 A experiência: problematização da relação assalariada?	46
2. OS INDICADORES CONTINGENTES.....	50
CAPÍTULO 4 - A COOPERATIVA UNIDAS VENCEREMOS – UNIVENS	55
1. A CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA.....	55
2. A TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA UNIVENS	58
3. O PROCESSO DE TRABALHO	60
3.1 O setor do corte.....	61
3.2 O setor da costura.....	62
3.3 O setor da serigrafia.....	64
4. A DIVISÃO DOS GANHOS.....	65
4.1 O ganho por produção individual	66
4.2 O ganho por produção setorial	67
5. RELACIONAMENTO COM AGENTES EXTERNOS	68
5.1 A comunidade.....	68
5.2 Clientes	69
5.3 As redes de economia solidária e as universidades	71
6. O PROCESSO DECISÓRIO.....	72
6.1 Dificuldades à participação cotidiana	72

6.2 Fluxo informacional	73
6.3 A gestão de quadros	74
6.4 A resistência ao aumento de responsabilidades	76
7. OS EFEITOS DOS INDICADORES CONTINGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA NA UNIVENS	77
CAPÍTULO 5 - O GRUPO COOPERATIVO SSI	79
1. A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO.....	79
2. A TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL DAS TRABALHADORAS DO GRUPO COOPERATIVO SSI	83
3. O PROCESSO DE TRABALHO	85
3.1 As condições laborais e a divisão do trabalho	86
3.2 O plano de gestão	88
4. DIVISÃO DOS GANHOS	89
4.1 A redução dos ganhos com a formação da cooperativa	90
4.2 A contratação de assalariadas.....	91
5. RELACIONAMENTO COM AGENTES EXTERNOS	92
5.1 Os usuários	92
5.2 As instituições governamentais	93
5.3 As centrais sindicais.....	94
6. O PROCESSO DECISÓRIO.....	95
6.1 O corpo administrativo	95
6.2 A separação entre o local de trabalho e o de participação	96
6.3 A gestão de quadros	96
7. OS EFEITOS DOS INDICADORES CONTINGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA NO GRUPO COOPERATIVO SSI..	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
APÊNDICES	111

INTRODUÇÃO

A economia solidária tem surgido como um tema emergente nos estudos sociológicos nas últimas duas décadas, sobretudo no Brasil. Esse interesse acadêmico se justifica pelo aumento do número de empreendimentos, pela institucionalização deste tipo de economia, pelo crescimento das redes e pelas problemáticas teóricas decorrentes de suas proposições.

O aspecto distintivo da economia solidária se baseia no exercício da autogestão, fator que permite a participação dos trabalhadores. Alguns teóricos (SINGER, 2002; GAIGER, 2002 e FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004) vão além, e afirmam que a existência desse diferencial tende a concretizar um conjunto de decisões que partam de uma racionalidade não utilitária. O presente estudo busca problematizar esta tendência.

Como pressuposto do entendimento da relação direta entre o estabelecimento da autogestão e a constituição de uma lógica não utilitária, há a noção de que os empreendimentos solidários possuem níveis de autonomia coletiva que permitam, no âmbito coletivo, e apesar das pressões externas, o exercício da autogestão, e na dimensão da subjetividade, a superação de parâmetros utilitários para a tomada de decisões.

Nesse sentido, a construção de uma análise que tenha como foco o desenvolvimento da autonomia coletiva, torna-se elemento fundamental para uma compreensão mais qualificada das reais possibilidades e limites da economia solidária. Para tanto, é necessário não limitar-se somente à identificação da capacidade do grupo em tomar decisões e deduzir que, havendo essa possibilidade, irá instituir-se uma racionalidade não utilitária. É imperativo problematizar a constituição de uma subjetividade dos trabalhadores inseridos nesta realidade.

Como os trabalhadores reagem à possibilidade de participação colocada pela autogestão? Não podemos entender que o *sujeito solidário* se efetiva de forma imediata à entrada do trabalhador em uma empresa autogestionária. Como diversos estudos empíricos apontam (DAL RI e VIEITEZ, 2001; FULBER, 2008; HOLZMANN, 2001; MARQUES, 2006; OLIVEIRA, 2008), há uma dificuldade em superar a lógica capitalista (individualista e utilitária) no interior das cooperativas.

A fim de problematizar o processo de constituição da subjetividade do trabalhador de empreendimentos de economia solidária, este estudo se utiliza da noção de *experiência* (THOMPSON, 1981; 1987). Sendo assim, esta pesquisa divide a autonomia coletiva em duas dimensões, a das práticas, que se refere à existência de procedimentos e normas que permitem a participação dos sujeitos, e a da experiência, que se relaciona aos efeitos que os arranjos organizacionais têm sobre a forma do trabalhador apreender sua condição em relação à passada, e de produzir, assim, parâmetros para ação que sejam distintos dos internalizados durante sua trajetória ocupacional como assalariado.

Parte-se da hipótese de que as categorias de apreensão do mundo, desenvolvidas na experiência assalariada, tendem a permanecer, mesmo que parcialmente, durante a trajetória do trabalhador em um determinado empreendimento de economia solidária. Esta investigação busca, assim, detectar a capacidade dos arranjos organizacionais de empreendimentos de economia solidária em produzir uma problematização da relação assalariada.

A fim de efetivar o estudo empírico do processo de desenvolvimento da autonomia coletiva, se designa, enquanto indicadores contingentes, o processo de trabalho, a divisão dos ganhos, a forma de relacionamento com agentes externos, o processo decisório e o histórico laboral.

Essa investigação se concretizou por meio de dois estudos de caso. O primeiro foi realizado na Cooperativa Unidas Venceremos – UNIVENS, durante o ano de 2008, como bolsista de iniciação científica do programa BIC-UFRGS, e entre os meses de agosto e novembro de 2009.

A cooperativa UNIVENS é um empreendimento de confecção existente desde 1996, localizada no bairro Sarandi em Porto Alegre (Brasil). É considerada um modelo pela bibliografia e por agentes da economia solidária. Atualmente, são vinte e quatro associadas e um associado alocados em três setores produtivos: corte, costura e serigrafia.

O segundo estudo de caso foi concretizado no Grupo Cooperativo Servicios Sociales Integrados durante os meses de maio e julho de 2009, como bolsista de mobilidade acadêmica do programa Erasmus Mundus (Euro Brazilian Windows), na

condição de pesquisador colaborador do Instituto de Estudios Cooperativos¹ da Universidade de Deusto.

O Grupo SSI localiza-se na cidade de Bilbao (Espanha) e está em atividade desde 1987. É constituído por quatro empreendimentos, tendo maior relevância (em relação ao número de trabalhadores envolvidos) a cooperativa que possui contrato com a prefeitura para prestar o atendimento domiciliar a idosos e pessoas portadoras de algum tipo de incapacidade mental ou psíquica. Atualmente, o grupo é formado por 150 trabalhadores.

A distinção de setor produtivo dos casos (serviços e industrial) representa um elemento positivo para este estudo, pois permite um conjunto de comparações interessantes do ponto de vista analítico. As diferenças em relação ao tamanho dos empreendimentos, a forma de relacionamento com os agentes externos, os modos de remuneração dos trabalhadores e o ambiente socioeconômico, são outros elementos que permitem uma análise sociológica fecunda.

Os estudos de caso foram constituídos por entrevistas em profundidade (cinco na SSI e seis na UNIVENS) e pela coleta de documentos. A investigação da cooperativa UNIVENS foi composta, também, pela observação sistemática do cotidiano de trabalho e pela aplicação de questionários.

Apesar da diversidade de técnicas utilizadas, a entrevista em profundidade ocupa papel proeminente. Os informantes foram selecionados tendo em conta quatro fatores: a trajetória ocupacional, o tempo em que estão no empreendimento, o cargo administrativo ocupado e o setor produtivo no qual trabalham (no caso da UNIVENS). Tendo em conta estes critérios, procurou-se eleger informantes com perfis distintos.

A análise textual discursiva utilizada neste estudo teve como referência os procedimentos propostos por Moraes (2003), que constituem um ciclo de análise formado pela:

1. Desmontagem dos textos: também denominado de processo de **unitarização**, implica examinar os materiais em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados.
2. Estabelecimento de relações: processo denominado de **categorização**, implicando construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos

¹ Ver sítio: <http://www.coop.deusto.es>

unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias.

3. Captando o novo emergente: a intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo. O investimento na **comunicação** dessa nova compreensão, assim como de sua crítica e validação, constituem o último elemento do ciclo de análise proposto. O meta texto resultante desse processo representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores. (MORAES, 2003, p.191. Grifos nossos).

Esses procedimentos aliados a uma preocupação com as condições de produção do discurso, permitiram o desenvolvimento de categorias de análise que colaboraram para o alcance dos objetivos estipulados na presente investigação.

Este trabalho inicia com o capítulo denominado “As mutações do Capitalismo e o estabelecimento de experiências de economia solidária”, que busca apresentar as transformações ocorridas no capitalismo desde o século XIX - período de constituição das experiências pioneiras do cooperativismo - até finais do século XX, momento de ressurgimento do cooperativismo ressignificado enquanto economia solidária.

O segundo capítulo procura sintetizar as principais perspectivas teóricas sobre a economia solidária, os elementos de consenso e, sobretudo, os pontos de disjunção.

No terceiro capítulo é desenvolvido o modelo analítico utilizado, que busca dar conta do processo de desenvolvimento da autonomia coletiva, tendo como eixo a noção de *experiência* (THOMPSON, 1981; 1987).

No quarto capítulo são expressos os resultados do estudo de caso realizado na Cooperativa UNIVENS. Neste empreendimento, há garantias materiais relevantes aos trabalhadores, procedimentos e normas que permitem a participação e algumas decisões voltadas ao bem-estar laboral. No entanto, há fortes pressões do mercado sobre o espaço produtivo e a não superação de uma conduta passiva dos trabalhadores, internalizada durante a experiência assalariada, em relação à gestão da empresa. Este fato tem como consequência uma centralização das decisões na presidente.

O quinto capítulo refere-se ao estudo de caso feito do Grupo Cooperativo Servicios Sociales Integrados. Neste empreendimento verificou-se uma forte dependência de recursos governamentais, uma internalização da relação

assalariada que impossibilita sua contestação e um distanciamento (estrutural e espacial) das associadas e dos espaços de decisão.

Nas considerações finais busca-se realizar uma síntese dos resultados da pesquisa, procurando estabelecer as comparações cabíveis entre as realidades estudadas, além de sugerir possíveis temas para investigações futuras.

CAPÍTULO 1

AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O ESTABELECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta seção busca-se demonstrar a relação entre as transformações ocorridas no capitalismo e o desenvolvimento da economia solidária, desde as primeiras experiências cooperativistas² até a condição atual.

A economia solidária fundamenta-se em um processo de ressignificação do movimento cooperativista surgido no século XIX³, período de constituição de múltiplas experiências cooperativas com inspiração socialista utópica (SINGER, 2002).

Inicia-se tratando deste cooperativismo pioneiro; a seguir, realiza-se a exposição do ressurgimento cooperativista sob a noção de economia solidária.

1. O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO

As primeiras experiências cooperativistas desenvolveram-se na primeira metade do século XIX, na França e na Inglaterra. Destaca-se, no caso francês, a influência de Charles Fourier⁴, e, no caso inglês, a de Robert Owen. A seguir, procura-se sintetizar a perspectiva destes dois pensadores.

Owen compreende que os indivíduos não são bons nem maus por natureza, sendo necessária a mudança do meio social para transformá-los. Essa modificação deve ocorrer de maneira pacífica e gradual, a fim de não provocar sofrimento em nenhuma parte do corpo político ou em indivíduos em específico. Para o autor, o lucro e a concorrência impedem que o trabalhador consuma o equivalente ao que produziu⁵, o que institui grande parte dos males sociais.

² Esta seção confere destaque aos casos francês e inglês, por sua influência no desenvolvimento do cooperativismo internacional. No entanto, houve experiências relevantes em outros países europeus e da América do Norte que dada a limitação e objetivos deste trabalho não serão referenciados.

³ Há, no entanto, diferentes perspectivas em relação às possíveis rupturas e continuidades entre os dois fenômenos. Estas serão abordadas na próxima seção deste estudo.

⁴ Outros pensadores franceses tiveram papel relevante como Philippe Buchez e Louis Blanc (PINHO, 1982, p.22-30).

⁵ Segundo Pinho (1982, p.24) esse pensamento foi muito influente sobre os Pioneiros de Rochdale.

A fim de demonstrar a possibilidade de organização de um espaço produtivo sem estes elementos, Owen modificou uma fábrica de fios de algodão e a transformou em uma colônia-modelo:

(...) trabalhadores, muitos deles viciados, provenientes de meios heterogêneos, tornaram-se homens dignos: o alcoolismo foi substituído pela sobriedade, as arruaças pela ordem, etc. As crianças, a partir de dois anos, eram educadas em escolas. Reduziu a jornada de trabalho de 14 para 10 ½ horas; os menores de 10 anos foram proibidos de trabalhar. Criou amparo à velhice, bem como medidas previdenciárias até então desconhecidas: quando uma crise algodoeira provocou a paralisação das fábricas por falta de matéria-prima, durante quatro meses, Owen continuou a efetuar os pagamentos, sem desconto. (PINHO 1982, p. 24).

Fourier foi, primeiramente, simpático às experiências concretizadas por Owen. No entanto, a partir de 1822, começou a defender que este ridicularizava a ideia de associação. Para Fourier:

Owen não conhece as sociedades superiores à civilização. Vê que o século raciocina confusamente sobre associação e constrói sobre essa palavra uma quimera societária, um regime monástico... (FOURIER *apud* PINHO, 1982, p.26).

A fim de instituir o convívio espontâneo entre as diferentes camadas da sociedade, o autor defende o modelo dos “Falanstérios”. Nestes hotéis cooperativados viveriam cerca de mil e quinhentas pessoas em um ambiente comunitário. Não haveria a eliminação da propriedade privada, mas sim uma participação acionária, o que tornaria todos co-proprietários. Para o autor, isso incentivaria o trabalho e o tornaria mais produtivo. (PINHO, 1982, p. 27).

Dentre as experiências concretas, Pinho (1982) destaca a dos Pioneiros de Rochdale, da ACI (Aliança Cooperativa Internacional) e da Escola de Nimes.

A cooperativa de Rochdale foi inaugurada no ano de 1844 com a meta de minimizar a fome, as extensas jornadas de trabalho, as escassas remunerações e o desemprego. Para tanto, os 28 tecelões de Rochdale se associaram e construíram, primeiramente, um armazém de consumo.

O empreendimento de Rochdale baseava-se nos seguintes princípios⁶: 1) que no processo de tomada de decisões cada membro seria igual a um voto, independentemente do quanto tivesse investido na cooperativa; 2) qualquer pessoa que desejasse aderir à cooperativa poderia fazê-lo; 3) que seria pago uma taxa de

⁶ Estas normativas foram estabelecidas, posteriormente, como os princípios da Aliança Cooperativa Internacional e de grande parte das legislações cooperativistas da Europa e América Latina.

juros fixa sobre o capital tomado emprestado à cooperativa; 4) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5) as vendas seriam sempre feitas à vista; 6) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre produtos não adulterados; 7) a cooperativa se empenharia na educação cooperativista; 8) a organização iria manter-se sempre neutra em relação a questões religiosas e políticas.

Com a criação da Rochdale Society of Equitable Pionner, que ao final do sexto ano de atividade logrou a instalação de um moinho e no décimo o estabelecimento da tecelagem e fiação, o movimento cooperativista foi impulsionado, sobretudo, em solo inglês e francês.

No entanto, Boaventura de Souza Santos faz uma ressalva:

Apesar de, por um lado, o número de cooperativas ter se multiplicado rapidamente e de ter dado lugar a um movimento cooperativista internacional e, por outro, a teoria associativista ter sido retomada ocasionalmente por movimentos e teorias sociais, nem a prática cooperativa nem o pensamento associativo que lhe serve de base chegaram a ser dominantes. (SANTOS, 2002, p.34).

Hirst (*apud* SANTOS 2002) vai além e afirma que neste período histórico, além de o pensamento associativo não ter tornado-se dominante, não foi capaz sequer de estabelecer-se enquanto uma ideologia coerente.

Dada a inspiração owenista, para além do aspecto defensivo, a cooperativa de Rochdale era vista pelos seus sócios como ferramenta para a construção do socialismo. No entanto, segundo Hobsbawn (1980; 44) este era um período no qual havia uma imprecisão do termo, baseando-se genericamente em uma oposição ao individualismo. Hobsbawn denomina enquanto *socialismo programático* as propostas de criação de uma nova economia que tivesse como base a cooperação. O objetivo era tornar real o pensamento dos socialistas utópicos a fim de emancipar o trabalho da exploração capitalista.

Foi neste cenário de busca pela subsistência aliada a uma concepção utópica de socialismo que se firmaram as primeiras cooperativas na Europa, representadas pela experiência de Rochdale.

Outra experiência destacada foi a da Escola de Nimes, que surgiu por volta de 1886 na França, por meio de um grupo de discussão dos problemas sociais da época. Seu maior representante é Charles Gide, reconhecido como o sintetizador do pensamento de Rochdale. Para ele, o cooperativismo é positivo, pois é possível:

1º) viver melhor ou conseguir melhor nível de vida, através do auxílio-mútuo; 2º) pagar a dinheiro, a fim de evitar a dívida, que considerava uma das formas de escravidão; 3º) poupar sem sofrimento, já que a devolução dos ganhos, sob a forma de retorno dos excedentes, proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios na cooperativa, permite-lhes economizar, sem sacrificar a satisfação das necessidades; 4º) suprimir os parasitas, ou seja, eliminar os intermediários, de maneira a reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor; 5ª) combater o alcoolismo - finalidade educativa já acentuada pelos Pioneiros de Rochdale, 6º) interessar as mulheres nas questões sociais, pois sendo elas que cuidam do lar e fazem as compras, devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas; 7º) educar economicamente o povo, tornando-o apto para a autogestão econômica e política; 8º) facilitar a todos o acesso à propriedade; 9º) construir uma propriedade coletiva, através da formação de um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, acima de nossas existências efêmeras; 10º) estabelecer o justo preço, mas remunerando convenientemente todo trabalho consagrado à produção, inclusive o trabalho de direção e os trabalhos intelectuais preparatórios; 11º) eliminar o lucro capitalista, criando a preocupação com a satisfação das necessidades dos homens e não com a obtenção de lucros; 12º) abolir os conflitos - na cooperativa de consumo, o consumidor torna-se seu próprio fornecedor; na cooperativa de produção, o operário torna-se seu próprio patrão; na cooperativa de crédito, o sacador torna-se seu próprio sacado, na cooperativa de habitação o locatário torna-se seu próprio locador, e assim por diante, de modo que toda disputa social cessaria por falta de combatentes. (PINHO, 1982, p.35-36).

O foco de Gide é o consumo: para ele são três as etapas de criação da República Cooperativista. Na primeira se constituiriam cooperativas de consumo que aboliriam qualquer acréscimo sobre o custo de produção, alcançando, assim, o justo preço. Posteriormente seriam instituídas cooperativas industriais e, por fim, cooperativas agrícolas, sendo que as duas últimas não teriam trabalhadores assalariados. (PINHO, 1982, p. 36). É relevante a influência de Gide sobre a Aliança Cooperativa Internacional.

A ACI foi organizada por lideranças cooperativas inglesas, francesas e alemãs, no ano de 1895, a fim de instituir uma entidade representativa de alcance mundial. O objetivo principal era possibilitar o intercâmbio entre cooperativas de diferentes partes, em relação à doutrina, à educação e às técnicas.

O debate central dos primeiros anos da ACI se deu entre a corrente que defendia a centralidade das cooperativas de produção *versus* as que destacavam o papel transformador das cooperativas de consumo. Sob influência de Charles Gide, a ACI atendeu a tese da “hegemonia do consumidor”, em detrimento da corrente que percebia as cooperativas de trabalho como meio de emancipação do produtor.

Com o impulsionamento do movimento cooperativista internacional e seu estabelecimento, enquanto um dos meios de transformação social da classe

trabalhadora, ampliou-se, neste período, o debate sobre os limites e possibilidades do cooperativismo.

Em 1864, Karl Marx realça, no Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (MARX, 1983), a importância do cooperativismo como processo componente da reorganização dos trabalhadores, no período posterior às derrotas ocorridas pós-revolução de 1848. O valor das organizações cooperativas, para o autor, residia na capacidade de demonstrar o potencial dos trabalhadores em organizar a produção sem a existência de um proprietário dos meios de produção. Marx destaca, no entanto, o risco da auto-exploração, devido à pressão dos mercados.

A complexidade da situação da empresa cooperativa em um ambiente capitalista foi expressa, posteriormente, por Rosa de Luxemburgo, ao afirmar que “[as cooperativas] *ou são frustradas economicamente, ao manter a ideologia fundadora, ou, ao crescerem como empresas perdem suas características fundamentais*”.

E completa:

[...] são elas em sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista. [...] na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa [...] para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmo com todo o absolutismo necessário para desempenhar entre eles o mesmo papel do patrão capitalista... (LUXEMBURGO *apud* BENINI *et al*, 2007).

Em 1914, Webb e Webb (*apud* LIMA, 2004) se aproximam de Luxemburgo ao desenvolver a tese de “degeneração das cooperativas”, afirmando que a democracia operária era limitada pela necessidade de responder às demandas empresariais e por isso, com o tempo, as cooperativas tenderiam a transformar-se em associações capitalistas.

O fim do século XIX e início do século XX foi um período de crescimento do cooperativismo na Europa, no entanto, a perspectiva centralizadora do socialismo soviético entrava em divergência com muitas dessas experiências (LIMA, 2004, destaca o caso francês e italiano). Essas dissensões foram expressas nos posicionamentos da III Internacional Socialista, que colocava o cooperativismo em uma posição marginal na estratégia revolucionária.

A expansão capitalista, ocorrida durante o pós Segunda Guerra, denominada de “os anos dourados” tornou viável a constituição do Estado de bem-estar social. No entanto, foi fundamental a capacidade de interlocução da classe trabalhadora. Nas realidades onde esta não existia, o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar social foi parcial e restrito a alguns âmbitos.

O ponto de vista defendido pela III Internacional Socialista, somado à aplicação do Estado de Bem-Estar Social, teve como efeito um papel proeminente dos sindicatos enquanto ferramentas de resistência da classe trabalhadora.

A decorrência disso foi a instauração de um hiato histórico no processo de desenvolvimento do cooperativismo, que fora relegado a um segundo plano no horizonte das organizações de classe.

2. O RESSURGIMENTO DO COOPERATIVISMO ENQUANTO ECONOMIA SOLIDÁRIA

Durante os anos 1950 iniciava, no norte da Espanha, o estabelecimento da experiência paradigmática do ressurgimento do cooperativismo enquanto economia solidária (SINGER, 2002 e SANTOS, 2002). Faz-se referência ao Grupo Cooperativo Mondragón⁷, que teve como primeira empresa Talleres Ulgor, surgida a partir da massa falida que fora comprada por um grupo de cinco trabalhadores. Assim que inaugurada, no ano de 1956, a respectiva cooperativa começou a produção de fogões. Posteriormente, o objetivo foi o de criar cooperativas que pudessem fornecer componentes para a “empresa mãe”. Ainda nessa década, o grupo inaugura a cooperativa de crédito Caja Laboral e uma previdência social própria, a Lagun Aro.

A crise econômica iniciada nos anos 1970 é considerada como um dos elementos que transformaram o cooperativismo europeu, inclusive Mondragón, que teve de passar por uma ampla reestruturação a fim de manter sua competitividade⁸. Esta situação de crise estabeleceu uma dupla dinâmica: por um lado, as empresas

⁷ Destaca-se a influência de D. José Arrizmendiarieta no processo de surgimento do Grupo Cooperativo Mondragón (SINGER, 2002).

⁸ Atualmente, Mondragón é a maior empresa do País Basco e a sétima maior da Espanha, possui cooperativas em várias regiões do mundo e emprega mais de 92 mil trabalhadores (sendo 83% destes sócios). Há grande pluralidade de cooperativas filiadas ao grupo: comércio varejista, produção de eletrodomésticos, metalurgia, educacionais, entre outras. Destaca-se no modelo representado por Mondragón a busca pela intercooperação entre as cooperativas componentes do grupo a fim de manter altos níveis de competitividade e de inovação tecnológica.

já existentes tiveram de reformular-se, e, por outro, as consequências sobre a classe trabalhadora incentivaram a criação de novos empreendimentos:

La llegada de la crisis económica de los 70 marcó un hito importante para la Economía Social Europea. Los cambios operados en el escenario económico internacional condujeron, entre otras cosas, a una pérdida de capacidad de los Estados nacionales como dinamizadores de la economía y con capacidad de regulación y de generación de empleo. La falta de empleo y el riesgo de exclusión del mercado de trabajo generó dinámicas de autoempleo, de refuerzo de la solidaridad entre los actores económicos, para hacer frente a las nuevas necesidades o aquellas que no podían ser satisfechas, particularmente las de aquellas poblaciones con menos recursos, desarrollando acciones que favorecían el medioambiente, el reciclaje de materiales, con espíritu cooperativo de democratización y responsabilidad. (MENDIGUREN *et al*; p. 2).

Essa crise não demandou somente uma modificação das cooperativas existentes, mas teve efeito em toda organização social.

Iniciou-se um amplo processo de modificação do estado, anteriormente intervencionista e garantidora de diversos direitos sociais.

Percebe-se, assim, a aplicação de um programa de viés neoliberal, primeiramente concretizado nos Estados Unidos da América por meio do governo Reagan, e na Inglaterra, pelo governo de Margaret Thatcher. Posteriormente este plano fora estendido ao restante da Europa e América Latina. (ANDERSON, 1995).

As políticas neoliberais demonstraram êxito em concretizar seus objetivos: diminuição do poder dos sindicatos, dispersão da classe trabalhadora, contenção de salários, estabelecimento de taxas de desemprego “naturais” e o desmantelamento do estado de bem estar social. (ANDERSON, 1995).

O poder sindical fora diminuído dado o enfrentamento sistemático dos governos neoliberais e por uma dispersão das categorias profissionais suscitada pela reestruturação produtiva (especialmente no que se refere à subcontratação e terceirizações) e pelas altas taxas de desemprego. Outro elemento influente na perda de poder dos sindicatos foi a queda do regime soviético, que desarticulou parte importante do movimento socialista vigente.

Nesse cenário, instaurou-se a necessidade de reorganização da classe trabalhadora, a fim de responder às novas dificuldades surgidas nessa nova situação.

A transformação na forma de organização dos trabalhadores teve como efeito o surgimento do que foi denominado: “novos movimentos sociais” (GOHN, 1997;

OFFE, 1982; TOURAINE, 1998; MELUCCI, 1999) “novo cooperativismo⁹” e “novo sindicalismo” (ANTUNES, 1995b; MANGABEIRA, 1993).

Essa nova circunstância das organizações de classe, somada a dificuldade de garantia de subsistência enfrentada por grande parte da população, colaborou para o ressurgimento do cooperativismo¹⁰, ressignificado enquanto economia solidária. Nesse sentido, há um retorno deste tipo de ação coletiva ao horizonte de alternativas para a transformação social (como aponta SANTOS, 2002).

A economia solidária surge no bojo desta reorganização, na qual houve uma alteração do modo de relacionamento entre as organizações sindicais e partidárias e o movimento cooperativista (CENTRAL, 1999). Tratado anteriormente como um fenômeno de menor importância, agora é tido como um meio de transformação social relevante e, sobretudo, como uma garantia de subsistência para as classes populares.

Deu-se início, assim, a um período de crescimento do número de empreendimentos reconhecidos como componentes da economia solidária¹¹ na Europa e América Latina. As particularidades socioeconômicas destas regiões foram refletidas nos diferentes modelos de empreendimentos desenvolvidos e nas condições garantidas aos trabalhadores.

Em relação ao caso brasileiro a maioria dos empreendimentos possui dificuldades importantes, no sentido de garantir renda aos seus trabalhadores. Segundo dados do SIES (MTE-SENAES, 2007), 87% dos empreendimentos geram rendas inferiores ou iguais ao salário mínimo.

Em relação ao caso europeu percebe-se uma grande multiplicidade de formatos organizacionais e de dinâmicas de desenvolvimento, no entanto, de maneira geral se configuram empreendimentos de maior porte, mais estáveis e

⁹ No Brasil até os anos 80, o modelo cooperativista implementado era de forte controle estatal e de constituição de cooperativas de grandes produtores rurais que buscavam através desse mecanismo impulsionar a modernização da produção de suas propriedades. Neste sentido, foi denominado de “novo cooperativismo” o conjunto de empreendimentos econômicos autogestionários, sobretudo urbanos que buscassem garantir a subsistência de seus sócios.

¹⁰ Marques (2006) defende a ideia de *ressurgimento*, pois entende que as experiências de trabalho autogestionário não são novas na história do movimento operário. Neste sentido, cita Haddad “(...) tivemos um hiato histórico em que o debate sobre alternativas às relações sociais de produção capitalista não encontrava eco. Vivemos esse hiato temporal e hoje temos nas mãos uma grande oportunidade de voltar a discutir a emancipação.” (HADDAD, *apud* MARQUES 2006, p. 7).

¹¹ Apesar dos critérios para tal reconhecimento serem distintos, a autogestão, a livre associação, o trabalho cooperativo e a não separação entre propriedade dos meios de produção e o trabalho, são os elementos geralmente presentes nas pesquisas do campo da economia solidária.

formalizados do que no caso brasileiro, além haver a necessidade de respeitar legislações mais rígidas em relação à garantia de condições laborais.

Tomando o caso do País Basco, enquanto um dos modelos europeus mais referenciados, a legislação atual (GOBIERNO, 1993) obriga que o trabalhador cooperativado possua uma renda mínima estabelecida em acordo coletivo entre os representantes sindicais e empresariais.

As distinções existentes entre o caso europeu e latino-americano demonstram a multiplicidade de variáveis que influem no processo de desenvolvimento da economia solidária em âmbito nacional, e que cria formas particulares deste tipo de economia. Essa heterogeneidade de modelos nacionais (ou regional-internacional) de economia solidária tem provocado o surgimento de diversas perspectivas sobre o tema, divergentes em diferentes graus na análise deste processo, desde sua conceitualização até sua capacidade transformadora.

CAPÍTULO 2

ECONOMIA SOLIDÁRIA – PRINCIPAIS PERSPECTIVAS

O debate acerca da economia solidária é plural e povoado de divergências, sendo construídas diversas noções (socioeconomia solidária, economia do trabalho, economia de solidariedade) que buscam determinar o significado deste fenômeno.

Os desacordos conceituais não são isentos de sentido, e se baseiam em perspectivas calcadas em distintas tradições sociológicas. Como consequência, as diferenças se ampliam se tratamos dos limites e possibilidades desta *outra economia*.

Apesar das diferenciações neste amplo e heterogêneo campo de debate, Coraggio vislumbra alguns acordos:

Que em nível micro econômico, os trabalhadores se associam para:

- Produzir juntos para o mercado, com o objetivo de gerar emprego e renda;
- Comprar coletivamente para melhorar seu poder de negociação no mercado;
- Socializar riscos;
- Garantir crédito;
- Produzir em conjunto as condições ou meios de vida para sua própria reprodução ou para uso de sua comunidade.

Que em nível macroeconômico existem alguns traços não capitalistas na economia solidária:

- Não separação entre propriedade/gestão dos meios de produção e o produto;
- São empreendimentos econômicos baseados na livre associação, na autogestão e no trabalho cooperativo;
- Não é somente uma reorganização dos fatores de produção, mas sim o desenvolvimento de laços interpessoais que formam parte das relações sociais de produção;
- A orientação pelo valor de troca não desaparece, mas é (ou se espera que seja) subordinado ao valor de uso;
- O conceito de eficiência se ressignifica pela valoração dos efeitos não redutíveis ao esquema coificador produtivista.

(CORAGGIO, 2007, p.18-19. Tradução nossa).

Nesta seção serão apresentadas cinco perspectivas que se dedicam ao estudo da economia solidária, a fim de colaborar para seu desenvolvimento. Em relação a estas, buscou-se expressar o conceito utilizado, bem como, a compreensão sobre os limites e possibilidades deste tipo de economia no sentido da transformação social.

Na última parte será feita referência ao ponto de vista de uma crítica marxista em relação a este fenômeno.

Jean-Louis Laville: A pluralização da economia

O francês Jean-Louis Laville mantém a diferenciação feita por Polanyi (1980) entre economia formal e substantiva. Partindo dos quatro princípios do comportamento econômico deste mesmo autor (domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercado), busca-se demonstrar a pluralidade de sentidos da economia.

Segundo Laville, o período pós-guerra estabeleceu uma configuração determinada entre três formas de economia: a mercantil, a não-mercantil e a não-monetária. Estas formas correspondem aos princípios de mercado, redistribuição e reciprocidade/domesticidade, respectivamente.

Na figura a seguir é demonstrada a conformação entre essas três economias instauradas no pós-guerra:

FIGURA 1 – A economia de mercado segundo Laville



Fonte: LAVILLE *apud* SANTOS, 2004

Nessa configuração particular, a economia mercantil ocupa espaço de proeminência, referindo-se ao modo de organização econômico, no qual, o mercado é o mecanismo principal na regulação da economia.

A economia não-mercantil corresponde ao espaço do Estado, que é responsável pela redistribuição de bens.

Já a economia não-monetária encontra-se à margem das outras, e faz referência às relações sociais que, apesar de não monetárias, garantem o sustento de um importante contingente populacional. Isto se realiza segundo o comportamento econômico de reciprocidade e de domesticidade.

Em Laville, na economia solidária, a reciprocidade possui ação proeminente, ao lado dos princípios do mercado e da redistribuição, o que a diferenciaria da economia de mercado. Neste sentido, os elementos relevantes deste tipo de economia não são mercantis e monetários (apesar de existirem), mas sim, sua capacidade em difundir valores como democracia e igualdade, além do estreitamento de laços sociais.

O desafio para a economia solidária seria o de buscar uma recombinação dos elementos constituintes de cada uma das economias anteriormente referidas, a fim de gerar uma economia plural que garantisse uma resposta às necessidades socioeconômicas.

Laville não vislumbra como horizonte da economia solidária a transformação social radical. Há, assim, a possibilidade da existência de uma economia plural, na qual convivem empreendimentos solidários e empresas capitalistas. Sendo assim, a transformação gerada por meio da economia solidária se realiza não por um enfrentamento direto com o capitalismo, e sim por um rearranjo dos princípios do comportamento econômico, a fim de estabelecer a reciprocidade enquanto fundamento central.

O modo de produção solidário

A perspectiva de Paul Singer¹² assinala a economia solidária enquanto resultado das contradições capitalistas. No entanto, ela é capaz de aproveitar oportunidades abertas no sistema capitalista, desenvolvendo organizações cuja lógica é antagônica ao modo de produção dominante. Por ter uma racionalidade diferenciada, a economia solidária seria, para Singer, um:

[...] modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar)

¹² Paul Singer é o atual secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

marginalizados do mercado de trabalho. [...] uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução. (SINGER e SOUZA, 2000, p. 13).

A economia solidária, enquanto modo de produção, baseia-se na propriedade coletiva do capital e na promoção do direito à liberdade individual, o que tende a formar um sistema de uma única classe produtora-proprietária (*prossumidora*) (SINGER, 2002). Sendo assim, este modo de produção seria capaz de originar uma associação livre de produtores, que superaria a sujeição do trabalho, própria da relação assalariada.

Igualmente a Singer, Gaiger utiliza o conceito de modo de produção, mas o faz sob outro enfoque. Para o autor, a economia solidária somente poderia ser considerada, enquanto um modo de produção, se o modo de produção capitalista tivesse sido superado. Gaiger se fundamenta em uma distinção entre modo material de produção e o estabelecimento efetivo de um modo de produção. O que, para além das bases materiais, demanda a subversão das instituições que sustentam a ordem social antiga (GAIGER, 2002).

Em relação à capacidade transformadora do modo de produção solidário, Singer defende que ele é, por natureza, antagônico ao modo de produção capitalista. O que coloca, enquanto principal desafio, a busca pelo desenvolvimento da economia solidária, a fim de ameaçar a economia capitalista, inclusive no mercado.

O que não significa dizer que se busca um desenvolvimento até lograr a substituição da gestão do capital. O objetivo é de constituir um conjunto de experiências, de aprendizagens e de autoconfiança da classe trabalhadora, com a finalidade de demonstrar que o padrão capitalista de organizar a economia não é necessário. Isso se efetivaria por meio de pequenas revoluções locais, nas quais a democracia da gestão, no âmbito da cooperativa, tencione os modelos verticais e autoritários do capital.

A socioeconomia solidária: A perspectiva de revolução de redes

A vertente da socioeconomia solidária defendida por autores como Mance e Arruda (ARRUDA, 2003; MANCE, 1999) baseia-se na noção de *revolução de redes*. Nesta, o aspecto inovador da economia solidária não residiria somente em uma

forma diferenciada de produzir, mas sim em outra forma de desenvolvimento enquanto redes de produção, consumo, distribuição e cooperação, que possuem como meta o “bem viver do conjunto social”.

A noção de socioeconomia solidária utilizada por Mance e Arruda busca ampliar a economia solidária para além das camadas populares da sociedade. Essa participação dos conjuntos não-populares se realiza, sobretudo, por meio do consumo.

Segundo Mance, a economia solidária seria:

Ações concretas bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda;

Como uma compreensão de desenvolvimento sustentável baseada em sistemas de redes socioeconômicas voltadas à promoção do bem-viver do conjunto das sociedades;

Como um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social pela promoção do trabalho e do consumo sustentável e pela difusão solidária de tecnologias sociais. (MANCE, 2005, p.2).

A importância das redes socioeconômicas solidárias reside na busca por superar o isolamento dos empreendimentos solidários, a fim de alcançar sua expansão local e global.

Segundo Mance, a partir do final dos anos 1990, o desenvolvimento dessas redes transformou a economia solidária em um modelo plausível de desenvolvimento sustentável, baseado na geração de emprego, na distribuição de renda e no respeito ao equilíbrio dos ecossistemas. Estabeleceu-se, assim, uma racionalidade focada no bem-viver do conjunto da sociedade, em oposição à lógica capitalista. (MANCE, 2003).

Sobre as redes, Mance afirma:

Com efeito, quando redes locais deste tipo são organizadas, elas operam no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito do bem-viver, ao mesmo tempo em que combatem as estruturas de exploração e dominação, responsáveis pela pobreza e exclusão, e começam a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver, em que a solidariedade esta no cerne da vida. (MANCE, 2003, p. 221).

A instauração de valores pós-capitalistas se daria pelo estabelecimento de um ciclo virtuoso: o consumo solidário permite um aumento da produção; esse aumento garante maiores excedentes solidários - o que gera mais postos de trabalho - incrementando, assim, o consumo solidário.

Nesta perspectiva, a viabilidade da economia solidária, enquanto base para o desenvolvimento de outra sociedade, estaria na propagação do consumo solidário, no reinvestimento dos excedentes coletivos e na colaboração entre as partes componentes das redes.

Sendo assim, há ênfase para o aspecto do consumo solidário. Este se caracteriza pela busca consciente de realização de um bem-viver pessoal - e dos trabalhadores que produzem e comercializam o produto ou serviço - e pela procura por um equilíbrio dos ecossistemas.

Neste sentido, por meio da difusão do consumo baseado em valores solidários, seria possível, segunda esta perspectiva, desenvolver uma sociedade pós-capitalista.

Luís Razeto: A economia de solidariedade

Razeto é um dos primeiros autores de vertente cristã a relacionar solidariedade com economia, propondo, assim, o conceito *economia de solidariedade*. Este foi, primeiramente, desenvolvido em 1984, no livro *Economia de solidaridad y mercado democrático* e foi tratado como importante referência nos estudos sobre economia solidária realizados posteriormente.

A utilização do conceito se deve à compreensão de que a solidariedade é um elemento ativo da economia, sendo assim, é utilizada enquanto substantivo e não adjetivo (como na economia solidária).

Ao desenvolver um termo composto o autor espera realizar um processo intelectual com um duplo sentido:

(...) por un lado, se trata de desarrollar un proceso interno al discurso ético y axiológico, por el cual se recupere la economía como espacio de realización y actuación de los valores y fuerzas de la solidaridad; por otro, de desarrollar un proceso interno a la ciencia de la economía que le abra espacios al reconocimiento y actuación a la idea y el valor de la solidaridad. (RAZETO, 2007 p. 319).

A amplitude do termo busca abarcar diversos tipos de experiências, o que ele chamou de uma economia com “diferentes portas”, nas quais os sujeitos entram por diferentes motivações: o caminho da economia popular, o da solidariedade com os pobres, o do trabalho, o da participação social, o da ação transformadora, o do desenvolvimento alternativo, o da ecologia, o da mulher e da família, o dos povos

antigos e o do espírito.

Apesar de terem partido de distintos lugares e que as organizações criadas são diferentes, todos eles vão introduzindo solidariedade em suas experiências econômicas e na economia em geral.

Nesse sentido, o autor busca diferenciá-lo da ideia de solidariedade enquanto resposta filantrópica aos problemas sociais, na qual a solidariedade entra em cena somente depois que a economia tivesse cumprido sua tarefa.

Razeto procura com este conceito, inserir a solidariedade no processo econômico, a fim de constituir um novo modo de se fazer economia, uma nova racionalidade econômica.

Essa nova racionalidade estaria baseada na conjunção dos fatores de produção existentes no capitalismo: força de trabalho, tecnologia, meios materiais, financiamento e gestão, com o acréscimo do que o autor denominou de *Fator "C"*.

Em Razeto, o Fator "C" é o elemento de integração humana, baseado em valores como companheirismo, cooperação, comunidade, compartilhamento, comunhão, coletividade e carisma. (RAZETO, 1997a). Segundo ele:

(...) consiste no fato de que um elemento comunitário, de ação e gestão conjunta, cooperativa e solidária, apresenta no interior dessas unidades econômicas efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação econômica. Efeitos concretos e específicos nos quais se possa discernir uma particular produtividade dada pela presença e crescimento do referido elemento comunitário, análoga à produtividade que distingue e pela qual se reconhecem os demais fatores econômicos. (RAZETO, 1993, p. 40-41).

O autor coloca a transformação no horizonte da economia de solidariedade: esta aconteceria por meio de um duplo movimento, o de estabelecimento de uma economia solidária e o de inserção de solidariedade na economia geral. Nesse sentido, a oposição, mais do que entre economia solidária e economia capitalista, seria entre os valores da solidariedade e do individualismo.

José Luís Coraggio: A economia do trabalho

O autor parte do pressuposto de que toda economia é mista e que pode ser composta por três sistemas:

(...) la Economía Empresarial Capitalista, organizada en base a empresas de capital, orientadas por la acumulación sin límites, la Economía Pública, organizada en base a unidades jurídico-administrativas de base

territorial o funcional, orientadas por una combinación variable de tres objetivos: el bien común, la gobernabilidad y la acumulación de poder político, y la Economía Popular, organizada en base a Unidades Domésticas (UD) o SUS extensiones, orientadas por la reproducción ampliada de la vida de sus miembros. (CORAGGIO, 2007 p. 34).

A economia popular “realmente existente” não é idealizável, pois tanto seus valores como o sentido de sua existência foram estabelecidos pelo sistema capitalista. Ela é considerada, pelo autor, o “ponto de partida” para a instauração da “economia do trabalho”.

São as unidades domésticas que constituem a economia popular, estas se referem a grupos de indivíduos que buscam cotidianamente o acesso às condições materiais necessárias para a reprodução de todos seus membros. As unidades domésticas se estabelecem no âmbito da família, do lar, dos vizinhos, das relações comunitárias ou públicas. São portadoras de diversos recursos, sobretudo, seu fundo de trabalho¹³, que se realiza de diversas formas. Para o autor, a existência de uma economia popular demonstra que as condições de reprodução da vida, nunca foram completamente mercantilizadas.

A *economia do trabalho*, para o autor, é uma visão idealizada, não uma tendência histórica, mas sim, um programa dos trabalhadores contra a hegemonia do capital.

Sobre a economia do trabalho:

La ET no sería entonces “la mera sumatoria de actividades realizadas por los trabajadores, subordinadas directa o indirectamente a la lógica del capital, sino un subsistema económico orgánicamente articulado, centrado en el trabajo, con una lógica propia, diferenciado y contrapuesto a la Economía del Capital y a la Economía Pública”. (CORAGGIO, 2007, p.36).

Tendo a economia do trabalho enquanto meta, o autor aponta os meios para sua realização:

(...) mediante programas destinados a consolidar y extender redes de difusión de información, de intercambio, de cooperación, articulando y redirigiendo los nodos de investigación, capacitación y promoción, unificando acciones desde Estado y sociedad, ampliando la capacidad de sus organizaciones y acciones conscientes de masa para ejercer poder en el mercado y en la gestión pública, combinando la solidaridad social con la solidaridad orgánica a través de mecanismos semiautomáticos como el mercado regulado y redes de reflexión y acción colectiva, de modo que los

¹³ “El fondo de trabajo de una UD [unidade doméstica] es el conjunto de capacidades de trabajo que puede ejercer en condiciones normales los miembros hábiles de la misma para resolver solidariamente su reproducción.” (CORAGGIO, 2007, p. 172).

desarrollos parciales y las diversas iniciativas autónomas se realimenten. (CORAGGIO, 2007, p.37).

Coraggio expressa a necessidade de um duplo movimento para a construção da economia do trabalho. Por um lado, o estabelecimento de sistemas locais relativamente autárquicos de atividades de produção articuladas e de reprodução da vida de todos, e por outro, a democratização da gestão pública desde o nível local.

Crítica Marxista à economia solidária

Partindo da noção de totalidade da formação social, são desenvolvidas múltiplas críticas que tendem a discordar de dois elementos trazidos como pressupostos teóricos das perspectivas apresentadas anteriormente: o primeiro refere-se à possibilidade da existência de algum nível de autonomia entre modos de organização da economia, e o segundo, ao explorar essa autonomia por meio da economia solidária, a economia capitalista (e sua racionalidade) perde espaço (e poder) social.

Para Antunes, a economia solidária é um processo secundário, limitado e incapaz de constituir-se enquanto movimento antagônico ao capitalismo:

Se dentro do “terceiro setor” as atividades que vêm caracterizando a economia solidária têm a positividade de freqüentemente atuar à margem da lógica mercantil, parece-me, entretanto é um equívoco grande concebê-la como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista. Como se, por meio da expansão da economia solidária, inicialmente pela franja do sistema, se pudesse reverter e alterar substancialmente a essência da lógica do sistema produtor de mercadorias e da valorização do capital. (ANTUNES, 1999, p.113).

A perspectiva de Antunes destaca a limitação da economia solidária, no sentido de sua incapacidade de subverter a lógica do capitalismo por meio de seu crescimento. Discorda, assim, dos autores anteriormente apresentados, por conferir maior relevância ao efeito das estruturas capitalistas sob a economia solidária e seus sujeitos. Segundo o autor:

Uma coisa é presenciar nas diversas formas de atividades próprias da economia solidária e do “Terceiro Setor” um mecanismo de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado e passaram a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Esses seres sociais vêm-se então, não como desempregados, excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social. Aqui

há, por certo, um momento de dispêndio de atividade útil e, portanto positiva, relativamente à margem (ao menos diretamente) dos mecanismos de acumulação. Mas é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados. (ANTUNES, 1999, p. 113).

Essa possível funcionalidade da economia solidária em relação ao capitalismo, problematizada por Antunes, é também destacada por outros autores (WELLEN, 2008; PEGOTTO, 2005; GERMER, 2006;).

Ademais do anteriormente dito, os críticos marxistas identificam nas cinco vertentes apresentadas, um viés voluntarista e idealista (WELLEN, 2008), que percebe a ação individual desassociada de sua relação dialética, com as relações sociais próprias do capitalismo:

Para superar idealmente as determinações imanentes à fase atual do capitalismo, os defensores desse projeto advogam a possibilidade de determinação do sentido do capital pelo seu portador individual. As contradições sociais não teriam sua causa no capital como uma relação social, mas exclusivamente na vontade egoísta do seu portador. (WELLEN, 2008 p.109).

As críticas da economia solidária, elaboradas por esses autores, se baseiam, em certa medida, nas feitas por Marx aos socialistas utópicos.

A perspectiva crítica à economia solidária altera o foco do debate e faz um importante alerta sobre a necessidade da compreensão deste fenômeno enquanto parte integrante da formação social capitalista e, portanto, em certa medida, funcional para a manutenção desta.

CAPÍTULO 3

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA

O debate sobre o desenvolvimento da autonomia coletiva é central para a compreensão das reais possibilidades da economia solidária. Uma parcela importante da bibliografia traz como pressuposto a existência de uma racionalidade nos empreendimentos de economia solidária voltada à pessoa, diferenciando-a da lógica capitalista de maximização dos ganhos (SINGER, 2002; GAIGER, 2002 e FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). O presente estudo busca problematizar esse pressuposto por meio da utilização da noção de *experiência* (THOMPSON, 1981; 1987).

A discussão em relação à autonomia coletiva em empreendimentos solidários é relevante, dado o fato de que neste tipo de empresa abre-se a possibilidade do exercício da autogestão, o que permite o alcance de níveis de autonomia coletiva que não são possíveis sob o trabalho assalariado e comandado.

No entanto, a constituição desse sujeito autogestionário é histórica e não ocorre isenta de conflitos valorativos e de dificuldades decorrentes da nova condição do trabalhador.

Buscou-se, assim, a construção do conceito de autonomia coletiva que pudesse abranger essas questões e que possibilitasse uma aproximação histórica e mais qualificada do objeto de estudo.

O conceito de autonomia coletiva utilizado divide-se em dois níveis: o primeiro refere-se às *práticas*, ou seja, à possibilidade da tomada de decisões enquanto grupo: a escolha das tarefas, das metas, do sentido do trabalho e da forma de organização geral da empresa (CATTANI, 2006). O segundo nível refere-se à *experiência* (THOMPSON, 1981), ou seja, a aptidão do grupo em produzir uma problematização da condição de assalariamento que permita o desenvolvimento de parâmetros para a prática que reflitam essa contestação.

Estes dois níveis possuem uma relação dialética, na medida em que são tensões surgidas por meio de uma experiência determinada, que permitirão uma problematização de práticas realizadas anteriormente. Esse questionamento pode produzir novas experiências, que possivelmente servirão de referência para decisões futuras, gerando, assim, novas contradições.

A diferenciação entre práticas e experiência é pertinente, pois se compreende que não existe uma relação determinante e necessária entre o estabelecimento de um empreendimento de economia solidária e a transformação valorativa dos sujeitos. A seguir serão destacadas algumas razões para esta afirmação.

Primeiramente, a economia solidária - sobretudo no caso brasileiro- configura-se enquanto economia de subsistência (o que fica claro nos dados do MTE-SENAES, 2007). Neste sentido, a participação dos sujeitos nesses empreendimentos tende a se concretizar mediante uma situação emergencial e provisória. Isso fica evidente ao se constatar que, grande parte dos empreendimentos garante rendimentos mais baixos do que a média do mercado de trabalho (no caso brasileiro, dados MTE-SENAES, 2007) e sem permitir, de maneira geral, o acesso aos direitos trabalhistas.

Outro argumento é a tendência, já detectada em estudos anteriores (DAL RI e VIEITEZ, 2001), do estabelecimento de uma *gestão de quadros*¹⁴ em empreendimentos de economia solidária. Esse modo de operação do poder se estabelece dada a falta de experiência dos trabalhadores em gerenciar um empreendimento e os poucos incentivos para começar a fazê-lo.

Para esses autores, a gestão de quadros é uma contingência histórica das organizações, produzida pela situação de classe dos trabalhadores. A existência da direção de quadros é a expressão e ao mesmo tempo sujeito do conflito que perpassa as organizações autogestionárias.

Segundo esta concepção, a figura do quadro dirigente é distinta do papel cumprido pelo gerente em uma empresa comum. O quadro tende a *organizar*, diferentemente do gerente que *comanda*.

A gestão de quadros é, assim, um elemento capaz de produzir uma mistificação dos empreendimentos da economia solidária, pois por meio de líderes com experiência sindical e partidária, torna-se possível a efetivação de um discurso esperado (pela academia e agentes da economia solidária) e coerente, mesmo que

¹⁴ Para Dal Ri e Vieitez (2001) os quadros tendem a se perpetuar nas direções, porém, isso se deve não pela posse da propriedade, de dinheiro ou de relações de dependência pessoal, mas sim de sua capacidade de representar, aglutinar, influenciar sua base.

Para os mesmos autores: "As características e origens destes quadros são: 1) militantes do movimento operário popular, notadamente sindicalistas que já faziam parte do coletivo ou que foram indicados pelo sindicato para acompanhar a empresa; 2) integrantes do setor técnico ou administrativo da antiga empresa capitalista; 3) lideranças que emergem espontaneamente do coletivo. (...) Contudo, a direção de quadros não deixa de ser a expressão administrativa e política, em suas próprias organizações, da alienação do trabalho". (DAL RI e VIEITEZ, 2001, p. 108).

a realidade vivida pelos trabalhadores não o seja. Pode-se produzir, assim, uma aparência de práticas solidárias, mas que não levam ao desenvolvimento de uma problematização de relações verticais no ambiente de trabalho.

Além do dito anteriormente, há o fato de que, mesmo havendo espaço para a participação plena dos sócios nas decisões dos empreendimentos - o que nem sempre acontece - isso não significa que as decisões tomadas e defendidas por estes sujeitos serão dotadas de uma racionalidade diferenciada da que viveram em grande parte de sua vida laboral como assalariados.

Compreende-se, portanto, que a efetivação da autogestão, mesmo em nível microeconômico, não se dá de forma independente das relações sociais capitalistas. Neste sentido, o desenvolvimento da autonomia coletiva enfrenta dificuldades em seus dois níveis. A seguir, serão destacados os elementos a que se refere cada um dos níveis, e serão apresentados alguns dos possíveis problemas enfrentados pelos empreendimentos de economia solidária, no que tange ao desenvolvimento da autonomia coletiva.

O nível das práticas faz referência ao modo de organização e implementação das ações coletivas cotidianas, sejam elas do âmbito produtivo ou decisório. Neste nível, há a dificuldade em organizar o espaço produtivo e os mecanismos decisórios, de forma que permita a participação efetiva dos sócios e que garanta um trabalho com sentido.

As barreiras surgem inicialmente do fato de que os trabalhadores envolvidos na formação de empreendimentos econômicos solidários são desprovidos de capital, logo, qualquer aquisição coletiva passa ou por ajuda de agentes externos (o que, pode significar dependência) ou pela contribuição dos associados. Esse primeiro problema estabelece uma pequena margem de manobra do coletivo em relação a arranjos produtivos e organizacionais.

Outro ponto de dificuldade é, que, como qualquer empreendimento econômico no capitalismo, as empresas solidárias têm de responder a parâmetros de eficiência produtiva, a fim de sobreviver à concorrência, o que causa uma pressão sobre os trabalhadores envolvidos na produção. Esse fato pode tornar-se um empecilho para o desenvolvimento da autogestão e de um trabalho com sentido.

A ausência de uma proposta organizativa da produção, que seja própria da economia solidária, e que represente uma alternativa aos arranjos produtivos existentes nas empresas tradicionais, estabelece uma dificuldade relevante no

sentido do desenvolvimento da autonomia coletiva. Este fato leva a maioria dos empreendimentos solidários a não organizar a produção de forma substancialmente diferente das demais empresas do ramo.

Ademais do já expresso, há a possibilidade da existência de cooperativas falsas ou *coopergatos*, nas quais a participação dos trabalhadores é nula ou somente formal, e apesar de cumprir os requisitos legais, denota um importante processo de precarização das condições de trabalho.

Em suma, a democracia no espaço produtivo gera um custo que a maioria das empresas solidárias tem pouca ou nenhuma capacidade de pagar. Neste sentido, as fragilidades econômicas, aliadas à dificuldade do estabelecimento da autogestão, representam algumas das barreiras enfrentadas pelos empreendimentos de economia solidária.

Além disso, o estabelecimento da autogestão não é suficiente para a garantia do desenvolvimento da autonomia coletiva, apesar de necessário. Portanto, torna-se relevante uma análise do segundo nível da autonomia coletiva.

A *experiência* possui relação dialética com a *prática*, é produzida e é produto desta. Utiliza-se esta noção tendo como base os estudos de Thompson (1981, 1987), sendo, ela, o núcleo central deste modelo analítico.

Retomando Merleau-Ponty (2004), que afirma que a consciência é tão vivida como sentida, Thompson alega que os valores não são chamados nem pensados, são vividos, e nascem dentro da mesma conexão com a vida material na qual surgem as ideias. Esses valores são aprendidos primeiramente na família, no trabalho e na comunidade próxima. Para Thompson “[...] os valores tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno da contradição, de luta entre valores e de visões de vida alternativos” (1981, p. 190).

Nesse sentido, a *experiência*, sobretudo a construída durante a trajetória laboral do trabalhador¹⁵, influi na forma como se percebe e se age em seu atual trabalho, sendo neste processo que operam os condicionantes ao desenvolvimento de relações solidárias.

¹⁵ Além do próprio trabalho assalariado como mecanismo de criação de uma subjetividade específica, não se pode desconsiderar o efeito da formação escolar, como expressa Paul Willis (1981). Em seu estudo, o autor demonstra como são as próprias atitudes inconformistas de jovens de uma escola inglesa que os leva a reproduzir a ordem social. Entre essas atitudes, a valorização do trabalho manual, a afirmação do machismo e do racismo e os atos de beber e fumar são elementos que formam um contínuo entre o mundo escolar e laboral. E ao ter de encarar o mercado de trabalho, os jovens tendem a enfrentar uma decepção decorrente da não realização de um conjunto de expectativas criadas durante a trajetória escolar.

A utilização da noção de experiência enquanto elemento analítico complementa a definição da autonomia coletiva e a qualifica, na medida em que, não basta somente conhecer as possibilidades de participação dos sujeitos, é *mister* compreender também quais são os parâmetros para as decisões destes.

Mesmo não sendo mais diretamente vendedores individuais de sua força de trabalho, os trabalhadores das empresas solidárias foram formados no mercado de trabalho assalariado, e por isso, internalizam (e conservam mesmo que em parte) o regramento, as relações de submissão, a hierarquia, assim como fatores culturais, ideológicas, psicológicas inerentes à situação de assalariamento.

Essa tendência de permanência dos elementos subjetivos apreendidos na experiência do sujeito, mesmo que parcial, representa um complicador, tanto para o exercício da autogestão, quanto para o estabelecimento de decisões que tenham como base uma racionalidade distinta da internalizada durante a trajetória ocupacional.

Entendendo que a temática da autonomia coletiva é complexa e incidida por diversos fatores, este estudo adota como *indicadores contingentes*¹⁶ os elementos que possuem a capacidade de influenciar, positiva ou negativamente (por vezes, ambas simultaneamente), o processo de desenvolvimento da autonomia nos dois níveis definidos anteriormente.

A fim de entender o processo de desenvolvimento da autonomia coletiva compreende-se enquanto indicadores contingentes deste fenômeno: o processo de trabalho, a divisão dos ganhos, a forma de relacionamento com o mercado e com agentes externos, o processo decisório e o histórico laboral.

A seguir, será realizada a exposição mais completa dos elementos apresentados anteriormente, os dois níveis da autonomia coletiva e os indicadores contingentes

¹⁶ Schedler (2003) desenvolve a noção de contingência, enquanto elemento incerto, gerado por múltiplas causas e capaz de distintos efeitos.

1. A AUTONOMIA COLETIVA

1.1 As práticas: a autogestão enquanto arena de possibilidades

A autonomia coletiva sob o aspecto das práticas faz referência à possibilidade de se tomar decisões enquanto coletivo: a escolha das tarefas (*o que fazer e como fazer*), das metas (planejamento e eleição de objetivos não imediatos), do sentido do trabalho e da forma de organização geral da empresa (eleição de procedimentos e normas) (CATTANI, 2006).

Tendo como referência esta concepção, a autonomia coletiva inexistente na empresa comum, já que a tomada de decisões é terminantemente vertical e se restringe a um corpo gerencial.

Nos empreendimentos de economia solidária a autonomia coletiva tende a sofrer o efeito contingencial no âmbito econômico, pelas pressões do mercado, e na dimensão da tomada de decisões, dada a dificuldade de promover a participação. Tratem-se destas questões, a seguir.

O estabelecimento de empreendimentos solidários não acontece de forma isolada das relações próprias da formação social capitalista. Como foi expresso em capítulo anterior, o ressurgimento do cooperativismo ressignificado enquanto economia solidária se dá em um cenário no qual os trabalhadores têm dificuldades de garantir sua subsistência.

Somada essa dificuldade com a dispersão das categorias profissionais ocorridas por meio de processos de subcontratação e terceirização (e da reestruturação produtiva como um todo), desenvolvem-se empreendimentos de economia solidária que tem como objetivo primeiro a garantia da reprodução material de seus sócios.

Nesse sentido, a primeira barreira na constituição de empreendimentos de economia solidária refere-se ao fato de que seus sócios, de maneira geral, não são portadores de capital. E quando o adquirem, por meio de empréstimos, do incentivo estatal ou pelo financiamento de entidades de apoio à economia solidária, o fazem em pequenas quantidades e/ou tem de dar contrapartidas. As consequências desta barreira inicial são inúmeras, durante todo o processo de estabelecimento do

empreendimento, seja no que se refere à autogestão, ou em relação ao aspecto produtivo.

O caráter de subsistência dos empreendimentos, aliado aos baixos níveis de capital acumulado, tende a gerar empresas solidárias frágeis e instáveis, do ponto de vista econômico (com efeitos para o empreendimento como um todo).

Este cenário tende a reforçar um processo de reprodução de arranjos produtivos utilizados nas empresas tradicionais, havendo poucas condições nos empreendimentos solidários para a criatividade nesse aspecto.

Estudos como o de Dal Ri e Vieitez (2001) demonstram que, em relação à forma de organização da produção em empreendimentos de economia solidária, não há diferenças substanciais das formas levadas a cabo pelas empresas tradicionais. As consequências deste fato estendem-se para além do âmbito produtivo e alcançam o exercício da autogestão.

A autogestão é tida como principal diferenciador deste tipo de economia (SINGER, 2002), pois permite aos trabalhadores, antes somente dedicados a tarefas subalternas, envolverem-se em todas as etapas do processo decisório da empresa solidária.

Este regime de operação do poder em âmbito microeconômico pode representar uma importante ferramenta de envolvimento dos trabalhadores e de incentivo ao cumprimento de suas tarefas cotidianas.

O comprometimento gerado pela autogestão é um dos elementos que possibilitaram o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária apesar das limitações apontadas anteriormente.

A possibilidade do exercício da autogestão coloca a temática da autonomia coletiva em posição proeminente. Isso se deve ao fato de que o trabalhador na empresa comum não tem possibilidade de emitir opinião, e quando tem, se limita a questões pontuais, sendo seus posicionamentos apropriados pelos dirigentes empresariais. Já na empresa autogestionária o trabalhador tem (ou pelo menos deveria ter) o direito de falar e ser ouvido, influenciando, assim, os rumos do empreendimento coletivo.

Nesse sentido, a fragilidade dos empreendimentos econômicos solidários, no que se refere à competitividade, tende a ser enfrentada por meio do envolvimento gerado a partir da autogestão. Isso explicaria o crescimento do número de empreendimentos no caso brasileiro, apesar da baixa renda auferida. Esse

envolvimento permitiria uma flexibilidade do trabalho no que se refere às condições laborais. É possível que os trabalhadores, a fim de garantirem a manutenção de seu empreendimento, aceitem condições de trabalho mais prejudiciais do que as de um trabalhador assalariado. O que fica evidente no caso brasileiro, no qual 87% das empresas solidárias geram rendas menores ou iguais a um salário mínimo (MTE-SENAES, 2007).

A possibilidade de participação dos trabalhadores, aliada às dificuldades econômicas pertinentes à situação dos empreendimentos no mercado, coloca a temática da autonomia coletiva em posição central no debate das limitações e possibilidades da economia solidária. Demandando, assim, uma análise que busque ir além da existência - ou não - do exercício da autogestão, porque apesar de condição necessária, não é suficiente. É *mister* compreender o sentido desta participação e a forma de resolução de problemas por parte dos trabalhadores autogestionários. A seguir, será abordado este elemento, tendo como base o conceito de *experiência*.

1.2 A experiência: problematização da relação assalariada?

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 1976, p. 203).

A passagem da situação de trabalhador assalariado para trabalhador autogestionário não ocorre sem tensões e dificuldades. Enquanto na situação anterior, o sujeito somente responsabilizava-se pelo seu trabalho parcial, agora ele tem responsabilidade sobre toda a empresa.

Além do encargo de novas tarefas, durante seu histórico ocupacional e educacional, o trabalhador desenvolveu padrões de apreensão da realidade próprios da condição de assalariado. Essa abordagem histórica faz-se necessária para problematizar os sentidos possíveis da autogestão em empreendimentos de economia solidária.

Esse componente histórico pode levar a uma prática da autogestão, formada por um conjunto de ações que tenham como *sentido* principal a busca pela eficiência

produtiva e maximização dos ganhos, não desenvolvendo, assim, uma racionalidade distinta da empresa comum.

Tendo dito isso, o exercício da autogestão em empreendimentos de economia solidária, é elemento necessário, porém, não suficiente para a constituição de sujeitos que problematizem a condição de assalariamento e os valores decorrentes desta. A fim de compreender o desenvolvimento da autonomia coletiva, buscou-se estabelecer um conceito que pudesse abarcar as questões colocadas anteriormente.

Sendo assim, a autonomia coletiva é definida como a capacidade da experiência vivida nos empreendimentos de economia solidária em engendrar uma problematização da condição de assalariamento e o estabelecimento de um conjunto de parâmetros para ação que reflitam essa contestação.

Este conceito foi desenvolvido tomando a noção de *experiência*, defendida por Thompson, como eixo central. A seguir, busca-se apresentar a definição desta noção e de alguns de seus pressupostos epistemológicos.

A realidade social é, para Thompson, composta por uma movimentação do *ser social* que parece entrar em conflito e contradição com a *consciência social* e, ao *fazê-lo, propõe* novos problemas e perspectivas, gerando, assim, continuamente novas experiências.

Nesse sentido, para Thompson, a *experiência* é:

(...) uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 16).

A experiência é criada de forma espontânea no ser social, mas isso não ocorre sem pensamento, e sem refletir o que acontece aos sujeitos e ao seu mundo. Emprega-se, assim, o pressuposto epistemológico de que *o ser social determina a consciência social*, no entanto:

(...) como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. (THOMPSON, 1981, p. 17).

Defende-se, assim, que mudanças no ser social provocam a constituição de uma *experiência* modificada, e essa é determinante ao exercer pressões sobre a consciência social.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes tem novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. (THOMPSON, 1981, p. 17).

As pressões da experiência sobre a consciência retornam em sentido inverso, fazendo com que a consciência atue novamente sobre o ser, pois, “(...) *como o ser é pensado, também o pensamento é vivido – as pessoas podem, dentro de limites, viver as expectativas sociais ou sexuais que lhes são impostas pelas categorias conceptuais dominantes.*” (THOMPSON, 1981, p. 17). Por isso, para Thompson, a luta de classes é igualmente uma luta em relação a valores. Estes, mais do que pensados ou chamados, são vividos, caracterizando-se enquanto produto da mesma ligação com a vida material e com as relações materiais que nascem as idéias.

Nesse sentido, o autor afirma:

Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e ações, são tão “sujeitos” (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados. (THOMPSON, 1981, p. 194).

Chama, também, a atenção para o fato de que, uma análise materialista de valores não deve partir de proposições idealistas, mas sim da permanência material da cultura, o modo de vida e principalmente das relações produtivas e familiares dos sujeitos.

Para Antunes (1999, p. 171), as dificuldades dos estudos da consciência de classe se concentram em dois extremos: num pólo, encontram-se relatos empíricos sobre como atua e atuou a classe trabalhadora, no outro, estão os estudos, sobretudo filosóficos, que tendem a uma construção idealizada e ahistórica da classe¹⁷ (Antunes aponta como exemplo extremado deste segundo viés o

¹⁷ Sobre a construção histórica do conceito de classe e sua relação com a consciência, ver THOMPSON, 2001; p. 269-282.

desenvolvimento das noções de *falsa e verdadeira consciência*, feita por Lukács em *História e consciência de classe*).

A noção de *experiência* colabora para o desenvolvimento de um modelo analítico que vá além destes dois extremos, pois se configura enquanto um conceito de junção (THOMPSON, 1981, p. 118) entre estrutura e processo, entre ser social e consciência social. É ela:

“(...) que dá cor à cultura, aos valores e aos pensamentos: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. (THOMPSON, 1981, p. 112).

A experiência é também um conceito de disjunção entre tradições marxistas; faz-se referência ao estruturalismo ahistórico (tendo como maior referência Althusser) e a ao materialismo dialético historicista.

A dialética, para Thompson, não pode ser registrada, ela se refere a uma forma de organização do pensamento por meio da existência de opostos coexistentes e como uma expectativa à lógica do processo. Sendo assim, ela somente pode ser compreendida pelo aprendizado crítico dentro da própria prática.

O materialismo histórico, segundo o autor, percebe o processo em sua totalidade, mostrando os distintos modos em que cada conjunto de atividades particulares se relaciona com as demais, a lógica desse processo e a racionalidade de causação.

Ao criticar Althusser, Thompson realiza uma importante diferenciação entre formação social e modo de produção. Essa distinção está na base de uma compreensão de que, apesar de condição necessária, a instauração de um determinado modo de produção não é elemento suficiente para o estabelecimento de uma nova formação social.

“(...) se voltarmos o olhar para qualquer futuro descrito como “socialista”, não haverá erro mais prejudicial e realmente perigoso para a prática de qualquer liberdade humana do que a noção de que há um modo “socialista” de produção (como a propriedade pública ou estatal dos meios de produção) dentro do qual são dadas certas relações “socialistas” de produção, e que constituirá uma garantia categórica de que uma sociedade (valores, idéias, instituições, etc.) socialista se produzirá a si mesma... (THOMPSON, 1981, p. 179).

Enquanto a tradição althusseriana estabeleceu uma compreensão de sociedades sem sujeitos, Thompson, por meio da noção de experiência, busca

recolocar o sujeito empírico em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações e em sua consciência resultante:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão “obsoleto” do tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores da condescendência da posteridade... Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 1987, p.13).

Este conceito tem como mérito a possibilidade de estudos empíricos capazes de uma problematização do desenvolvimento da consciência mais qualificada e sem cair em pressupostos idealistas. Superando, assim, uma concepção da consciência social enquanto isolada e separada do ser social.

Nesse sentido, por meio da noção de *experiência* os trabalhadores são entendidos:

[...] como pessoas que experimentam suas situações relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 190).

A perspectiva de Thompson supera, assim, um viés voluntarista que não compreende a ação das estruturas e sua relação com a totalidade da formação social e uma perspectiva estruturalista que, ao excluir os trabalhadores - enquanto sujeitos das transformações - confere todo o poder às estruturas.

É a partir do conceito de experiência que estabelece um sujeito sensível, capaz de sentir e viver tanto as relações materiais quanto seus pensamentos decorrentes de sua condição enquanto trabalhador, que se busca, neste estudo, analisar o processo de desenvolvimento da autonomia coletiva em empreendimentos de economia solidária.

2. OS INDICADORES CONTINGENTES

Definimos, enquanto indicadores contingentes, os elementos presentes nos empreendimentos de economia solidária que influenciam o desenvolvimento da autonomia coletiva. Essa influência pode ter um sentido positivo ou negativo (ou ambos, simultaneamente). São fatores presentes nas empresas solidárias que as caracterizam, compondo sua atual condição, mas que podem gerar tensões capazes de alterar seu formato.

Os indicadores contingentes aqui utilizados foram selecionados por meio de pesquisa exploratória e de acesso a outros estudos empíricos sobre o assunto. Dentre estes, destacam-se as investigações realizadas por Dal Ri e Vieitez (2001), Ferrarini (2007), Fulber (2008), Holzmann (2001) e Marques (2006).

A seguir, será discutida a importância desses elementos e o modo como este estudo buscou problematizá-los.

O processo de trabalho

Marx entendeu que o processo de trabalho era o eixo que permitiria o conhecimento do capitalismo, pois é portador de uma capacidade totalizante sobre a vida do sujeito:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996, p. 297).

Ao concordar com o pressuposto da centralidade da categoria trabalho, (ANTUNES, 1995a) coloca-se a análise do processo do trabalho como um dos eixos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Os componentes simples do processo de trabalho, são para Marx *“a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.”* (MARX, 1996, p. 298).

Este estudo procura, assim, analisar a forma de relação do trabalho com os outros fatores (a matéria prima e os meios de produção) nos empreendimentos de economia solidária estudados. Essa relação pode se concretizar de diferentes formas dependendo do modo de organização do processo de trabalho.

Nesse sentido, busca-se atentar para os seguintes elementos:

1. A forma de divisão do trabalho;
2. A relação do trabalhador com o produto de seu trabalho;
3. A autonomia individual do trabalhador em determinar o modo de realizar seu trabalho;
4. Os meios de produção existentes;
5. A jornada laboral;
6. O local de trabalho;
7. A formação técnica;

Dado o fato que, um dos empreendimentos estudados refere-se ao setor de serviços, alguns dos elementos referenciados não poderão ser observados.

A divisão dos ganhos

Entende-se a divisão dos ganhos como a forma de pagamento pelo trabalho e o valor conferido a cada trabalho, bem como a utilização do capital coletivo acumulado.

A economia solidária aproxima-se, sobretudo no caso brasileiro, de uma economia de subsistência, tendo como foco a reprodução material dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o aspecto da divisão dos ganhos é relevante.

Há diferentes formas de se pagar o trabalho. Segundo pesquisa exploratória realizada, foram detectadas duas maneiras principais: os ganhos por produção e os por tempo de trabalho.

O processo decisório

O processo decisório é definido pelo conjunto de etapas e procedimentos para se tomar decisões e garantir sua implementação. (CAMPOS, 1988).

No decorrer de toda a análise do processo decisório, faz-se necessário perceber os papéis desempenhados pelos sujeitos, o modo de exercício do poder e a forma de relacionamento e controle entre os sócios (LINDBLON, 1981). É elementar, também, a detecção do formato dos fluxos informacionais existente, pois são estes que permitem o acesso dos sujeitos aos elementos tomados como base para as decisões.

Nos empreendimentos econômicos solidários o espaço proeminente, estruturado e formalmente concebido para as decisões, é a assembleia geral.

No entanto, parte-se da compreensão que, apesar da importância da assembleia geral, enquanto momento final da decisão, é necessário focalizar a atenção para a estrutura administrativa da empresa, bem como, a forma de resolução de problemas cotidianos.

A estrutura administrativa refere-se à distribuição de cargos, bem como a divisão de tarefas incumbidas aos sujeitos. Está relacionada não somente com o aspecto formal da divisão de responsabilidades, mas também com a prática dos sujeitos identificados como portadores de obrigações com o coletivo.

O modo de resolução de problemas cotidianos pode ser entendido pelo procedimento adotado pelos sujeitos para lidar com as questões relacionadas ao dia-a-dia da empresa, sejam elas esperadas ou não.

A forma de relacionamento com agentes externos

As influências de organizações externas estão presentes no dia-a-dia dos empreendimentos de economia solidária, exercendo influência sobre diferentes elementos da organização empresarial.

Esse estudo tem como foco três tipos de relacionamento, o estabelecido com o mercado, o com as organizações de apoio e entidades parceiras (governamentais ou não) e com a comunidade.

A relação com o mercado se dá por meio da concorrência, e tende a exercer uma pressão por uma eficiência produtiva determinada com baixos preços. Buscou-se assim, perceber a forma como essa pressão está presente no cotidiano dos empreendimentos.

Outro modo de relação com o mercado é o estabelecido com clientes e fornecedores, por meio da venda de produtos (ou serviços) e compra de insumos.

As entidades parceiras dos empreendimentos podem cumprir diferentes papéis: de apoio (por meio do financiamento, de cursos de formação, de apoio técnico), de colaboração produtiva (fornecimento de produtos a baixo custo) e de representação do setor (entidades representativas da economia solidária e do

cooperativismo). Procurou-se analisar a forma de relacionamento dos empreendimentos solidários com essas diferentes entidades e seus distintos papéis.

A noção de comunidade aqui tratada tem como foco as relações desenvolvidas no âmbito da vizinhança (um dos três gêneros de comunidade definidos por TÖNNIES, 1995, p. 239). Busca-se, assim, compreender o modo de relacionamento entre a comunidade vizinha e os empreendimentos estudados.

O histórico laboral

Conferindo papel central à *experiência* (THOMPSON, 1981), parte-se da compreensão que o histórico laboral influi transversalmente em todos os outros elementos contingentes. Isto se deve ao fato de que os trabalhadores inseridos nos empreendimentos solidários foram formados e viveram sob a condição de assalariamento, o que leva consigo um modo determinado de apreensão do mundo.

Não sendo esperado que ao entrar na cooperativa essa forma de encarar o mundo seja descartada de forma completa. As considerações dos trabalhadores sobre as diferenças e similitudes entre as duas condições por ele vividas são relevantes, na medida em que possibilita o estabelecimento de uma reflexão sobre a capacidade dos empreendimentos em gerar uma problematização do assalariamento e em instituir uma mudança valorativa.

CAPÍTULO 4

A COOPERATIVA UNIDAS VENCEREMOS – UNIVENS

1. A CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA

A cooperativa UNIVENS se localiza na vila Nossa Senhora Aparecida, bairro Sarandi, extremo norte de Porto Alegre. A área da vila foi ocupada em 1978, tempo em que era uma fazenda de cultivo de arroz. A ligação da UNIVENS com a comunidade é um dos elementos representativos do presente caso, é a partir do ambiente comunitário, dos vínculos entre vizinhas que o empreendimento surge.

No ano de 1996, um grupo de mulheres reivindicava a permanência de um médico no posto de saúde local. Ao conversar com o secretário municipal de saúde e tocar no tema do desemprego, surgiu a idéia de organizar um grupo de mulheres que pudesse realizar encomendas para o Grupo Hospitalar Conceição. A atual presidente fala sobre este ambiente inicial:

Eu sempre achei assim, que as mulheres tinham um potencial muito grande e a minha outra colega queria muito fazer um trabalho com adolescentes. E na época começou a fazer um trabalho que ensinava datilografia e ela começou a fazer... É que não tinha nada, na vila não tinha um espaço pra fazer as coisas, sabe? Não tinha como assim, vou unir os jovens, eu unia na minha casa, sabe? E as casas não eram bonitas como são hoje, daí a gente conseguiu arrumar uma garagem, né? Ajeitar. E daí com o tempo ela foi desanimando, voltou de novo pro mercado e daí: Puxa! A gente podia juntar um grupo de mulheres para costurar. E eu fui conversando com outras mulheres que eu achava interessante e a gente falava assim, a gente não tem nada, mercado, poucas máquinas.

No entanto, para que isso se concretizasse, seria necessária a constituição de um grupo formalizado. Iniciaram-se, assim, reuniões entre mulheres que procuravam trabalho no bairro. Formou-se um coletivo de 35 mulheres que construíram as bases da futura cooperativa e dividiram os custos de sua legalização.

Optaram pela organização enquanto cooperativa, pois:

[...] a gente achou que associação tinha um sentido muito de desvio de recursos, tinha um histórico muito ruim aqui na vila na época. E a gente achou que cooperativa era uma coisa muito legal, pois ela tinha um sentido de cooperar, sabe? De estar junto, de partilhar conhecimento, mas a gente não sabia nada também, não sabia nada disso. (atual presidente da cooperativa).

No começo dos anos 90, período de articulação que possibilitou a

organização da cooperativa, as entidades de apoio à economia solidária e as políticas públicas para o setor, eram ainda incipientes.

Dada a falta de apoio, o processo de legalização foi difícil, durou cerca de seis meses, foi constituído por diversos encontros e reuniões que tinham como objetivo principal a elaboração do estatuto. Muitas foram as tentativas de formalizá-lo, mas as poucas referências para o tema impuseram empecilhos relevantes. A presidente em entrevista conferida à Andrada (2009) fala sobre este processo:

Olha, sério mesmo, eu acho que foi Deus que nos ajudou. [...] A única coisa que conseguimos depois de umas três ou quatro reuniões foi chamar uma pessoa, que era vereador na época, mas que sempre foi muito parceiro nosso. [...] Ele veio e nos contou como é que funcionavam as cooperativas dos assentamentos do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra], pra gente poder ter noção. Porque a gente não sabia nada, nem como é que ia dividir o dinheiro. [...] Sem ninguém, não teve absolutamente ninguém, que nos ajudou nesse período. [...] Tudo a gente foi descobrindo assim, sem nenhuma assessoria. (ANDRADA, 2009, p. 98-99)

Apesar das dificuldades e da falta de apoio, por fim, em maio do ano de 1996 se constitui a Cooperativa Unidas Venceremos – UNIVENS.

Deste grupo inicial era relevante o traço de gênero, a baixa escolaridade, o desemprego e uma trajetória ocupacional marcada por condições laborais precárias.

Nos três anos iniciais, a produção de multimistura¹⁸ e uma parte da costura ocorriam na capela do bairro, o que dificultava o atendimento aos clientes e não permitia condições de trabalho satisfatórias:

Daí algumas pessoas nos procuravam querendo encomendas e nós não conseguíamos trabalhar na capela, na parte da frente tinha gente cozinhando, atrás tinha gente fazendo vacina, daí tinha uma mesa de corte, e tinha uma reunião da terceira idade e a catequese. (presidente da cooperativa).

Os primeiros trabalhos realizados pela cooperativa foram enquanto facção. As facções são empresas subcontratadas, sem autonomia de criação, especialistas em uma ou mais etapas do processo produtivo, com baixos níveis de remuneração e de maneira geral, a produção é realizada no espaço doméstico do trabalhador.

Os problemas destes anos iniciais, as precárias condições laborais, os baixos rendimentos e o não estabelecimento do contrato com o Grupo Hospitalar Conceição, produziu uma redução no número de mulheres participantes, de 35 para

¹⁸ Alimento produzido para consumo hospitalar, produzido através da mistura de diversos ingredientes nutricionais.

cerca de 23. Segundo a presidente da cooperativa: *“Ficamos com a impressão de que era um grande sonho, mas que não daria retorno, daí algumas foram desanimando, e reduzimos o número para 23 ou 24”*.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido na capela, que aos poucos deixou de ser facção iniciando a fabricação de peças inteiras, ocorriam no bairro, as reuniões do Orçamento Participativo. Nestes espaços, o grupo conseguiu, com a articulação e apoio de outros movimentos, no ano de 1998, a concretização da primeira Incubadora Popular de Cooperativas e Grupos de Porto Alegre. Sobre esse processo, Andrada (2009) destaca que o Orçamento Participativo foi relevante no sentido da iniciação política das associadas da UNIVENS.

Esse foi um momento marcante para as associadas mais antigas; foi quando elas puderam desenvolver ações mais sistemáticas e, com o apoio da prefeitura que subsidiava as contas de água, luz e telefone, a cooperativa pode acumular capital para construir sua sede própria.

Foi durante o período de incubação que o grupo teve um contato mais intensivo com os agentes da economia solidária (governamentais ou não), o que permitiu a realização de cursos de formação e de uma importante ampliação da rede de contatos da cooperativa. O empreendimento logrou, assim, entre os anos de 2001 e 2003, o acesso às encomendas de camisetas e sacolas dos Fóruns Sociais Mundiais ocorridos em Porto Alegre.

Tendo gradualmente alcançado uma maior estabilidade econômica e o desenvolvimento de novos apoios, no ano de 2005, por meio da mediação da Unisol (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil) e do financiamento com 50% a fundo perdido da ONG espanhola ACSUR (Asociación para La Cooperación Del Sur), foi inaugurada a sede própria da cooperativa.

Em 2004, tendo conseguido, novamente, o acesso às encomendas do Fórum Social Mundial, a cooperativa UNIVENS, juntamente com outros empreendimentos do país, iniciou o processo de criação da cadeia de produção de peças em algodão ecológico, denominada Justa Trama.

Essa cadeia produtiva é composta por uma cooperativa de pequenos agricultores, localizada no Ceará, que se responsabiliza pelo algodão; por uma empresa recuperada de Nova Esperança, São Paulo que fabrica o fio; por uma cooperativa de Santo André que produz o tecido; por um empreendimento de Santa

Catarina que fabrica roupas artesanais, cordões e fios; por um grupo de agricultores da Amazônia responsáveis pelas sementes e pela UNIVENS que fica a cargo da confecção e da serigrafia.

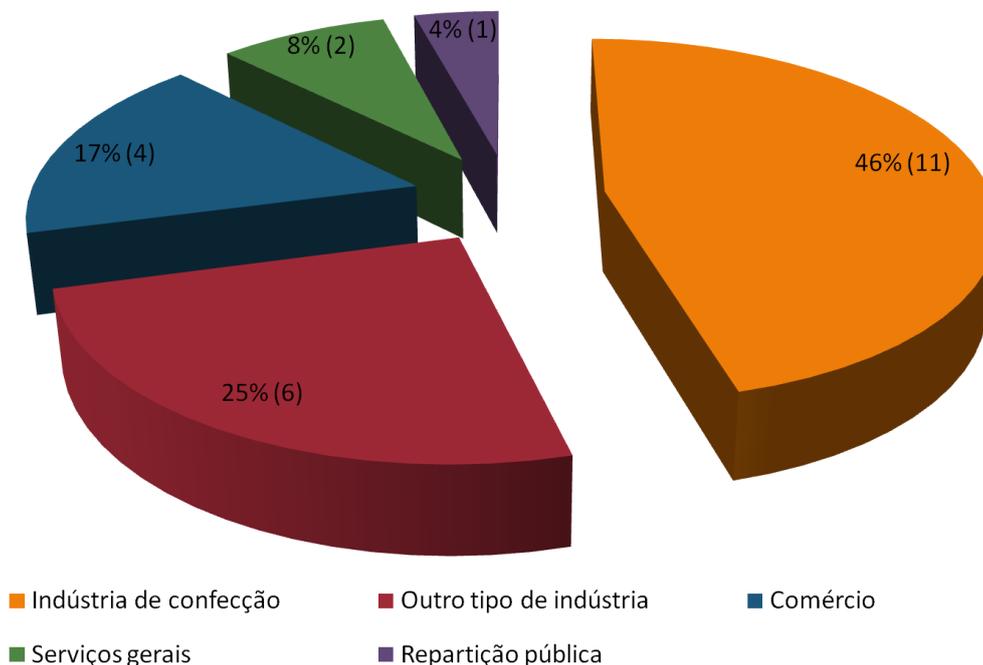
Segundo a presidente, a Justa Trama tem como objetivo estabelecer certa autonomia em relação às variações dos preços do mercado, já que todas as etapas da produção são realizadas pela rede.

Dada sua história e sua forte imbricação nas redes de economia solidária, a cooperativa UNIVENS é considerada pela bibliografia e por agentes de apoio à economia solidária (governamentais e não) como um modelo a ser seguido. Esse destaque incentivou a realização de diversas investigações sobre a cooperativa (ANDRADA, 2009; BARFKNECHT, 2006; OLIVEIRA, 2008; SANTOS, 2006) com diferentes enfoques e problemáticas.

2. A TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA UNIVENS

O histórico pessoal e profissional dos cooperados da UNIVENS é diverso. No entanto, há em comum alguns elementos. A maioria dos trabalhadores da cooperativa veio do interior do estado do Rio Grande do Sul, a fim de ocupar (ou que alguém da família ocupasse) um posto de trabalho em algumas das indústrias da zona norte de Porto Alegre. Em relação ao histórico ocupacional se apresenta a seguinte situação:

FIGURA 2 – Emprego anterior a UNIVENS de maior duração



Fonte: Elaboração própria por meio de dados obtidos pela aplicação de questionários. Setembro de 2008.

A predominância do histórico ocupacional em indústrias de confecção demonstra que o estabelecimento da cooperativa não se deu de forma descolada da experiência profissional existente na comunidade, nem das capacidades técnicas desenvolvidas nessa trajetória laboral.

Os trabalhadores com empregos anteriores no setor público, de comércio e serviços gerais, tendem os mais novos; concentrados, sobretudo, no setor de serigrafia.

As diversas experiências profissionais trazem consigo distintas formas de conceber o trabalho, o cotidiano laboral, as relações hierárquicas, bem como os elementos desejáveis, normais e estranhos.

Para o presente estudo de caso foram realizadas seis entrevistas com trabalhadores da UNIVENS. A seguir, será realizada uma breve apresentação dos entrevistados, com o objetivo de localizar o discurso destes sujeitos utilizado nesta investigação.

A presidente da cooperativa é vinda do interior do estado do Rio Grande do Sul. Tem um histórico de participação em movimentos de juventude e sindical, tendo trabalhado em fábricas de alimentos e em confecções. Atualmente trabalha no setor

de corte.

A “costureira A” tem um histórico ocupacional com passagens em diversas indústrias de confecção e em trabalho por conta própria. Está há dois anos na cooperativa.

A “costureira B” trabalha desde os 16 anos. Foi empregada em várias indústrias químicas e de confecção. Fez parte da fundação da UNIVENS.

A “trabalhadora da serigrafia A” é de origem cearense, trabalhou na lavoura desde os sete anos, teve passagens por indústrias de metalurgia e farmacêutica. Está na cooperativa há um ano.

A “trabalhadora da serigrafia B”, com 22 anos, é a mais jovem da cooperativa e está na UNIVENS há três meses. Nunca trabalhou de carteira assinada e mesmo sendo sócia da cooperativa, continua sendo manicure e vendendo roupa por conta própria.

O “trabalhador da serigrafia C” trabalhou desde os 16 anos, foi empregado em diversas indústrias químicas, sendo que em uma delas chegou a ser supervisor de linha de produção. Está há três anos na cooperativa.

3. O PROCESSO DE TRABALHO

A jornada de trabalho na cooperativa é de oito horas diárias (para os sócios que trabalham somente na UNIVENS), havendo duas horas para o almoço. Este fator, somado à proximidade da moradia, é muito valorizado pelos cooperados, pois permite o estabelecimento de um cotidiano que possibilita o cumprimento de tarefas domésticas e de atenção aos filhos.

Em relação à organização do trabalho, ela teve diferentes configurações durante a história da cooperativa. Atualmente, a UNIVENS se divide em três setores: o corte, a costura e a serigrafia. A produção de um produto, em geral, passa por todos os setores. Abaixo segue um quadro com a divisão dos trabalhadores por setor.

TABELA 1 – Divisão dos trabalhadores da UNIVENS por setor

Setor	Números de trabalhadores
Corte	5 (20%)
Serigrafia	4 (16%)
Costura em casa	7 (28%)
Costura na cooperativa	9 (36%)
Total	25 (100%)

Fonte: Elaboração própria por meio de dados obtidos pela aplicação de questionários. Setembro de 2008.

3.1 O setor do corte

O setor do corte é composto atualmente por cinco mulheres, dentre elas a atual presidente. Esta atividade é dividida em várias etapas, que são realizadas por todas as integrantes do setor.

Esse setor centraliza as atividades da cooperativa, nele se recebe o pedido, se divide e se distribui a produção para os demais trabalhadores e, posteriormente a mercadoria volta ao setor de corte que realiza a entrega ao cliente. Essa parte da cooperativa é considerada pelos cooperados como a “mais importante”, dada sua função de organização do trabalho e de relacionamento com os clientes e fornecedores.

A forma de trabalho desse setor é muito distinta em relação aos demais, pois engloba funções de naturezas diversas e possui um sentido de organização do trabalho da cooperativa.

A distribuição do trabalho feita pelo setor de corte não se estabelece com um caráter de *comando do trabalho*, pois existe a possibilidade de uma costureira recusar a encomenda posta sob responsabilidade.

A troca de trabalho é recorrente, o setor do corte estipula o número de peças que cada uma deve costurar, mas esta quantidade nem sempre é aceita, fazendo com que haja uma troca informal entre as costureiras.

Dada a natureza multifuncional do setor de corte, existe a tendência de as mais antigas na cooperativa (e com maior experiência) ficarem nesta parte do

empreendimento.

Ao se formar o setor, houve o debate sobre qual máquina deveria ser utilizada. As opções eram entre uma máquina maior, de maior produtividade e menor custo, ou uma máquina menor, de menor produtividade e maior custo, mas que, no entanto, se adaptava melhor à estrutura física das cooperadas. Acabou-se por ser escolhida a segunda. Este fato demonstra a existência de parâmetros não mercantis que podem orientar algumas das decisões do grupo.

3.2 O setor da costura

O setor com o maior número de trabalhadoras é o da costura, no qual trabalham 16 mulheres. Destas, nove costuram na cooperativa e sete em casa. Não há divisão do trabalho, cada uma costura a peça inteira, o que possibilita a identificação da trabalhadora que se dedicou a determinado produto. Isto também permite a responsabilização em casos de erros.

A presidente justifica a manutenção desta forma de organização do processo de trabalho das costureiras:

Nós já pensamos nisso [em dividir a produção de uma peça], mas nunca colocamos em prática. Elas pensam assim: “vou fazer a parte mais complicada, ela a menos complicada e vamos ganhar igual”.

Além deste aspecto, segundo a presidente a não divisão do trabalho no setor de costura é importante:

Por que esse prazer de você senti que é um trabalhador capaz de fazê uma peça inteira é muito importante, dá muita dignidade como pessoa, sabe, por que tu... Como que a fábrica faz: tu faz os bolsos, eu prego os bolsos, tu faz a parte lateral. Tu não sabe fazê nada, tu só sabe tocá a máquina. E assim as pessoas se realizam melhor, elas podem olhá o seu produto e dizer: ‘esse é meu produto’, ‘eu sou uma costureira’, ‘eu sô capaz de fazê calça, eu sô capaz de fazê jaleco, eu sô capaz de fazê...’. Se ela vê hoje

No entanto, a opção por esse modo de organização do trabalho das costureiras gera controvérsias, há trabalhadores que defendem a divisão do trabalho, pois segundo eles, é importante seguir um padrão:

É isso aí, dentro do padrão que elas trabalham hoje, nunca vai sair algo padrão. Só vai sair num padrão, a Maria lá coloca só a manga, a outra

coloca as costuras do lado, só assim para ter um padrão. Daí seria sempre a mesma que faria a gola, ou a manga, enquanto hoje cada uma faz uma peça inteira, os padrões mudam daí.

Acho importante ter um padrão, tem que ter em tudo. Claro, a gente fala muito de aprendizado de empresa, mas o padrão, ele te garante que tu vai fazer a coisa certa em determinada maneira. (“trabalhador da serigrafia C”).

É recorrente no discurso dos trabalhadores a aceitação dos argumentos da presidente em relação ao assunto, apesar de que, para muitos não há diferenças relevantes:

Não é muito diferente, porque com a experiência, lá tu tem um layout, cada uma faz uma parte, e são maneiras de promover a costureira, eu fiz bainha, fiquei na máquina reta...no final de 20 anos eu aprendi a fazer a peça inteira (...)

Não tem muito segredo, porque pra ti fazer uma camiseta tu une o ombro, bota a manga, fazer bainha, colocar a gola...e é assim sempre. Por mais que tu faça sozinha tu faz assim. (“costureira A”).

Durante o ano de 2009, com o objetivo de colaborar na organização financeira da cooperativa, um estagiário de administração canadense esteve no empreendimento. Ele trata com estranhamento a ausência de divisão do trabalho na costura:

A produção em série, normalmente é mais rápido. Mas essa é uma empresa diferente, essa coisa de economia solidária é muito sabe...talvez pras mulheres seja importante fazer a peça inteira, mas daí fica uma diferente da outra. Mas se cada uma fizesse uma parte seria mais eficiente

Mesmo as costureiras que se dedicam exclusivamente à cooperativa têm de, por vezes, trabalhar além da jornada estipulada: *“Às vezes a gente fica um pouco mais depois do expediente, quando a presidente quer a gente fica. E eu tenho ficado mais, principalmente depois de ter assumido a tesouraria”*. (“costureira B”).

A forma de organização do trabalho do setor da costura estabelece uma relação individualizada da costureira com a cooperativa. A possibilidade de trabalhar em casa, o ganho por produção e a flexibilidade de horário não estimulam a participação das associadas nas questões coletivas, pois qualquer tempo gasto em tarefas que não a costura (como atender ao telefone ou a um cliente), representa uma perda de rendimento.

Há, assim, uma responsabilização da costureira sobre o próprio trabalho, havendo um autocontrole de qualidade e do tempo:

A gente perde muito tempo só no cigarro, são seis intervalos de dez minutos, então perdemos sessenta minutos por dia só por causa do cigarro, eu já fiz as contas (“costureira B”).

Cada costureira possui autonomia sobre o seu fazer, podendo assim reproduzir as formas de trabalho aprendidas na família e na prática, que, geralmente são negadas pela indústria não-cooperativa: “Quando tu chegavas para trabalhar lá, tu ia para um setor de “adestramento”, por onde todas tinham que passar mesmo quem fosse costurar, para aprender a costurar” (“costureira B”). A cooperada se refere aos mecanismos desenvolvidos pelas empresas tradicionais a fim de constituir uma homogeneização da produção, sendo necessária a eliminação de qualquer resquício de “jeitinho” que fora aprendido anteriormente.

3.3 O setor da serigrafia

O terceiro setor é o da serigrafia, no qual trabalham três cooperadas e o único cooperado homem do empreendimento. Como no corte, na serigrafia o rendimento é igual para todos, mesmo que tenha havido alguma falta ao trabalho, desde que justificada.

Os cooperados da serigrafia, diferentemente dos outros setores, entram na cooperativa, geralmente, sem o conhecimento do trabalho a ser efetuado (na costura e no corte é um pré-requisito).

Os associados destacam uma posição de desvalorização em que se encontra a serigrafia. Isso se deve ao fato de que os trabalhadores deste setor são os mais novos, não tendo participado do processo de instituição da cooperativa e, portanto, gozam de menos reconhecimento e poder de intervenção do que em relação às cooperadas fundadoras.

O setor da serigrafia é o que possui maior rotatividade de associados. Nos últimos três anos passaram vinte cooperados pelo setor. Segundo o “trabalhador da serigrafia C”:

Eu te diria que o sistema de trabalho na Serigrafia onde as pessoas que entram tu vê que as pessoas não têm muita vontade, muito poucas. Tu vê que a rotatividade é muito grande, sempre tem alguém diferente. Isso não está nas pessoas, às vezes, isso está de outra maneira, nas pessoas que trazem outras para trabalhar, são pessoas que não tem espírito de cooperativismo ou de trabalhar em grupo. E as pessoas não são perguntadas em relação a isso.

A cooperativa tem 12 anos e já passou muitas pessoas ali na serigrafia, mais de 20 pessoas que não deram certo ou foram convidadas a serem retiradas. (...)

Uma coisa é uma pessoa que está procurando um emprego, outra é a que quer trabalhar, querer fazer parte de algo.

Para este mesmo cooperado, o valor pago ao trabalho da serigrafia é baixo, pois a cooperativa não considera a possibilidade de falha (fato, segundo ele, normal e recorrente) nos cálculos de custos, fazendo com que haja uma diminuição considerável dos rendimentos do setor.

Quando acontece algum erro individual na serigrafia o custo é dividido coletivamente. Essa decisão se mantém apesar da opinião contrária, principalmente, dos trabalhadores mais novos.

Há a tendência do estabelecimento de tensões entre os setores devido à interdependência e à necessidade de se manter um ritmo de produção. Esses conflitos se estabelecem, sobretudo, dada a diferença do processo de trabalho entre os setores do corte e da costura com o da serigrafia.

A interdependência setorial é mais sentida na serigrafia, pois seu trabalho somente inicia ao terminar os restantes. Dada a dificuldade de concretização de um ritmo de produção harmônico entre os setores, há períodos sem trabalho na serigrafia e outros nos quais a carga de trabalho é maior do que a capacidade suportada.

4. A DIVISÃO DOS GANHOS

O trabalho na cooperativa é remunerado de acordo com a produção individual ou setorial. Os trabalhadores entrevistados relacionam o emprego de carteira assinada ao ganho por jornada laboral: “[no contrato assalariado] *tu não ganha por produção, tu tem um salário “x” no final do mês. Aqui se tu não produz tu não ganha.*” (“trabalhadora da serigrafia A”).

Mesmo havendo no capitalismo inúmeras modalidades de remuneração (por produção, por hora, por tarefa, mensal, semanal, etc.), os trabalhadores estabelecem os parâmetros de comparação da situação assalariada e da vida na cooperativa, tomando como referencia suas trajetórias pessoais.

Nesse sentido, a cooperativa é identificada, por esses trabalhadores, pelo ganho por produção, pois, diferentemente da condição de assalariamento, o

cooperado tem a responsabilidade sobre toda a empresa, sofrendo imediatamente os efeitos de variações da produção coletiva.

Cada setor possui critérios e formas distintas para a divisão das retiradas. No setor de corte e no da serigrafia os ganhos são referentes à produção setorial; na costura, os ganhos são por produção individual. O valor pago a cada produto é estipulado em assembleia e leva em conta o tempo gasto e a complexidade.

A renda média auferida no corte é de 720 reais, já na serigrafia é de 466 reais mensais e na costura é de 665 reais. No entanto, este é o setor em que há a maior diferença de ganhos mensais, variando de 400 a 1000 reais. (dados registrados em abril de 2008).

4.1 O ganho por produção individual

O ganho por produção individual, estabelecido no setor de costura, permite o trabalho em casa. No entanto, é necessário que no começo do turno as costureiras retirem o material (estipulado pelo setor de corte) e devolvam as peças prontas no final do dia. Sendo assim, apesar de o trabalho ser realizado por uma parcela delas em casa, desenvolve-se uma rotina de trabalho.

O controle da produção da costura é feito pelas próprias costureiras e pelas associadas do corte. Segundo a “costureira B”: *“Eu sempre anoto todos os meus trabalhos, então vai chegando o final do mês e tu já pode ter uma idéia de quanto vai ganhar, eu olhei pro meu caderno e vi que vou ganhar pouco, então vou ter que trabalhar mais”*.

O valor de cada peça produzida depende de sua complexidade e do tempo gasto em sua confecção, no entanto, os critérios estipulados pela cooperativa não dão conta de todas as variáveis dos produtos. Como exemplifica a “costureira B”: *“[...] hoje tinha um jaleco amarelo de brim e todo mundo gosta de fazer ele, porque é bom de costurar, tem um bolso só, o de oxford tem dois. E pelos dois a gente ganha a mesma coisa”*. A tendência de conflito sobre o assunto se dá pelo fato da dificuldade delas em definir a complexidade da produção de uma peça.

Como constatei em estudo de caso realizado em um empreendimento de mulheres artesãs (SPERONI, 2007), esse tipo de divisão dos ganhos tende a gerar competição e disputa interna, e faz, ainda, com que haja diferenças importantes no

número de horas trabalhadas, no nível de participação e na renda auferida mensalmente.

Por outro lado, é somente esse tipo de ganho que permite que a cooperada costureira possa escolher entre trabalhar ou não em determinada peça. A possibilidade da opção pelo não-trabalho é um elemento que permite uma autonomia individual na medida em que a cooperada decidirá se lhe convém utilizar sua força de trabalho neste sentido.

A divisão de ganhos por produção individual é justificada pelos trabalhadores por sua equidade relativa de trabalho e por possibilitar o trabalho em casa com maior flexibilidade. Nesse sentido, algumas delas, mesmo que trabalhem na cooperativa as oito horas diárias estipuladas, levam trabalho para casa a fim de garantir uma maior renda, o que pode ocasionar jornadas de trabalho de até doze horas.

A possibilidade de “escolher quanto se vai ganhar no final do mês” é um elemento valorizado por elas, mas que, no entanto, é gerador de certa ansiedade sobre a remuneração: *“Eu tava me matando demais, daí eu decidi trabalhar menos, o problema é que eu olho e vejo que vou ganhar menos”* (“costureira B”). Essa forma de divisão dos ganhos permite também certa flexibilidade no horário das costureiras.

A remuneração por trabalho individual possibilita o desenvolvimento de certa autonomia do associado sobre seu trabalho, em relação ao local (casa ou cooperativa), à jornada (que pode ser ampliada ou reduzida, dependendo da vontade do trabalhador) e ao processo de trabalho (velocidade, ritmo, método de trabalho). No entanto, esse modo de divisão dos ganhos não incentiva a participação, já que só remunera o trabalho efetuado sobre o produto e não o realizado em outras instâncias da cooperativa, como atender um cliente ou fornecedor.

4.2 O ganho por produção setorial

A divisão dos ganhos que toma como referência a produção setorial é utilizada nos setores de serigrafia e de corte. A principal dificuldade deste tipo de ganho é no estabelecimento de uma equidade de trabalho:

A desvantagem assim é que às vezes tu tem de trabalhar pelos outros. Se tu não tem uma equipe parelha e não é chefe para cobrar daí infelizmente tu tem de trabalhar pelos outros, dentro de uma empresa isso não acontece, tu é cobrado, todos são o gerente, o supervisor, todos. Na cooperativa sou eu que tenho que me cobrar e às vezes as pessoas não tem essa consciência de se cobrar. Na empresa o supervisor que enxerga isso, na cooperativa tem de ter um grupo parelho, saudável, que tenha os mesmos objetivos, que faça parte como um todo, que pense como um todo na cooperativa, esse é o meu entendimento, dividir os problemas, desde prejuízos. (“trabalhador da serigrafia C”).

Os conflitos em relação à inequidade de trabalho são mais presentes na serigrafia, dada a diferença de experiência profissional e de capacidade técnica entre os trabalhadores.

A remuneração pelo trabalho coletivo impõe uma exigência em relação ao horário, além de estabelecer uma interdependência entre os trabalhadores, dada a existência de uma divisão do trabalho.

5. RELACIONAMENTO COM AGENTES EXTERNOS

Nesta seção serão apresentados os agentes externos à cooperativa, mas que influem, em algum nível, na sua forma de organização e seu cotidiano. Dentre estes se destacam a comunidade vizinha, os clientes e os agentes de apoio.

5.1 A comunidade

A UNIVENS teve desde sua fundação um contato próximo com a comunidade. Isso é expresso em seu plantel de trabalhadores - todos vindos de regiões próximas - e na atuação da cooperativa durante o Orçamento Participativo, a fim de concretizar o estabelecimento da Incubadora Popular de Cooperativas e Grupos. Além da incubadora, a UNIVENS colaborou para a criação de uma cooperativa de reciclagem de lixo e de uma creche na comunidade.

A relação com a comunidade denota um caráter de mobilização comunitária da cooperativa, que estabeleceu uma iniciação política relevante de alguns dos cooperados (Ver ANDRADA, 2009). Segundo dois sócios:

Nos outros empregos eu não participava de nada, nem do sindicato nem de nada. (“costureira B”).

Não, nunca participei do movimento sindical. Eu, pode até ser uma falha minha, mas eu nunca simpatizei muito com esses movimentos assim, de sindicato e tal. Nunca me liguei muito. De repente poderia ter sido bom, acho que é necessário, tem que ter alguém que faça isso. Posso não gostar de algo, mas tenho que admitir que tem que existir. (“trabalhador da serigrafia C”).

A forte ligação com a vizinhança é expressa pela exigência da cooperativa que todos os seus sócios devam ser da comunidade, requisito, inclusive, presente no estatuto. Essa decisão não é unânime entre os cooperados, sendo a presidente considerada a defensora deste requisito de contratação:

É que a Presidente só quer trabalhar com o povo aqui do bairro, da comunidade, às vezes muitas pessoas já vieram trabalhar e não gostaram, ou tiveram um parente que veio aqui trabalhar e não gostou por algum motivo, aí acaba não vindo, opinião minha, eu até já falei isso pra ela, que se abrisse para outras pessoas, pra vir trabalhar de outros lugares, talvez fosse melhor. (trabalhadora da serigrafia A).

A cooperativa é apreendida pela comunidade a partir das categorias de uma empresa tradicional. Nesse sentido, é comum as pessoas da vizinhança identificarem a presidente enquanto “dona” da cooperativa. Isso é reforçado pelo fato de que, de maneira geral, é a presidente que cumpre a função de “figura pública”, tendo como responsabilidade estabelecer um diálogo com a comunidade. Quando alguém tem vontade de entrar na cooperativa ou colocar um filho na creche é a ela que recorrem:

As pessoas acham que a Presidente é dona disso daqui tudo né? Ela não é dona não, ela só é Presidente. Tem gente que fala: “eu vou lá na cooperativa da N.” ou na “creche da N.”... ela não é a dona, eu até falei isso pra um vizinho esses dias, ela não é dona ela é a diretora. Donos somos todos nós. (“trabalhadora da serigrafia A”).

5.2 Clientes

A UNIVENS possui um conjunto amplo e diversificado de clientes, o que permite certa estabilidade de encomendas. Segundo os cooperados, são três os fatores que aproximam a clientela: um bom preço, a qualidade e a relação próxima com a cooperativa.

Dada a proximidade entre cliente e cooperativa, é comum a entrada dos compradores no espaço da produção. Essa presença tem como objetivo um controle de qualidade do comprador, mas afeta o decorrer do trabalho dos associados. Isso é facilitado, também, pela arquitetura interna da sede da cooperativa que não possui

uma sala de espera de clientes. Segundo a “costureira A”:

Eu tenho uma visão um pouco diferente porque como eu tenho só dois anos de cooperativa, eu ainda tenho aquela visão de cliente chegando e ficando na sala de espera, afastado da produção.

Nós teríamos que ter um espaço de atendimento ao cliente, mas como somos uma cooperativa, conhecemos os clientes e já temos uma amizade, eles acabam entrando dentro da fábrica, conversando com os sócios e se integrando. Não tem como, não conseguimos fazer aquela coisa de cliente numa peça e setor de costura pra outra.

(...) alguns [clientes] incomodam, mas não é que seja um incômodo, é porque tu para e conversa e tira um pouco da tua concentração.

Os sócios da UNIVENS identificam que, alguns clientes - sobretudo os de produtos feitos com algodão orgânico - compram também por uma questão de valores éticos:

Eles se permitem pagar mais, pra ajudar nosso ecossistema, a ecologia, pra não poluir... como a justa trama tem produtos ecológicos não vai dar impacto na natureza, pelo contrário, então a pessoa que compra esse produto se permite pagar mais porque é bom pra ela, pra nós e pro planeta. (“costureira A”).

Com o objetivo de alcançar maior autonomia em relação aos fornecedores, colaborar com outras cooperativas, aumentar o valor agregado dos produtos e explorar a demanda por produtos de algodão ecológico, a cooperativa contribuiu para o estabelecimento da cadeia produtiva do algodão ecológico, denominada Justa Trama.

Segundo a presidente da UNIVENS, com a Justa Trama há a possibilidade de uma maior sustentabilidade de todas as cooperativas participantes, pois permite a concretização de certa autonomia das flutuações do mercado, além de se caracterizar como uma rede somente de empreendimentos de economia solidária, o que possibilita menor transferência de capital para empresas não cooperativas.

No primeiro ano (2004), a produção da Justa Trama era de uma tonelada e meia de algodão; em 2009 chegou a trinta e oito toneladas. A fabricação dos produtos da Justa Trama ocorre de forma paralela aos feitos normalmente na UNIVENS. Os produtos orgânicos têm a vantagem de possuir um maior valor de mercado (é pago 10% a mais para os trabalhadores) e poderem ser exportados através de redes internacionais da economia solidária. Já foram realizadas exportações para o Canadá, Estados Unidos e França.

A UNIVENS não exporta somente produtos ecológicos. A rede francesa de lojas de roupas Envao compra, desde 2005, as peças produzidas na cooperativa de

algodão comum. A estratégia da empresa francesa é emblemática: compra-se o tecido no nordeste e a confecção fica sob responsabilidade da UNIVENS, o produto é vendido com dois diferenciais, o “*Fair Trade*” (Comércio Justo) e o “*Ecologique*” (peças ecológicas) ¹⁹. Os produtos são comercializados na França com a marca da Envao e da UNIVENS. Sendo assim, a empresa francesa se utiliza dos baixos preços da mão de obra do mercado brasileiro e ainda consegue capitalizar o diferencial solidário e ecológico da UNIVENS.

5.3 As redes de economia solidária e as universidades

A ação das entidades de apoio à economia solidária junto a UNIVENS se deu, sobretudo, durante o período de incubação, por meio de apoio técnico e, posteriormente, de financiamento para a compra da sede própria e dos equipamentos.

O contato com outras cooperativas e com os agentes de apoio ocorre, atualmente, durante as feiras. Os cooperados da UNIVENS expressam certo contentamento em participar desses espaços, dado o reconhecimento que a cooperativa tem para as demais entidades:

É uma forma de se integrar com as outras cooperativas que também tão expondo lá. Eu vou e participo porque é minha vontade integrar com as pessoas, não deixa de ser uma cadeia. (...)

Agora eu vou falar do meu ego, a cooperativa já tem 13 anos, por entrevistas que a nossa presidente deu que passam na televisão, no fundo dá um status pra pessoa: “já ouvi falar da cooperativa que tu trabalha” ou “já vi tu na televisão”... porque eu já dei umas entrevistas também. Isso tudo vai levantando o ego da gente e eu me senti bem com isso. (...)

Esse reconhecimento é merecido. (“costureira A”).

E segundo o “trabalhador da serigrafia C”:

(...) a UNIVENS é muito respeitada como algo que deu certo, por isso se cobra muito a nossa presença nesses fóruns. Como nós demos certo, a presença da cooperativa dá peso aos eventos.

Em relação às universidades, as cooperadas afirmam que o contato com a academia é inconstante, não havendo um acompanhamento e uma troca permanente: “[...] a gente nunca recebeu uma avaliação deles para nós, dizendo o que acharam o que não acharam, não sei se é certo ou se não é” (“costureira B”).

¹⁹ Ver sítio: <http://www.envao.fr>

6. O PROCESSO DECISÓRIO

Não há cooperados dedicados exclusivamente à gestão, nem um espaço demarcado na cooperativa destinado a tarefas administrativas. É na conversa durante o trabalho - e nos intervalos - que ocorre o diálogo, a troca de informações e o estabelecimento de posições na UNIVENS, instituindo o cotidiano de trabalho enquanto o espaço de desenvolvimento do processo decisório.

As decisões mais relevantes e estratégicas são tomadas na assembleia mensal. A presença dos sócios nestas é obrigatória, sendo cobrada uma multa de cinquenta reais por faltas não justificadas.

6.1 Dificuldades à participação cotidiana

Dado o papel proeminente do cotidiano no âmbito das decisões, serão apresentadas quatro dificuldades em relação à participação dos cooperados nesta dimensão.

A primeira refere-se à forma de remuneração das costureiras, que, sendo por produção, não incentiva sua participação já que qualquer debate durante o trabalho ou o atendimento a algum cliente representa uma perda de rendimento.

A segunda é a possibilidade das costureiras realizarem seu trabalho somente em casa. Ao não participar do cotidiano de trabalho elas têm acesso parco às informações e aos debates cotidianos.

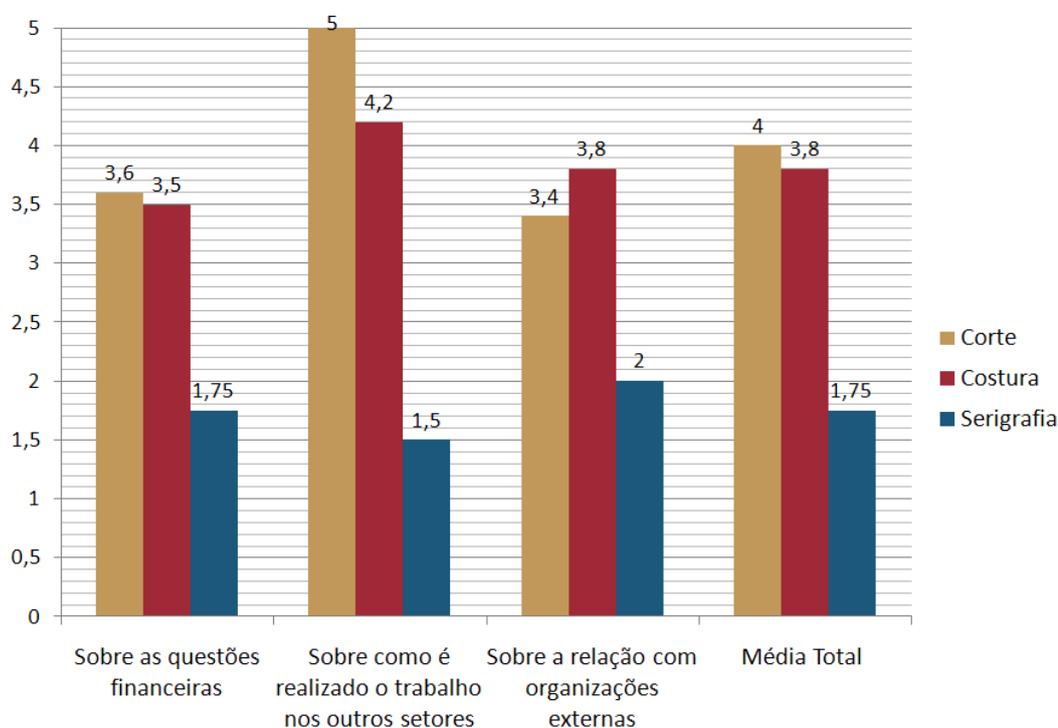
A terceira tem relação com a localização na cooperativa do espaço de algumas costureiras e da serigrafia que, dada a distância em relação ao restante do empreendimento, dificulta um contato mais próximo.

O último elemento se deve a alta rotatividade de cooperados na serigrafia, que leva à presença de trabalhadores com poucas informações sobre a cooperativa e nenhuma experiência de participação autogestionária. Isso é agravado com a inexistência de um plano de formação para os novos sócios.

6.2 Fluxo informacional

Como consequência dos elementos apontados anteriormente - e devido ao papel estratégico do setor de corte destacado em seções precedentes - vislumbra-se o seguinte cenário em relação ao grau de informação por setor:

FIGURA 3 – Grau de informação por setor ²⁰



Fonte: Elaboração própria por meio de dados obtidos pela aplicação de questionários. Setembro de 2008.

Segundo os dados representados, visualiza-se uma desigualdade setorial de acesso a informações, sendo a serigrafia o setor com mais dificuldades nesse sentido, o que confirma as dificuldades expressas anteriormente.

Já o setor de corte é o que tem mais facilidade de acesso a informações, fruto

²⁰ Dado construído por meio da média entre as respostas por setor. Foi solicitado a cada cooperado que marcasse um número de zero a cinco que indicasse seu grau de informação em relação a cada um dos elementos, sendo zero correspondente a “nenhum acesso a informações” e cinco a “completo acesso”.

do contato mais direto com os clientes, fornecedores e agentes externos. Além de certa concentração das informações nesse setor, há uma centralização, pela presidente, de tarefas como contatos com as entidades de apoio e fomento da economia solidária e com os órgãos governamentais.

6.3 A gestão de quadros

A maioria dos cooperados cumpre ou já cumpriu funções relacionadas à gestão, havendo uma rotatividade em todas as funções, com exceção da presidência: cargo ocupado pela mesma cooperada desde a fundação da cooperativa.

Segundo opinião da maioria dos cooperados, esse conjunto de atribuições da presidente se deve ao fato de que é ela que sabe com quem falar e, sobretudo, como falar:

Ela sempre foi presidente, desde o início, porque ninguém se acha capaz, também ela conhece todo mundo, vai me botá de presidente lá, não conheço ninguém e também não sei falar assim como ela fala, ela toda solta para falar. ("costureira B").

Nesse sentido, é perceptível uma sensação de incapacidade e indisposição para o cumprimento de tarefas de responsabilidade ou para propor possíveis mudanças na cooperativa. Elementos como a ausência da divisão do trabalho das costureiras, a coletivização dos prejuízos decorrentes de erros individuais na serigrafia e a opção de só aceitar trabalhadores da comunidade, se mantêm, dada a confiança que os trabalhadores têm na presidente, mesmo que muitos deles discordam destes posicionamentos.

Essa confiança se estabelece, pois a presidente é dotada de maior *prestígio* do que os demais trabalhadores e, por este motivo, lhe é conferida maior responsabilidade sobre as decisões da cooperativa. Nesse sentido, há uma centralização do processo decisório na presidente, é ela que tem a incumbência de constituir as etapas deste processo, havendo assim, uma conduta passiva dos demais sujeitos.

Para Weber, o indivíduo portador de prestígio foi capaz de instituir o reconhecimento de suas qualidades pessoais, sua honra e dignidade por meio de um determinado modo de vida que se refere a elementos como a instrução e a

cultura. (WEBER, 1982).

A “trabalhadora da serigrafia B” afirma: *“Sem a presidente, a cooperativa não ia conseguir nada, não existiria a UNIVENS. Ela é uma mulher muito guerreira”.*

Como consequência deste elemento, mesmo a presidente buscando instituir uma rotatividade no cargo, esta não se estabelece dado o entendimento dos demais trabalhadores de sua própria incapacidade de exercer a função.

A centralização do prestígio é uma das características possíveis do modo de operação do poder denominado, por Dal Ri e Vieitez (2001), como *gestão de quadros*.

Esse elemento se materializa durante as assembleias que - como aponta um cooperado - tem, por vezes, caráter plebiscitário:

Existem duas situações, pessoas que não querem participar e de pessoas que não podem participar muito. Porque uma coisa assim surgir idéias das pessoas, de todos, outra coisa é tu como presidente somente tu criar situações e decidir que as pessoas têm que participar. Tudo bem, até aí muito fácil, uma coisa que acontece sempre e é ruim é que as idéias são sempre das mesmas pessoas e as outras só votam a favor ou contra em cima disso.

Acontece muito isso. Deixam muito, talvez porque as pessoas permitam, não sei exatamente o porquê elas fazem isso, pode ser por uma questão de cultura de muito tempo ou porque em função de que presidente é quase vitalícia. (“trabalhador da serigrafia C”).

A fala do cooperado é significativa, pois demonstra um dos traços característicos da gestão por quadros: mesmo quando a participação de todos ocorre, sua efetivação se dá por meio de condições criadas pelo quadro dirigente.

E o mesmo cooperado acrescenta:

...temos o gerenciamento concretizado por uma pessoa, e às vezes temos aquela idéia fictícia de que não existe um chefe, mas existe uma presidente, e sabemos que somos cobrados por isso. Não podemos nos enganar: “a cooperativa não tem chefe, é maravilhoso” tem gente que fala essas coisas, trata isso como um benefício

É possível perceber que o trabalhador busca apreender sua nova condição por meio da substituição das categorias que historicamente teve contato. Nesse caso, “chefe” é substituído por “presidente”. Isso representa, no ambiente da empresa, a supressão do líder que comanda pelo que organiza.

6.4 A resistência ao aumento de responsabilidades

A inexistência do chefe que comanda representa um acréscimo de responsabilidade para os trabalhadores, já que, enquanto na situação anterior eles somente prestavam contas do seu trabalho, agora eles têm de ter uma visão global da empresa.

Esse aumento de responsabilidade não é visto como algo positivo por alguns dos trabalhadores:

Por não ter patrão é muito diferente. Às vezes seria melhor se tivesse, às vezes complica, tem que ficar correndo atrás das coisas pra resolver. E lá na empresa com carteira, os homi resolve tudo pra ti, tu só chega pra trabalhar e faz teu serviço. Aqui se tem um problema tu tem que solucionar. (“trabalhadora da serigrafia C”).

Às vezes faz falta né, um supervisor ou um patrão. Porque tem pessoas que não sabe se determinar no trabalho né, daí tem que ter alguém ali em cima. É como eu digo: trabalhar numa cooperativa onde não tem patrão, todos tem que ter muita responsabilidade e isso falta às vezes. (“costureira B”).

Sinto falta de um supervisor ou patrão, porque às vezes, não é que eu sinta falta, mas como nós temos que fazer nosso trabalho, se tivesse uma gerente ou uma supervisora que dissesse: “faz primeira essa”.

Às vezes a gente não se comunica porque tá todo mundo trabalhando, embora elas já tenham separado a ordem de pedido, mas às vezes entra peças no meio...

Daí a gente sobre lá em cima e pergunta o que a gente faz primeiro e elas dizem...eu como tenho certa liberdade posso fazer a que eu acho que deva fazer primeiro, mas nisso eu posso atrapalhar elas depois.

Já com uma gerente ou com uma supervisora, elas dão uma ordem: “troca essa linha que tu tem que fazer a outra”. Elas dão a ordem e a gente faz, aqui é mais pelo compromisso de cada uma. (“costureira A”).

Nesse sentido, os associados se colocam entre os parâmetros empresariais apreendidos durante sua experiência profissional, no qual o “chefe”, “gerente”, “patrão” ou “dono” tinham um papel de comando, e uma situação na qual eles deveriam ser os sujeitos responsáveis por toda a empresa. Acabam assim, procurando transferir esta incumbência à presidente que, segundo a percepção deles, possui as competências necessárias para suportar essa responsabilização.

O processo de aumento de responsabilidades do trabalhador não ocorre sem resistência. Quando perguntados se trocariam a cooperativa por uma empresa tradicional, os trabalhadores responderam de duas maneiras elementares.

Os mais antigos e participantes mais ativos da fundação da cooperativa - portadores assim de maior prestígio e participação dentro dela - afirmam que não

aceitariam um emprego assalariado, pois reconhecem a UNIVENS enquanto um “projeto de vida”. Sobre isso a presidente destaca:

(...) qualquer proposta de salário, qualquer proposta de salário, não me tiraria desse projeto, desse projeto de vida, sabe. Não existe nada, nada que pague isso, de pode ter essa liberdade de chegá, de trabalhá dessa forma, de trabalhá diferente, de senti que não tem alguém te controlando.

Já os associados mais novos afirmam que trocariam por uma empresa tradicional caso esta pagasse mais e garantisse os direitos trabalhistas:

Com certeza. Porque eu teria meus direitos, receberia meu seguro, na UNIVENS é descontado seis parcelas de 60 reais que é tipo um seguro de quando tu sai tu pode pegar ele de volta. E eles descontam nossas férias, não existe férias, esse 5% mensal pra tirar férias. Eu a achei isso meio chato, porque não é obrigação nossa que eles cobrem de nós nossas férias, mas como é uma co-ope-ra-ti-va.

Eu ganharia um salário fixo, e tem vários serviços que tu sabe que se tu passar da hora estipulada tu vai ganhar hora extra. Já fiquei na serigrafia até as 22h. (“trabalhadora da serigrafia B”).

A diferenciação entre as duas condutas demonstra a relevância que a experiência da fundação da cooperativa tem para a instituição de parâmetros para ação dos sujeitos, distintos dos apreendidos durante a experiência assalariada.

7. OS EFEITOS DOS INDICADORES CONTIGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA NA UNIVENS

A cooperativa UNIVENS surge da mobilização comunitária de mulheres que buscavam resolver suas dificuldades materiais e que possuíam experiências laborais assalariadas e de precarização.

Com o suporte das entidades de apoio à economia solidária, foi possível a geração de emprego e renda para um conjunto de trabalhadores que, em sua maioria, não cumpre os critérios de empregabilidade exigidos no mercado de trabalho atualmente.

Por meio das redes de economia solidária, se alcançou certa estabilidade econômica que permitiu à cooperativa acumular capital e realizar um planejamento com o objetivo de consolidar essa situação positiva.

O estabelecimento da cadeia produtiva do algodão ecológico, denominada Justa Trama, representa um acréscimo de valor aos produtos da UNIVENS e a

obtenção de uma autonomia parcial em relação aos fornecedores de algodão e tecido.

Em relação ao processo decisório, foi detectada a existência de decisões voltadas para o bem-estar dos trabalhadores no âmbito laboral, em detrimento de maiores ganhos, o que demonstra o estabelecimento de uma racionalidade não-utilitária em algumas decisões do grupo.

No entanto, percebe-se na cooperativa uma centralização das decisões e do planejamento na presidente, fruto de uma concentração de prestígio, da inexistência de um plano de formação (que afeta, principalmente, os novos sócios), de uma divisão de ganhos do setor da costura (que possui o maior número de trabalhadores) que não incentiva a participação e, sobretudo, da não superação de uma conduta passiva por parte dos trabalhadores, gerada durante a experiência de assalariamento.

Nesse sentido, este estudo de caso demonstra a possibilidade de existência de um conjunto de decisões que sejam produto de um processo decisório detentor de uma racionalidade aparentemente contraditória a essas resoluções.

Enquanto – na UNIVENS – há, por um lado, garantias materiais importantes aos trabalhadores, um conjunto de decisões voltadas ao bem-estar laboral, normas e procedimentos que buscam incentivar a participação, por outro, há pressões do mercado (inclusive por meio de compradores presentes no espaço produtivo) sobre a produção e a não superação de uma passividade do trabalhador inculcada durante sua experiência assalariada, que tem como consequência uma concentração de prestígio e a centralização das decisões na presidente.

CAPÍTULO 5

O GRUPO COOPERATIVO SERVICIOS SOCIALES INTEGRADOS

1. A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO

O serviço de ajuda a domicílio, na cidade de Bilbao, Espanha, é constituído pelo acompanhamento a pessoas em situação de fragilidade física ou psíquica e inclui tarefas de cuidado da moradia e de apoio ao usuário.

Esse serviço iniciou na cidade no ano de 1982 e foi ampliado em decorrência da grande enchente²¹ ocorrida em 1983, geradora de mais de 60 bilhões de pesetas (cerca de 30 milhões de Euros) em prejuízos para o município (EL CORREO DIGITAL, 2003) e fato determinante no aumento das dificuldades da população que, anteriormente, já vivia em situação de fragilização.

Naquele momento se deu relevância para a condição de fragilidade social de dois grupos: as mulheres (sobretudo as chefes de família monoparentais) e os idosos, especialmente os que não possuíam auxílio familiar.

Nesse sentido, por meio da prefeitura, estabeleceu-se um modelo de serviço de ajuda domiciliar que pudesse colaborar com essas duas situações, a das mulheres, por meio da geração de emprego e renda, e a dos idosos, com o apoio e atenção.

Os primeiros cinco anos do serviço foram realizados sob contratos informais entre as auxiliares e a prefeitura de Bilbao, sem a mediação de outras empresas.

Com o objetivo de alterar esse quadro, a prefeitura e um grupo de 35 auxiliares elaborou, no primeiro semestre de 1986, a proposta de criação de uma cooperativa que garantisse a formação técnica e formalização contratual das trabalhadoras.

²¹ “Los expertos achacaron las inclemencias meteorológicas de ese día a una gota fría. Al parecer, en el cielo los aires fríos del norte chocaron con los aires cálidos del sur, ambas corrientes soplaban en sentido contrario y provocaron de alguna manera lo que aquella tarde de verano sucedió en Bilbao. 34 personas murieron como consecuencia de las riadas y otras cinco se dan aún por desaparecidas; las pérdidas superaron los 60.000 millones de las antiguas pesetas sólo en la metrópoli, la industria vizcaína acabó fuertemente dañada y miles de personas perdieron sus hogares, sus vehículos, sus negocios y sus trabajos...” (EL CORREO DIGITAL, 2003).

A cooperativa Servicios Sociales Integrados foi inaugurada no ano de 1987 por essas 35 mulheres e tinha como meta primeira associar as demais trabalhadoras (naquele momento havia 225 trabalhadoras no serviço de ajuda a domicilio). Em dois anos, quase a totalidade das auxiliares de ajuda a domicilio se transformaram em sócias da cooperativa.

O relacionamento entre o grupo de trabalhadoras fundadoras era mediado pela prefeitura. A presença do município era tão relevante neste momento, que a funcionária municipal responsável pelo programa de promoção da mulher, foi contratada como gerente da cooperativa. Além desta gerente houve a contratação de um advogado especialista em cooperativismo para a função de assessor²².

Segundo documento da cooperativa (SERVICIOS, 2009a), uma das colaborações do assessor foi a formação de uma estratégia de contratação das auxiliares para o início do empreendimento.

Esse plano consistia em contratar as auxiliares como assalariadas, num período de dois anos; no final deste, estas mulheres solicitavam o pagamento único do seguro desemprego²³ junto ao SEPE (Servicio Público de Empleo Estatal, naquele momento nomeado como Instituto Nacional de Empleo), o que possibilitava a entrada delas como sócias e permitia a capitalização da empresa. Atualmente, essa estratégia de solicitação do seguro desemprego, não é mais utilizada, apesar da existência de um período de até três anos que todas as novas auxiliares têm de cumprir enquanto assalariadas até serem admitidas como sócias.

No ano de 1989 é lançado o edital para escolha da empresa responsável pelo serviço de ajuda a domicilio em Bilbao. Apresentaram-se cinco empresas e a Cooperativa Servicios Sociales Integrados assegurou o contrato de todos os serviços de ajuda domiciliar num prazo de cinco anos. A garantia desse contrato foi relevante, pois permitiu um aumento da capitalização do empreendimento, possibilitando assim o investimento em infra-estrutura e uma estabilidade econômica da cooperativa durante o período.

A primeira sede da cooperativa foi um pequeno escritório, que não permitia a realização de atividades para grande número de trabalhadoras. No ano de 1990, foi

²² Dado o grau de desenvolvimento de cooperativas na região, sobretudo na província de Guipuzcoa, onde se localiza o complexo cooperativo de Mondragón, há uma variedade de empresas que prestam serviços de assessoria cooperativa.

²³ Segundo a normatização do SEPE esse pagamento único somente é liberado quando o trabalhador desempregado demonstra que realizará investimentos na criação de uma empresa

adquirido um móvel de 200 m² no centro de Bilbao. Ocorre também, nesse mesmo ano, o desenvolvimento do primeiro plano de gestão da empresa, no qual constava:

Una triple estrategia sostiene la calidad en nuestra empresa: el reparto del trabajo, la formación, y el apoyo a las trabajadoras como personas. No sólo creemos en la conexión formación-calidad, la conexión calidad-solidaridad (hacia dentro y fuera de la empresa) nos parece aún más evidente. (SERVICIOS, 2009a, p. 11).

No ano de 1997, já eram 480 trabalhadoras, em sua maioria, sócias, somadas a 90 trabalhadoras contratadas²⁴ para substituições em férias. Nesse ano, houve a segunda mudança da sede de empresa, para um local mais amplo, dotado de maior infraestrutura, informática e de comunicação.

No começo dos anos 2000, a prefeitura de Bilbao promulga uma nova normatização para seleção das empresas responsáveis pelo serviço de ajuda a domicílio. A norma dividia a cidade em cinco distritos e determinava o fim do monopólio da cooperativa Servicios Sociales Integrados, pois impedia que uma mesma empresa ficasse com o orçamento de toda a cidade para o serviço.

No primeiro processo licitatório ocorrido posteriormente a mudança na normatização, que acabava com o monopólio da SSI, a cooperativa foi selecionada em dois distritos, o que representava uma diminuição de mais de 50% do número de trabalhadoras e de orçamento. Foi um duro golpe no progressivo crescimento da cooperativa, que passou de 480 sócias, a pouco mais de 200, em um curto período (atualmente o número de cooperadas é de 145).

Dada a obrigação, presente na lei, de que a auxiliar deve trabalhar perto de sua casa, as cooperadas que trabalhavam em distritos que não foram destinados à cooperativa tinham duas opções: mudar de residência ou sair da cooperativa (entrando, assim, na empresa selecionada para o distrito de sua residência).

As duas situações ocorreram e representaram uma nova situação para a cooperativa e suas sócias.

A fim de retomar o crescimento de outrora, a cooperativa determinou uma estratégia de diversificação dos seus serviços. Abaixo segue a cronologia da implementação de serviços pela cooperativa:

²⁴ As trabalhadoras contratadas para substituições em período de férias são assalariadas com contrato temporário.

TABELA 2 – Cronologia de implementação de serviços do Grupo SSI

1987	SERVIÇO DE AJUDA A DOMICILIO NA CIDADE DE BILBAO
1991	VIAGENS GEROSALUDABLES (VIAGENS REALIZADAS COM IDOSOS AO BALNEÁRIO DE SALOU)
1997	PRIMEIRO CENTRO DE CONVALESCÊNCIA
1996	SERVIÇO DE AJUDA A DOMICILIO A PESSOAS QUE RECEBERAM ALTA HOSPITALAR
1996	SERVIÇO DE AJUDA A DOMICÍLIO - MENORES
2001	SERVIÇO MUNICIPAL DE URGÊNCIAS SOCIAIS
2002	SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DE BILBAO
2002	PROGRAMA DE TELECUIDADOS
2003	OBSERVATÓRIO DE MAIORES DO MUNICÍPIO DE BILBAO
2004	SERVIÇO DE ATENÇÃO A DOMICILIO NA CIDADE DE BILBAO
2006	CRIAÇÃO DA EMPRESA DE INSERÇÃO EUSKARRI
2007	PROGRAMA DE APOIO A FAMÍLIA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA – CIDADE DE AMOREBIETA
2009	PROGRAMA DE APOIO A FAMÍLIA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA – CIDADE DE MUSKIZ
2009	CENTRO DE CONVALESCÊNCIA – ALBERGUE ELEJEBARRI
2009	SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DA CIDADE DE URIBE KOSTA

Fonte: SERVICIOS, 2009a p. 29 e SERVICIOS, 2009b p.3. Tradução nossa.

Além da implementação de novos serviços, o serviço de ajuda a domicilio fora ampliado pela prefeitura, a fim de atender novos grupos sociais. Progressivamente, a cobertura chegou a doentes de Alzheimer, deficientes físicos e mentais, famílias monoparentais com menores, doentes psíquicos, HIV positivos, imigrantes, minorias étnicas, etc.

Apesar da diversificação ocorrida no empreendimento, por meio da criação de outros serviços e do estabelecimento de contrato com outras municipalidades, o serviço de ajuda a domicilio de Bilbao seguiu sendo a principal fonte de ganhos da empresa.

Essa diversificação se deu, também, pela criação de outras cooperativas e associações que apesar de menos capitalizadas, poderiam concorrer a outros tipos de licitações. Faz-se referência à:

- Sociedade Cooperativa Euskarri: empresa de inserção laboral que busca incluir desempregados em programas de acompanhamento a pessoas em situação de fragilidade;
- Sociedade Cooperativa Aurrerantz: cooperativa de iniciativa social que desenvolve programas de auxílio social. Dentre estes, se destaca o serviço municipal de urgências sociais de Bilbao, no qual se presta

auxílio imediato, vinte e quatro horas do dia, às pessoas com necessidades urgentes.

- Associação Aurrerantz: associação não lucrativa que busca incentivar o voluntariado na área de cuidado a pessoas.

A criação destas empresas teve início em 2004 e fez com que a cooperativa Servicios Sociales se constituísse enquanto a forma de grupo cooperativo, conforme figura abaixo:

FIGURA 4 – Empresas componentes do Grupo Cooperativo SSI



Fonte: SERVICIOS, 2009b.

Por considerar sua maior relevância em relação ao aporte de capital e número de sócias para o Grupo SSI, este estudo terá como foco a cooperativa Servicios Sociales Integrados.

2. A TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL DAS TRABALHADORAS DO GRUPO COOPERATIVO SSI

As sócias fundadoras eram, sobretudo, chefes de famílias monoparentais, vindas de uma situação de desemprego e com pouca ou nenhuma experiência ocupacional, além de uma escassa formação profissional. Esse perfil era dominante, pois, o serviço de ajuda a domicilio de Bilbao tinha como um dos seus objetivos, a criação de postos de trabalho a este grupo em particular.

Atualmente, o perfil é mais heterogêneo, dada a entrada gradual de novas trabalhadoras, refletindo assim as diferentes situações econômicas do setor e da região. Cerca da metade (INEM, 2009) das mulheres que estão procurando emprego

no município de Bilbao, atualmente, possuem entre 25 e 44 anos, sendo que 67,1% trabalhavam no setor de serviços (INEM, 2009). As trabalhadoras ingressantes na cooperativa atualmente tendem a refletir esse perfil geral.

A seguir, será realizada uma breve apresentação das informantes desta investigação, buscando focalizar a trajetória pessoal e o histórico ocupacional de cada uma.

A presidente da cooperativa se reconhece como um dos casos comuns no empreendimento, o de mulheres que saíram de um casamento, no qual, o homem era responsável por auferir renda, e, ocorrendo o divórcio, foi necessário buscar um emprego para sustentar os filhos. Ela aponta a cooperativa como sua “salvação” do desemprego, permitindo ter autonomia ao ser proprietária e participar de um projeto.

Ela cumpre o cargo de presidente desde a fundação da cooperativa. Durante os anos iniciais, ela exercia a função de presidente concomitantemente ao trabalho de auxiliar, no entanto, com o crescimento da cooperativa, nos dois primeiros anos, isso não aconteceu mais, fazendo com que ela se dedicasse exclusivamente à presidência.

A coordenadora de equipe entrevistada entrou na cooperativa pelo contato de uma amiga do bairro que ainda trabalha na SSI. Sua trajetória profissional foi interrompida quando teve a primeira filha. Quando esta cumpriu quatro anos ela decidiu voltar a trabalhar, entrando, assim, na cooperativa.

Ela afirma que optou pela cooperativa, pois teria a garantia que haveria tempo para cuidar de sua filha, o que, segundo ela, não seria possível em um trabalho com jornada de 40 horas.

A “auxiliar A” está há 13 anos na cooperativa. Antes, trabalhava em um salão de beleza. É solteira e sem filhos. Faz parte da direção da cooperativa enquanto secretária, mas continua sendo auxiliar.

A “auxiliar B”, é imigrante vinda da República Dominicana. Em seu país de origem trabalhava como recepcionista em um hotel, dando aulas de inglês e fazendo serviço doméstico. Entrou na cooperativa com objetivo de sair da situação de desemprego que se encontrava. Foi assalariada e depois de dois anos tornou-se sócia da cooperativa.

A antiga gerente entrevistada é reconhecida como uma importante figura no estabelecimento do empreendimento. Foi gerente da cooperativa por 21 anos e, atualmente, está aposentada, apesar de continuamente visitar a empresa. Ela entrou

na cooperativa por meio de seu trabalho na prefeitura, sob o programa de promoção da mulher. Todo o período que esteve na cooperativa foi enquanto assalariada.

3. O PROCESSO DE TRABALHO

O trabalho no setor de serviços se desenvolve de uma forma particular na formação social capitalista, apesar de ter existido anteriormente. Com o desenvolvimento do capitalismo, tarefas antes realizadas no espaço doméstico começaram a ser comercializadas sob a forma de serviços.

O processo de trabalho no serviço de ajuda a domicílio possui um caráter privado, no qual somente estão presentes o usuário e a auxiliar. A característica de descentralização da atividade laboral representa uma dificuldade para este estudo, pois não é possível a observação sistemática deste cotidiano de trabalho. Esse elemento é, igualmente, um empecilho no sentido do controle sobre a atividade laboral da auxiliar, tarefa das coordenadoras.

As coordenadoras de equipe se responsabilizam, também, pela distribuição dos domicílios a serem atendidos e por estabelecer a comunicação entre a administração da cooperativa e as auxiliares. Atualmente são quatro coordenadoras, duas por cada distrito da cidade, para um total de 145 auxiliares.

Diferentemente de outros serviços do setor da saúde (como o existente em hospitais, nos quais a divisão “científica” do trabalho foi implementada), no realizado pela auxiliar de ajuda a domicilio, não há a conformação de um trabalhador coletivo, dada a não divisão do trabalho.

A relação entre profissional de saúde hospitalar (médico ou enfermeiro) e paciente tem como meta a resolução de uma situação de doença. Ao cumprir-la o vínculo entre usuário de serviço de saúde e trabalhador se extingue.

Essa consciência mútua de finalização do vínculo entre as partes (logo da atividade de serviço) não se estabelece, na maioria dos casos, no serviço de ajuda a domicílios. Salvo casos em que as auxiliares são chamadas para situações emergenciais, sua ligação com o usuário, quando idoso, permanece até o momento de seu falecimento.

3.1 As condições laborais e a divisão do trabalho

Alguns elementos relevantes das condições laborais da auxiliar, como o tamanho da jornada, a remuneração e as tarefas que podem ser realizadas são estabelecidos mediante acordo coletivo entre a Asociación de Empresas del SAD de Bizkaia (a qual o Grupo SSI faz parte) e as centrais sindicais.

Segundo o convênio de 2009-2010, a auxiliar é responsável pelas seguintes tarefas no que se refere ao cuidado da casa:

1. Limpieza de vivienda. Se adecuará a una actividad de limpieza cotidiana, salvo casos específicos de necesidad, que sean determinados por el técnico responsable.
2. Apilación de las ropas sucias y traslado en su caso para su posterior recogida por el servicio de lavandería (si existiera).
3. Realización de compras domésticas a cuenta del usuario del servicio.
4. Cocinados de alimentos o traslados a su domicilio.
5. Lavado a máquina, repaso y cuidados necesarios de la ropa del usuario.
6. Reparación menor de utensilios domésticos y de uso personal que se presenten de manera imprevista, cuando no sea necesaria la intervención de un especialista. (CONVENIO, 2009).

E ao cuidado do usuário:

1. Aseo personal: cambio de ropa, lavado de cabello y todo aquello que requiera la higiene habitual.
2. Atención especial al mantenimiento de la higiene personal para encamados e incontinentes, a fin de evitar la formación de úlceras.
3. Ayuda o apoyo a la movilidad en la casa, ayuda para la ingestión de los medicamentos prescritos. Levantar de la cama y acostar.
4. Acompañamiento de visitas terapéuticas.
5. Recogida y gestión de recetas y documentos relacionados con la vida diaria del usuario.
6. Dar aviso al coordinador/a correspondiente de cualquier circunstancia o alteración en el estado del usuario, o de cualquier circunstancia que varíe, agrave o disminuya las necesidades personales o de vivienda del usuario.
7. Apoyo, en aquellos casos que sea necesario en las actividades normales propias, de la vivienda del usuario en su entorno, como salidas a lugar de reunión, visitas a familiares o actividades de ocio. (CONVENIO, 2009).

O horário de início da jornada é variável, mas de maneira geral inicia às seis da manhã. A jornada diária é de 6 horas, sendo 30 horas semanais (CONVENIO, 2009) e inclui o atendimento de mais de um domicílio, podendo chegar a três diários.

As cooperadas apontam para o fato de que este trabalho demanda um alto grau de concentração:

Tengo 3 servicios todos los días, de dos horas, el primero hago partido, empezó las ocho hasta las nueve, y luego a la una a las dos, la ducho, la aseo, hago algo de comer y voy a otro servicio. No tengo ninguno mas de aseo, solo hago la comida. Claro tengo que mirarlos para que no caían en la ducha. Hago otro servicio de dos horas y en lunes, martes, miércoles tengo un servicio y el jueves y viernes tengo otro.

(...)

Mi contrato es de seis horas, no trabajo más. (“auxiliar A”).

Nos domicílios em que as auxiliares trabalham, não há divisão do trabalho, com exceção dos serviços realizados em residências coletivas. Nestas situações, é comum as auxiliares estabelecerem algum tipo de divisão das tarefas, sendo o trabalho, nestes casos, considerado mais intensivo, como expressa a “auxiliar A”: *“Por cinco meses no tenía vida [tempo que trabalhou em uma residência de idosos], trabajando en esa residencia. Yo quedaba con siete aseos [higiene pessoal].”*

Com a ausência da divisão do trabalho, na maioria dos casos, e o caráter privado do processo de trabalho, há certa autonomia da auxiliar em relação ao seu trabalho, limitada pelas exigências do usuário.

Essa autonomia é expressa pela ausência do chefe com prerrogativas de comando. Esse fator é tratado como um dos principais elementos destacados pelas cooperadas, segundo a coordenadora de equipe:

Es que [o trabalho na cooperativa] no tiene nada que ver con mi trabajo anterior, allá yo tenía un jefe que mandaba, decía lo que yo tenía que hacer, yo tenía un horario de entrada y otro de salida. Y si que es cierto que fue un buen jefe también, pero no había ninguna otra participación.

Aqui sabemos de absolutamente todo, como se realiza.

O conjunto de tarefas cumpridas no trabalho tende a ser repetida no seu próprio âmbito doméstico, isso se deve a atual divisão sexual do trabalho doméstico.

A Comunidade Autônoma do País Basco segue a tendência de uma divisão do trabalho doméstico, no qual as mulheres ficam responsáveis por tarefas mais regulares na casa, como a limpeza, a preparação de comidas e a lavagem de roupa, enquanto os homens se dedicam a tarefas de semi-ócio (bricolagem, costura, manualidades ou cuidado do jardim), como é expresso na seguinte tabela:

TABELA 3 - Tempo médio semanal (em horas e minutos) por participante por tipo de trabalho e sexo na Comunidade Autônoma do País Basco. 2003

	Homem	Mulher
Preparação de comidas	0,5	1,51
Limpeza	0,44	1,11
Lavagem e cuidados de roupas	0,28	1,01
Outras manutenções	0,29	0,24
Compras	0,51	1
Gestão	0,49	0,48
Semi-ócios	2,04	1,3
TOTAL	4,55	6,65

Fonte: EUSTAT. Encuesta de Presupuestos de tiempo. (tradução nossa)

Como expresso no quadro acima há uma similaridade entre as tarefas geralmente cumpridas pela mulher em âmbito doméstico na região, e as realizadas pela auxiliar de ajuda a domicílio.

3.2 O plano de gestão

Segundo documentos coletados em campo, a cooperativa possui um plano de gestão baseado em três elementos: a seleção, a formação, a avaliação do desempenho e a gestão do conhecimento.

A seleção refere-se à busca de um perfil determinado de trabalhadora a ser contratada: mulher, em situação de desemprego, de bom relacionamento interpessoal e com certas competências em trabalhos domésticos.

No período em que a auxiliar permanece enquanto assalariada, a trabalhadora é periodicamente avaliada, a fim de se delimitar as possibilidades desta tornar-se sócia.

Normalmente 10 assalariadas são incorporadas anualmente, mas nesse ano serão somente três. Isso se deve ao atraso no pagamento da Prefeitura. Quando ocorre este tipo de problema as primeiras afetadas são as assalariadas que deixam de trabalhar ou não são incorporadas.

A formação é, segundo os documentos da empresa, o eixo do seu desenvolvimento. Sua justificativa está no caráter múltiplo do trabalho de auxiliar, requerendo, assim, competências e habilidades diversas:

Se le pide a la auxiliar que observe y valore un servicio, evalúe su trabajo, presente un informe a la trabajadora social del ayuntamiento, comunique a la empresa de forma concreta los logros o dificultades del caso, lleve el control de las horas trabajadas para contrastar con su ficha de trabajo, acuda a los cursos de formación, rellene una ficha de evaluación del curso, sepa hacer un resumen, participar en un role-playing, cuidar su aspecto, etc. (SERVICIOS, 2009a, p. 11)

Os cursos formativos na cooperativa têm o objetivo de qualificar o serviço das auxiliares: o conhecimento de dietas para cada grupo de usuários, técnicas de corte de cabelo, de culinária, de costura, de higiene, e a imobilização de acamados.

Em relação à gestão do conhecimento:

El círculo de gestión de personas se cierra con la **gestión del conocimiento** que da respuesta a dos objetivos:

1.- unificar criterios para un profesional que trabaja en solitario y que permanentemente se encuentra con situaciones nuevas, que deben regularse y extenderse a toda la organización.

2.- garantizar que en una organización de 250 personas [documento faz referência ao ano de 2007] la información llegue a todas partes por igual y al mismo tiempo.

Para que todo este complejo engranaje de gestión de personas funcione, la organización cuenta con dos servicios: **prevención** (cursos de stress) y **apoyo psicosocial**, que permiten liberar al trabajador de las tensiones acumuladas en el trabajo diario y de la carga emocional que supone estar en contacto con colectivos en situación de riesgo. (SERVICIOS, 2009a, p. 30-31)

O plano de gestão de pessoas busca dar conta da multiplicidade de tarefas demandadas às auxiliares e algumas particularidades de seu emprego, como o envolvimento emocional e a individualização do processo de trabalho.

A existência de tal plano demonstra o desenvolvimento de uma racionalização na organização do trabalho, a fim de garantir, sobretudo, uma maior qualidade de serviço.

4. DIVISÃO DOS GANHOS

O convênio estabelecido entre a associação das empresas do setor do serviço de ajuda a domicílio e as centrais sindicais, em 2009 (válido até 2012),

determina a seguinte evolução dos pagamentos anuais (para jornada de 30 horas semanais):

TABELA 4 – Progressão dos pagamentos anuais para o serviço de auxiliar (para 30 horas semanais)

Ano	Rendimento anual
2007	17.870,25 euros
2008	19.067,06 euros
2009	20.201,91 euros
2010	21.399,21 euros
2011	22.664,46 euros
2012	24.001,00 euros

A tabela toma como referência a categoria de auxiliar de ajuda a domicilio.
 Auxiliares administrativos: 100% do salário base da auxiliar de ajuda a domicilio.
 Coordenadores de equipe: 130% do salário base da auxiliar de ajuda a domicilio.

Fonte: CONVENIO, 2009.

Os valores acima descritos têm de ser respeitados por todas as empresas, inclusive o Grupo SSI, que mesmo sendo uma cooperativa, tem de garantir ganhos equivalentes ao piso salarial da categoria.

4.1 A redução dos ganhos com a formação da cooperativa

Antes da formação da cooperativa, a remuneração das auxiliares era mais elevada. Essa redução se deve ao capital destinado à cooperativa, que tem como objetivo garantir direitos às trabalhadoras (férias, assistência médica e previdência) e a manutenção da administração do empreendimento (pagamento dos técnicos administrativos e da infraestrutura da cooperativa).

Segundo as cooperadas, a redução dos ganhos foi decisiva e muito sentida na qualidade de vida das auxiliares. A fim de complementar sua renda, muitas auxiliares começaram a fazer serviços de limpeza em residências. Inicialmente esse trabalho era realizado informalmente, sendo assim, a SSI criou uma cooperativa com a função de garantir uma formalização e melhores condições de trabalho para as

cooperadas que quisessem complementar sua renda. Essa cooperativa é independente do grupo SSI, apesar de funcionar em sua sede.

4.2 A contratação de assalariadas

Durante o período de férias as sócias são substituídas por trabalhadoras assalariadas, mediante contrato temporário. Essas trabalhadoras são as mais inexperientes, sendo essa a forma mais comum de entrada na cooperativa. Segundo a coordenadora de equipe entrevistada:

Hemos acogido una cantidad de gente, siempre con la idea, de hacerlo en contrato fijo, para ser socio un día. La idea es que toda persona que se acoja no sea eventual, que sea fija, socia, que sepa que con su esfuerzo llegará a tener un sueldo fijo.

Não há diferença de remuneração entre assalariadas e sócias, sendo a estabilidade e a possibilidade de participação nas decisões os elementos diferenciadores entre as duas situações.

A experiência de assalariamento ocorre não externamente à cooperativa, mas em seu interior. Isso se deve ao fato de que as novas trabalhadoras da cooperativa são contratadas como assalariadas. Elas se transformam em sócias em até três anos, tendo assim, direito à participação e estabilidade no emprego. Isso a diferencia de uma “falsa cooperativa” que, de maneira geral, tem muitos assalariados sem a possibilidade de se associar, mas representa uma dificuldade relevante no sentido do desenvolvimento da autonomia coletiva tal como é definido aqui.

A passagem de assalariada à sócia não representa assim um processo de ruptura entre experiências distintas.

A economia solidária traz como pressuposto a obtenção de rendimentos que sejam distribuídos segundo o aporte de trabalho de cada um, depois de serem pagos os demais fatores de produção. Apesar deste processo, possivelmente, existir no caso concreto, ele não é visível para as sócias trabalhadoras. O que tende à manutenção de uma compreensão de que sua relação com a cooperativa é a mesma que se realiza sob o assalariamento, ou seja, entre empregador (dotado de capital e do poder de decisão) e trabalhador (possuidor somente de sua força de trabalho).

Outra problemática que se estabelece neste processo é a da dificuldade existente na cooperativa em ativar a participação das novas sócias (antigas assalariadas), dado o fato de que estas mantiveram durante anos, uma conduta passiva em relação às decisões da empresa.

O arranjo dos ganhos e a estratégia de contratação de novas sócias, estabelecem uma diferenciação muito tênue entre a situação de assalariada e de sócia, o que tende a instituir uma aparência de assalariamento a todas as trabalhadoras da cooperativa.

5. RELACIONAMENTO COM AGENTES EXTERNOS

Essa seção tem como foco a relação com os agentes externos, a saber: os usuários, as instituições governamentais e os sindicatos.

5.1 Os usuários

Segundo a concepção defendida pela cooperativa, denomina-se “sistema-cliente” os usuários atendidos pelos serviços prestados, seus familiares e a prefeitura.

Apesar de ser indiretamente cliente, o usuário não é o que realiza o pagamento pelos serviços prestados, e, portanto, não se configura enquanto cliente em sua relação direta com a cooperativa.

Em um documento de apresentação da cooperativa, é definido, desta forma, o grupo de destinatários dos serviços prestados:

Teniendo en cuenta estas definiciones serán destinatari@s principales del S.A.D., personas con algún grado de dependencia para realizar sus actividades básicas o instrumentales de la vida diaria. Y que no dispongan de apoyo social o del apoyo social suficiente que les proporcione la ayuda para cubrir las necesidades implícitas a dichas actividades (alimentación, higiene, estímulo, relación, etc.) garantizadoras del mantenimiento de la salud física y psicosocial. (SERVICIOS, 2009 p. 17).

A relação com o usuário é de proximidade e tende a desenvolver um alto grau de ligação emocional e afetividade. O trato entre usuário e auxiliar configura um dos

elementos distintivos deste serviço: a ligação emocional entre o trabalhador e o usuário.

Segundo as auxiliares, o fato de não haver homens na cooperativa se deve ao modo do usuário perceber sua relação com a auxiliar. Nesse sentido, a coordenadora de equipe entrevistada afirma:

Nosotros entendemos que el hombre puede hacer igual, pero el usuario piensa: “como ese hombre va me hacer las lentejas o limpiar?” Y esos usuarios acaban haciendo ellos.

As auxiliares comentam que os dois homens que trabalharam na cooperativa eram tratados como netos, sendo impedidos de realizar as tarefas.

Considerando que mais de 60% (Dados EUSTAT, 2006) da população da Comunidade Autônoma do País Basco fala o idioma basco, outro elemento necessário para o estabelecimento de um contato mais próximo com o usuário, foi o aprendizado deste idioma.

5.2 As instituições governamentais

O serviço de ajuda a domicílio de Bilbao representa um orçamento anual de 15 milhões de euros (2009). Esse valor é dividido pelas três empresas contratadas que são responsabilizadas por cinco distritos da cidade, dois dos quais, são incumbência do Grupo Cooperativo SSI.

As cooperadas expressam que mudanças no governo municipal as afetam diretamente. Segundo a “auxiliar A”: *“Los ayuntamientos nos quieren mucho, hasta que el relacionamiento partidario sea más importante”*. Atrasos na aprovação do orçamento municipal ou trocas de grupos políticos no poder tendem a gerar um clima de insegurança.

A fim de vencer as licitações da prefeitura, a cooperativa tem de apresentar elementos que evidenciem a qualidade do serviço (formação e infraestrutura) e, sobretudo, um valor cobrado abaixo das concorrentes. Considerando que o valor pago à força de trabalho é igual a todas as empresas, há pouca flexibilidade orçamentária para todas as concorrentes.

Sendo assim, é possível afirmar que a relação com as instituições governamentais é de dependência²⁵, o que influi no modelo organizativo da empresa e impõe importantes limitadores ao desenvolvimento da autonomia coletiva.

5.3 As centrais sindicais

Outro conjunto de entidades que se relacionam com a cooperativa, são as centrais sindicais. O contato entre as duas partes ocorre, sobretudo, na negociação do acordo coletivo trianual, que determina as condições de trabalho e remuneração das trabalhadoras de todas as empresas do setor.

A negociação dos termos do acordo não ocorre sem conflitos, e é complexa a posição que se encontra a cooperativa. A cooperativa participa com uma representante no debate sobre o acordo, e apesar dessa representante ser uma (ou ter sido) auxiliar, ela tem de defender os interesses patronais.

Como o capital da cooperativa é direcionado, quase em sua totalidade, às condições laborais, à remuneração ou à formação das cooperadas, o estabelecimento de um acordo coletivo que amplie algum desses elementos pode significar uma perda de competitividade da cooperativa.

É complexa a relação entre sindicatos e cooperativas, os trabalhadores cooperados devem ser sindicalizados ou isso demonstra uma contradição com o ideário da economia solidária?

Nesse caso, a presença sindical se mostrou válida e necessária, dada a incongruência entre os interesses das auxiliares e o interesse da cooperativa. No caso da cooperativa perder a licitação, as cooperadas terão posto de trabalho garantido na empresa vencedora.

Houve uma situação de conflito aberto entre o Grupo Cooperativo SSI e a central sindical Comisiones Obreras. O sindicato estava defendendo uma nova normatização para as empresas do setor de ajuda a domicilio, o que afetava diretamente a cooperativa.

²⁵ O investimento estatal em empreendimentos econômicos solidários não necessariamente gera uma situação de dependência, sendo um possível fator para o desenvolvimento deste tipo de empresa, sobretudo quando estabelecido como política estatal e não somente governamental (como no caso da SSI).

Em assembleia, 30 cooperadas sócias do sindicato foram expulsas por unanimidade, por terem declarado seu apoio a essa nova normativa. A gerente da época conta esse momento:

Estábamos en una asamblea con 480 personas con el sindicato afuera tentando entrar, sin tener autorización. Se desarrolló la asamblea completa y se decidió con 450 votos expulsar 30 trabajadores infiltrados del sindicato.

Esse episódio expressa a conflituosa relação da cooperativa e as centrais sindicais, sobretudo a Comisiones Obreras, que chega a tomada de medidas drásticas como a expulsão de um número relevante de sócias.

6. O PROCESSO DECISÓRIO

O desenvolvimento do processo decisório na cooperativa tem certas particularidades e dificuldades decorrentes do caráter privado e descentralizado do trabalho de auxiliar de ajuda a domicílio.

6.1 O corpo administrativo

O Grupo Cooperativo SSI apesar de inicialmente ter tido somente 35 sócias, já tinha como objetivo ampliar o quadro social e, portanto, desde o início possui uma diferenciação entre um corpo administrativo e o restante das trabalhadoras.

Esse grupo administrativo é composto por funcionários assalariados (consultor cooperativista, gerente e advogado) e cooperadas que cumprem somente funções administrativas e de representação (presidente e vice-presidente). Não há remuneração especial para os cargos de representação.

Apesar da existência de hierarquia, é comum no discurso das cooperadas, um tratamento da cooperativa enquanto uma “família”. Para a “auxiliar A”: *“La gerente sería una jefa, pero no a reconozca así, hoy es como una Irma (...) la relación que tengo con ella é más que una relación de trabajo”*.

Essa familiaridade entre as mulheres deriva de uma trajetória profissional e pessoal similar: mães solteiras, desempregadas e com baixa ou nenhuma formação profissional. A semelhança entre os históricos pessoais tende a confirmar uma identidade em comum entre as trabalhadoras.

6.2 A separação entre o local de trabalho e o de participação

A sede administrativa da cooperativa não é frequentada cotidianamente pelas auxiliares, o exercício de seu trabalho não demanda a passagem pela sede do empreendimento.

A separação física entre a sede da cooperativa - espaço de efetivação da participação- e o local de trabalho, institui uma problemática no sentido do estabelecimento de uma proximidade dos problemas de rotina, bem como, uma distribuição mais homogênea das informações.

A não realização de um cotidiano de trabalho em conjunto pelas trabalhadoras tem como efeito uma dificuldade no estabelecimento de uma relação entre as auxiliares, que permita reconhecimento coletivo de novas situações-problema.

Cada equipe de trabalho possui uma coordenadora e um conselho social. Segundo as trabalhadoras, o conselho social cumpre função similar a do sindicato, mas com um caráter consultivo, e não de conflito, tendo como principal objetivo fazer o intercâmbio entre demandas e soluções entre a administração da cooperativa e as trabalhadoras.

O acesso a informações de forma igualitária e a possibilidade de conformação com outras trabalhadoras de um determinado posicionamento coletivo, são elementos relevantes no estabelecimento de um processo democrático, mas que estão dificultados no presente caso. A assembleia, que ocorre anualmente, é um dos únicos momentos que possibilita o encontro de todas as trabalhadoras.

6.3 A gestão de quadros

Uma das consequências dos fatos anteriormente descritos é o estabelecimento de uma *direção de quadros* (DAL RI e VIEITEZ, 2001), tal como foi definida em capítulo anterior. A existência deste modo de operação do poder tem sua expressão na ausência de rotatividade do cargo da Presidente em toda história da cooperativa.

Segundo a presidente: *“Yo soy la presidente desde el principio, pero hay espacio para nuevas líderes. Nunca nadie se ha presentado a la presidencia, pero al consejo rector ha siempre gente nueva”*.

Um dos incentivos à participação é o reconhecimento promovido pela realização de funções representativas. A “auxiliar A”, quando perguntada por que entrou para a direção da cooperativa, afirma: *“No sé porque, un poco por el objetivo. Me presenté y me eligieran, quedé muy feliz, pues no sabía que me conocían”*.

A presidente afirma que hoje a cooperativa está madura, pois passou por uma mudança de mentalidade e de acréscimo de profissionalismo. Para ela, ter pessoas sem as competências necessárias, e tendo que tomar decisões importantes, foi o que levou a cooperativa a erros estratégicos. Quando perguntada sobre quais seriam essas competências ela afirma:

(...) dotar la mente de ciertas estructuras que te hacen ver más allá.
 (...) La falta de eso ha hecho con que el consejo rector no vise cosas estratégicas, sin una visión global y a largo plazo.

Outro fator que contribui para o estabelecimento de uma *direção de quadros* é a existência de uma experiência assalariada no interior da própria cooperativa. Como as cooperadas são, inicialmente, assalariadas, não tendo acesso à participação societária, existe a tendência, no momento de tornarem-se sócias, à manutenção de passividade em relação às decisões da cooperativa.

7. OS EFEITOS DOS INDICADORES CONTINGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA NO GRUPO COOPERATIVO SSI

O estabelecimento da relação assalariada na cooperativa representa uma limitação no desenvolvimento da autonomia coletiva. Ao internalizar a relação de assalariamento, a cooperativa tende a legitimá-la.

Momentos de ruptura na trajetória ocupacional são importantes, a fim de estabelecer uma mudança valorativa nos sujeitos, constituir um “antes e um depois”. No entanto, essa descontinuidade não ocorre na cooperativa quando da passagem de assalariada para sócia.

A relação estabelecida entre a cooperativa e as trabalhadoras assalariadas é de patrão e empregada. Esse patrão é coletivo, decerto, mas isso não necessariamente altera os efeitos materiais e subjetivos deste modo de relacionamento.

No momento de tornar-se sócia, a cooperada terá iniciativa de participação ou manterá o comportamento passivo, que lhe era exigido anteriormente?

A tendência é que sua conduta em relação à cooperativa permaneça, dificultando, assim, o estabelecimento de uma participação ativa.

Quando da perda da licitação da prefeitura de Bilbao, um contingente importante de cooperadas teve de se retirar da SSI, se submetendo à relação assalariada em empresas não-cooperativas.

Algumas das cooperadas atuais continuam mantendo contato com as antigas colegas, conservando, em alguns casos, o relacionamento amigável que desenvolveram quando trabalhavam na mesma empresa.

Esse processo de troca de experiências entre as cooperadas atuais e as que se retiraram é identificado, nesta investigação, como um possível elemento catalisador de uma problematização da experiência assalariada.

Segundo a “auxiliar A”, a relação com os chefes nas outras empresas é mais hierarquizada, não havendo essa “familiaridade” que elas identificam na cooperativa: *“no te valorizan como una persona, son jefes”*.

Essa auxiliar nos conta como foi para suas antigas colegas a troca de empresas: *“Ellas [as antigas cooperadas] reclamaban y ahora echan de menos, tenemos beneficios que ellas no tienen”*. Esses benefícios se relacionam, sobretudo, à flexibilidade existente na cooperativa em relação às faltas e a problemas pessoais, à estabilidade das sócias e ao trato “familiar”.

O efeito desse processo comparativo é limitado às cooperadas mais antigas e às que ainda mantêm algum contato com as colegas que tiveram de retirar-se da cooperativa.

Considerando a internalização da relação assalariada, o estabelecimento de uma gestão de quadros e a dependência de recursos da prefeitura, pode-se afirmar que, neste caso, não há a instituição de experiências capazes de gerar uma problematização da relação assalariada. Não ocorrendo, assim, o desenvolvimento da autonomia coletiva na dimensão das experiências, tal como é definida neste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação buscou analisar o processo de desenvolvimento da autonomia coletiva em empreendimentos de economia solidária, entendendo este sob duas dimensões, a que se refere às práticas e a relacionada à experiência.

Neste sentido, a definição aqui utilizada para *autonomia coletiva* compreende não somente um conjunto de procedimentos e decisões tomadas pelo grupo enquanto coletivo, mas também, pela dimensão histórica de constituição desses sujeitos e deste coletivo pela experiência.

A fim de analisar este processo por meio de pesquisa empírica, estabeleceu-se enquanto indicadores contingentes: o processo de trabalho, a divisão dos ganhos, a relação com agentes externos, o processo decisório e o histórico ocupacional. Este último atuando transversalmente sob os demais.

Os indicadores contingentes são os elementos que influenciam - positiva ou negativamente - o desenvolvimento da autonomia coletiva, a saber, o estabelecimento de normas e procedimentos autogestionários (dimensão das práticas) e a constituição de uma problematização da relação assalariada, (dimensão da experiência).

A pesquisa apresentada refere-se a dois estudos de caso distintos em seu ambiente socioeconômico e histórico, na natureza do trabalho (indústria e serviços), na dimensão do empreendimento (número de trabalhadores e capital aportado), em relação à iniciativa de estabelecimento da cooperativa (a comunidade e a prefeitura), nos referenciais empíricos tomados como modelo (a cooperativa idealizada) e nas dificuldades apresentadas.

Essas diferenças, somadas às semelhanças - cooperativas predominantemente de mulheres com histórico ocupacional de precarização - permitiram o desenvolvimento de um estudo multidimensional em sua abordagem em cada realidade, possibilitando, assim, o acesso a problemáticas centrais ao estudo da economia solidária e sua capacidade em estabelecer um processo de desenvolvimento da autonomia coletiva.

No estudo de caso realizado na cooperativa UNIVENS, foi possível a identificação de um conjunto de decisões voltadas ao bem-estar laboral, mesmo que em detrimento de maiores ganhos. No entanto, essas decisões foram constituídas

num processo decisório, no qual os trabalhadores não superaram uma conduta passiva, fruto de sua experiência histórica de assalariamento. Essas decisões foram legitimadas dada uma concentração de prestígio na presidente, mesmo que os trabalhadores discordassem delas.

As causas identificadas para tal processo foram: uma divisão dos ganhos que não incentiva a participação, uma distribuição espacial da fábrica que afasta alguns trabalhadores do cotidiano cooperativo (espaço identificado como central para a participação), a inexistência de cursos de formação (sobretudo para os novos sócios) e as pressões sobre a produção (inclusive com a presença de compradores no espaço da fábrica). Sendo assim, é possível afirmar que este caso não foi capaz, até o momento, de engendrar uma problematização do assalariamento, capaz de reverter a passividade do trabalhador no espaço laboral internalizada durante sua experiência assalariada.

A pesquisa concretizada no Grupo Cooperativo Servicios Sociales Integrados permitiu um duplo processo: uma problematização deste caso e um estranhamento com os empreendimentos brasileiros estudados anteriormente.

No estudo da SSI, detectou-se uma dependência de recursos estatais que gera certa instabilidade e insegurança, sobretudo quando da troca de grupos políticos no poder. Decisões do governo municipal em relação à normativa do setor já representaram uma redução de mais da metade de sócias da cooperativa.

O distanciamento espacial e estrutural entre sócias e um grupo administrativo da cooperativa impõe empecilhos relevantes para a participação das trabalhadoras deste caso.

Foi identificada, também, a presença de uma internalização do assalariamento. O empreendimento, assim, ao contribuir para a não realização de um ponto de cisão entre a experiência heterogestionária e a autogestionária no histórico ocupacional do trabalhador, legitima a relação de assalariamento, não permitindo a sua problematização.

Enquanto a UNIVENS constitui-se como um empreendimento surgido do movimento comunitário, seguindo a tendência brasileira de pequenos empreendimentos com pouca infraestrutura e parca capitalização (MTE-SENAES, 2007), o Grupo Cooperativo SSI, por sua vez, segue um padrão de empreendimentos com grande número de sócios, moldados por um conjunto amplo de normas legais e de grande capitalização.

A relação com a comunidade é um elemento relevante de diferença entre os casos. A UNIVENS, por ter surgido dos vínculos comunitários, tem uma relação de mobilização comunitária e de auto-organização (a creche como exemplo). Já a SSI relaciona-se com a comunidade por meio dos serviços prestados, tendo seu contato mediado pelas instituições governamentais.

O aspecto de similitude entre os dois casos é presença de um modo de operação do poder por *gestão de quadros*. Na SSI, esta se concretiza por uma distância espacial e estrutural das trabalhadoras e da administração da cooperativa, instituindo assim um corpo de técnicos especialistas na gestão, cujas decisões, em geral, não são contestadas.

Na UNIVENS, a *gestão de quadros* é fundada na concentração de prestígio na presidente, produto e produtor de um comportamento pouco ativo do restante dos trabalhadores, obra, também, da não superação dos parâmetros para ação inculcados durante a experiência de assalariamento.

O estudo destes casos demonstra a necessidade de uma análise da economia solidária que vá além dos aspectos formais, investigando a constituição histórica dos procedimentos e normas e problematizando a capacidade destes em instituir uma contestação dos sujeitos a experiências heterogestionárias, pois, a constituição de empreendimentos solidários, entendidos somente enquanto um conjunto de normas e procedimentos, não permite a afirmação do antagonismo postulado nesse tipo de economia. Torna-se necessário o estudo dos valores afirmados nesses espaços e os mecanismos de sua construção, concordando, assim, com Thompson (1981) quando afirma que a luta de classes é também uma luta entre formas de apreender o mundo e valores distintos.

Sendo assim, como afirmado anteriormente, o desenvolvimento da autonomia coletiva é influenciado pela trajetória histórica dos sujeitos e do coletivo e pelos procedimentos e normas utilizadas. A seguir, serão apresentados aspectos identificados enquanto relevantes para o processo de afirmação da autonomia coletiva.

Como demonstrado pelos estudos de caso desta pesquisa, o empreendimento tende a possuir maior participação dos sujeitos quando esses participaram ativamente da formação da empresa. Os debates do período de fundação tendem a incorporar elementos estratégicos para a organização da cooperativa, sendo que as decisões tomadas neste processo tardam a ser revistas.

Além disso, a participação na fundação é relevante no sentido do desenvolvimento de um objetivo coletivo e de uma identidade dos trabalhadores com este.

A estabilidade econômica e o acúmulo de capital cumprem função proeminente na constituição das condições para a participação, isto se deve ao custo econômico gerado pelos procedimentos autogestionários.

A divisão dos ganhos por produção individual, existente na UNIVENS, não remunera as tarefas cotidianas de gestão e não permite a visualização das variações da produção coletiva por parte do trabalhador.

A contratação de trabalhadores assalariados, elemento presente na SSI, representa um empecilho importante no desenvolvimento da autonomia coletiva, pois legitima as relações assimétricas no âmbito laboral, dificultando uma problematização destas relações.

A existência de um plano de formação regular faz-se necessário, sobretudo para os novos sócios, a fim de permitir e incentivar uma participação cotidiana e qualificada dos sujeitos.

A criação de grupos de participação intermediários, assim como demonstra Dal Ri e Vieitez (2001), pode representar um meio para a participação dos sócios. Como exemplo concreto, há o conselho social existente na SSI, que possui relação direta com os trabalhadores e busca lidar com a possível contradição entre interesses coletivos e individuais no espaço da cooperativa.

No entanto, o estudo de caso da SSI evidenciou que a capacidade do conselho social em lidar com essa contradição é limitada, mostrando-se necessária a presença sindical. Antes de significar um elemento de incoerência com os postulados da economia solidária, a presença sindical é relevante, pois, por mais que os agentes do capital não sejam proprietários da cooperativa, os valores apreendidos pelos trabalhadores por meio da experiência e as pressões externas à cooperativa exercidas pelo capital, podem levar a um conflito entre interesses coletivos e individuais.

A instituição de uma problematização da relação assalariada, trazida aqui como parte elementar do processo de desenvolvimento da autonomia coletiva, possui vários fatores atuantes. Além da constituição de procedimentos que permitam e incentivem essa contestação, a aproximação com movimentos sociais (sobretudo comunitários e de classe) pode representar um catalisador desta reflexão por parte

do sujeito, pois permite a justaposição de sua situação atual com a de outros trabalhadores.

Por meio da utilização da noção de experiência, este estudo foi capaz de ir além dos elementos formais de constituição dos empreendimentos de economia solidária apontando para os fatores que influenciam na contestação da relação assalariada por parte do trabalhador, elemento necessário para a afirmação de um sujeito autogestionário.

Este estudo coloca como desafio para investigações futuras a necessidade de uma compreensão da economia solidária que vá além de aspectos normativos e de desejos pessoais do investigador, chegando às formas particulares e concretas deste tipo de economia e problematizando sua capacidade em engendrar experiências mobilizadoras e emancipatórias, elementos que não podem ser considerados como pressupostos.

Neste sentido, se fazem necessários novos estudos de caso que busquem compreender e publicizar diferentes processos históricos que levaram à afirmação de distintos arranjos organizacionais e seus efeitos sobre o desenvolvimento de maiores níveis de participação e de uma contestação da relação assalariada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 15.

ANDRADA, Cris Fernández. **Encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre a autogestão da UNIVENS**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho)**. São Paulo: Cortez, 1995a.

_____. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995b.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

ARRUDA, Marcos. *Socioeconomia Solidária*. In: CATTANI, Antonio David. (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003, p. 232-241.

BARFKNECHT, Kátia Salete e outros. **Saúde mental e economia solidária. Análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre**. Revista Psicologia & Sociedade; 18 (2): 57; mai./ago. 2006.

BENINIE E. G. BENINI E. A. FIGUEIREDO NETO L. F. **Economia Solidária nos Prismas Marxistas: Revolução ou mitigação**. *Anais: V Encontro Internacional de Economia Solidária*. São Paulo: NESOL. 2007.

CAMPOS, Ana Maria. **Decisão e Informação Gerencial**. EBAP/FGV, 1998.

CATTANI, Antônio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CATTANI, Antônio David. Autonomia-Emancipação Social. In CATTANI, Antonio David e HOLZMANN, Lorena. [Orgs.]. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CENTRAL, Única dos Trabalhadores. **Sindicalismo e economia solidária : reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999.

CHAVES, R. y MONZÓN, J. L. **La Economía Social en la Unión Europea**. Comité Económico y Social Europeo. 2006.

CONVENIO, Colectivo de Ayuda a Domicilio de Biskaia de 2009-2012. Disponível em: http://www.labsindikatua.org/sektoreak/administrazioa/asistentzia/ald/pdf_es/09 Acessos em 15/11/2009.

CORAGGIO, José Luis. **Ciudades sin Rumbo**. Quito : Ciudad, 1991.

_____. **Alternativas para Desenvolvimento Humano em um Mundo Globalizado.** Revista Proposta. Rio de Janeiro : FASE, n. 72, março-maio de 1997. p. 30-38.

_____. (org): **La Economía Social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas.** Colección de lecturas sobre Economía Social, Altamira, UNGS, Bs. As. 2007.

EL CORREO DIGITAL. **Las Inundaciones.** 2003. Disponível em: <http://servicios.elcorreodigital.com/especiales/inundaciones> . Acessos em 5/11/2009.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão.** Rio de Janeiro: Dp & a, 2001.

EUSTAT, Euskal Estatistika Erakundea. **Encuesta de Presupuestos de Tiempo.** Dados disponíveis em: http://www.eustat.es/elementos/ele0004400/ti_Tiempo_medio_por_participante_por_tipo_de_trabajo_domestico_dia_ysexo_CA_de_Euskadi_2003/tbl0004473_c.html Acesso em: 17/11/2009.

_____. **Evolución de las competencias lingüísticas de la población.** 2006 . Dados disponíveis em: http://www.eustat.es/elementos/ele0005200/ti_Evolucion_de_la_competencia_linguis_tica_de_la_poblacion_de_5_y_mas_a%C3%B1os_por_grupos_de_edad__1981_-_2006/tbl0005280_c.html Acesso em: 17/11/2009.

FAVREAU, L. (2003) **L'économie sociale et solidaire: pôle éthique de la mondialisation?** Economie Ethique No. 4, Paris, UNESCO, 2003, 91 p.

FERRARINI, Adriane Vieira. **Pobreza: a possibilidade de construção de políticas emancipatórias.** Tese de doutorado, UFRGS, IFCH, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de e LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária : uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FULBER, Viviane Guimarães. **Caminhos e descaminhos da gestão pelos trabalhadores: estudo de caso de uma cooperativa de produção de colchões e espumas da cidade de Gravataí/RS.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH, 2008.

GAIGER, Luiz Ignácio. **A Economia solidária diante do Modo de Produção Capitalista.** Publicado originalmente no site <http://www.ecosol.org.br>, 2002.

GAZZONA, Raquel da Silva. **Trabalho feminino na indústria do vestuário.** Educ. Soc., Campinas, v. 18, n. 61, Dez. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28/11/2009.

GERMER, C. M. **A economia solidária: uma crítica marxista**. Revista Outubro, São Paulo: Alameda, n. 14, p. 193-214, 2006.

GIANNOTTI, J. **Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos**. Estudos CEBRAP, São Paulo, 17: 161-168. 1976

GOBIERNO, Vasco. **Ley de cooperativas del País Vasco**. 24 de junho, 1993. Disponível em: http://www.juslan.ejgv.euskadi.net/r45-765/es/contenidos/informacion/5909/es_2297/adjuntos/NORMATIVA%20COOPERATIVAS/LEY%204-1993-COOPERATIVAS.pdf . Acessos em 16/11/2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GUERRA, Pablo A. **Socioeconomía de la Solidaridad**. Montevideo : Nordan Comunidad, 2002. 238 pgs.

GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

HADDAD, Fernando. Hay que ser solidário pero sin perder la combatividad jamás. In MELLO, Sylvia Láser de [Org.]. **Economia Solidária e Autogestão**. Encontros Internacionais. São Paulo: NESOL – USP, ITCP-USP, PW, 2005. Pg.22

HINDESS, Barry e HIRST, Paul. (1976) **Modos de Produção Pré-Capitalistas**. (Pre-Capitalists Modes of Production) Trad. de Alberto Oliva. Rio de Janeiro, Zahar Editores

HOBBSAWM, E. J. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In: **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HOLZMANN, Lorena . **Operários sem patrão. Gestão cooperativa e dilemas da democracia**. 1a.. ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2001.

INEM. **Demandantes de empleos parados registrados por âmbitos territoriales**. Dados disponíveis em: http://www.eustat.es/elementos/ele0000800/ti_Demandantes_de_empleo_parados_registrados_por_ambitos_territorialessexo_y_edad_y_sector_de_actividad_SISPE_X-2009/tbl0000854_c.html. Acesso em: 17/11/2009.

KRAYCHETTE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos Setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis : Vozes, 2000. P.91-141.

LAVILLE, J-L. e EME, B. Renovación y diversidad de la prácticas *in* Laville J-L. (comp): **Economía Social y Solidaria**. Una visión europea. pp. 35-50. Editorial Altamira. Argentina. 2004.

LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (56). São Paulo, outubro, 2004.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes – A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização**. Atual. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Artigo apresentado no Encontro Internacional de Economias Salesianas, Sevilha, 2005. Disponível em: http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redde_de_Colaboracao_Solidaria.pdf. Acessos em 17/11/2009.

MANGABEIRA, Wilma. **Os Dilemas do Novo Sindicalismo - Democracia e Política em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

MARQUES, Paulo Lisandro Amaral. **Trabalho Emancipado Empresas recuperadas pelos trabalhadores a experiência dos metalúrgicos gaúchos**. Tese de dissertação de mestrado, UFRGS, IFCH, 2006.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. In Textos. Vol. I. São Paulo: Edições Sociais. 1975.

_____. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte** in K. Marx e F. Engels. Textos. vol. III, São Paulo, Edições Sociais, 1976.

_____. **Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores**. In: Obras Escolhidas. Tomo II. Lisboa: Edições Avante. 1983.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1985.

_____. **O capital. Volume I**. In Coleção “Os economistas”. Editora Nova cultura, 1996.

MELUCCI, Alberto. **Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia**. México. El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, México, 1999.

MENDIGUREN, Juan Carlos Perez de, ETXARRI, Enekoitz Etxezarreta e ALDANONDO, Luis Guridi. **¿De qué hablamos cuando hablamos de Economía Social y Solidaria? Concepto y nociones afines**. Artigo apresentado nas XI Jornadas de Economía Crítica. Bilbao, 2008. Disponível em: http://www.ucm.es/info/ec/ecocri/cas/perez_etxezarreta_guridi.pdf . Acessos em: 16/11/2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas - 1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Ciência Educação, Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MTE-SENAES. **Atlas da Economia Solidária 2007**. Brasília: MTE. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp> .

NOVAES, H.T. **Qual autogestão?**. *Anais: I*. São Paulo: NESOL, 2007.

OFFE, Claus. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madrid, Editorial. Sistema, 1988.

OLIVEIRA, Gérson de Lima. **Autogestão e empoderamento: Um estudo de caso sobre a cooperativa UNIVENS**. Monografia, UFRGS, 2008.

PEGOTTO, Claudete. **Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista**. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acessos em 02/02/2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PINHO, D. B. O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro. 18 ed. São Paulo: CNPq, 1982.

RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização popular *in* GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **El Factor "C"**. Santiago/Chile: campus virtual de la Economía solidária , 1997a. Disponível em: <http://www.economiasolidaria.net> .

_____. **O papel central do trabalho e a Economia de Solidariedade**. Proposta, 75: 91-99, dezembro/fevereiro de 1997b.

_____. La Economía de la Solidaridad: concepto, realidad y proyecto *in* Coraggio, J.L. (org): **La Economía Social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas**. Colección de lecturas sobre Economía Social, Altamira, UNGS, Bs. As. 2007.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo** . São Paulo: Brasiliense, 1989. p.10 .

SANTOS, A. M. . **UNIVENS - Nove anos de história concretizando uma outra economia**. In: Rilles. (Org.). Experiencias de Economía Social y solidaria en Argentina e Brasil: trabajos ganadores del primer concurso RILLESS para investigadores jóvenes. 1 ed. Buenos Aires: elaleph.com, 2006, v. 1, p. 117-149 .

SANTOS, António Bob. **Necessidade de uma economia solidária: A visão de Karl Polanyi sobre os mercados**, 2004. Acesso em 28/10/2009, Disponível em: <http://129.3.20.41/eps/dev/papers/0402/0402004.pdf> .

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHEDLER, Andréas. **Mapeando a Contingência**. Revista de Sociologia da Técnica. Vol.1, nº 2, 2003.

SERVICIOS, Sociais Integrados. **Curriculum SSI**. Material coletado em campo. 2009a.

_____. **Presentación del grupo**. Material coletado em campo. 2009b.

_____. **La formación como medio de crecimiento profesional y personal**. Material coletado em campo. 2009c.

SILVA, Marcelo Kunrath e OLIVEIRA, Gérson de Lima. **Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 59-67 jan./jun. 2009.

SINGER, Paul e SOUZA, André R.: **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, 1ª Ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPERONI, Thales. **Economia solidária e gestão democrática no RS: um estudo introdutório**. Trabalho apresentado no Salão de Iniciação Científica – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. São Paulo : Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1987.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, Orlando. (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da USP, 1995.

TOURAINE, Alain. Os Movimentos Sociais in TOURAINE, Alain. **Iguais e Diferentes: poderemos viver juntos?** Lisboa: Instituto Piaget (pp. 127-172), 1998.

WEBER, Max. Classe, estamento e partido *in* **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1982.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Contribuição à crítica da 'economia solidária'**. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2008 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100010&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 10/11/2009.

WILLIS, P. (1981), **Aprendiendo a trabajar. Cómo los chicos de clase obrera consiguen trabajos de clase obrera**. Madri, Akal (1 ed. 1977).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado na Cooperativa UNIVENS

Questionário nº ____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

“O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA COLETIVA EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA”

Pesquisador: Thales Speroni

1) Nome: _____

2) Idade: ____

3) Endereço: _____ Bairro: _____

4) Cidade: _____

5) Qual sua escolaridade?

- Nunca fui à Escola.
- Até a 4ª série do Ensino Fundamental.
- Da 5ª até a 8ª série do Ensino Fundamental.
- Ensino Médio incompleto.
- Ensino Médio completo.
- Ensino Superior incompleto.
- Ensino Superior completo.

6) Você possui alguma formação técnica e/ou cooperativista?

7) Há quanto tempo está na UNIVENS:

- A menos de 1 ano.
- De 1 a 3 anos.
- De 4 a 6 anos.
- A mais de 7 anos.
- Desde a fundação da cooperativa.

8) Setor:

- Corte.
- Costura.
- Serigrafia.

9) Ocupa algum cargo administrativo?

- Não.
- Sim, qual? _____

10) Já ocupou algum/outro(s) cargo(s) administrativo(s)?

- Não.
- Sim, quais? _____

11) Você faz trabalho da cooperativa em casa?

- Não.
- Sim, quanto tempo em média você trabalha em casa por dia? _____ hs.

12) Quanto você ganha por mês com seu trabalho na UNIVENS (em média)?

R\$ _____

13) O que você ganha na UNIVENS é muito importante para as despesas da família?

- Sim, pois sou a única responsável pelas despesas.
- Sim, pois compartilho as despesas com outra(s) pessoas(s).
- Não, pois não sou responsável pelo pagamento das despesas da família.
- Não, pois o que recebo é insuficiente para ajudar no pagamento das despesas.

14) Possui alguma experiência de trabalho anterior à UNIVENS?

- Não.
 - Sim, em qual ramo de atividade? Possuía carteira assinada? _____
-

15) Em sua opinião, o trabalho na UNIVENS é diferente do que é em uma empresa comum?

- Não.
 Sim, quais as diferenças?

16) Se você pudesse entrar em uma empresa com carteira assinada, recebendo o mesmo que na UNIVENS, você aceitaria?

- Sim.
 Não.

Por quê? _____

17) De 1 a 5, como você considera seu grau de informação (marque com "X"):

Graus de informação	1	2	3	4	5
Sobre as questões financeiras da UNIVENS					
Sobre como é realizado o trabalho nos outros setores					
Sobre a relação da UNIVENS com organizações externas					

18) Você participa das assembleias da Cooperativa?

- Sim, estou presente em todas as assembleias.
 Sim, estou presente na maioria das assembleias.
 Sim, mas somente quando o assunto a ser discutido é importante.
 Não participo das assembleias.

Por quê?

19) Tem o costume de expressar a sua opinião durante as assembléias?

Sim, sempre.

Sim, mas somente quando o assunto é importante.

Não, por quê? _____

20) Quais os aspectos na UNIVENS você considera positivos? (cite pelo menos dois):

21) Quais os aspectos na UNIVENS você considera negativos? (cite pelo menos dois):

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista UNIVENS

1. Apresentação do objetivo da pesquisa e a justificativa do interesse pela UNIVENS.
2. Ambiente familiar e formação:
 - a. Família:
 - i. Lugar que o cooperado viveu durante a infância e juventude;
 - ii. Profissões dos pais;
 - iii. Contribuições da família para a formação profissional;
 - iv. O aprendizado do trabalho realizado na cooperativa;
 - v. A opinião passada e atual dos familiares sobre a cooperativa;
 - vi. A avaliação do cooperado sobre o futuro profissional dos seus filhos (se houver).
 - b. Formação geral e técnica:
 - i. Qual (is) e lugar (es) onde foi (foram) realizada (s);
 - ii. Importância desta para as atividades na cooperativa;
 - iii. Elementos da formação que foram mais significativos;
 - iv. A formação técnica sua importância e o apoio da cooperativa.
3. O primeiro emprego:
 - a. Local, tipo de empresa e função desempenhada;
 - b. Duração;
 - c. Avaliação do cooperado;
 - d. Lembranças mais significativas;
4. Os próximos empregos:
 - a. Duração média;
 - b. Tipo de empresa e funções desempenhadas;
 - c. Avaliação do cooperado;
 - d. Contribuição da formação técnica e geral;
 - e. Participação juntamente com o sindicato;
 - f. Avaliação da produtividade dessas empresas em comparação com a cooperativa;
5. A entrada na cooperativa:
 - a. Elementos que levaram a entrada do cooperado na cooperativa;

- b. Principais sensações no início das atividades;
 - c. Aspectos distintivos do trabalho da cooperativa e os anteriores;
 - d. Elementos dos empregos anteriores que fazem falta na cooperativa;
 - e. A avaliação do cooperado sobre os direitos existentes nos empregos anteriores ausentes na cooperativa;
 - f. A possibilidade de voltar para um dos antigos empregos.
6. A cooperativa:
- a. Avaliação do cooperado sobre as atividades da cooperativa:
 - i. Aspectos que podem melhorar e forma de isso se efetivar;
 - ii. Aspectos positivos.
 - b. Participação:
 - i. Avaliação do cooperado da participação do grupo nas decisões da cooperativa;
 - ii. Formas de participação do grupo nas decisões;
 - iii. Acesso às questões administrativas;
 - iv. A participação nas assembléias;
 - v. O resultado das assembléias;
 - vi. Avaliação da importância do papel cumprido pelo cooperado na cooperativa;
 - vii. Participação do cooperado e defesa de suas posições;
 - viii. A diferença de importância entre os sócio-fundadores e os sócios novos;
 - ix. Avaliação do cumprimento de cargos administrativos por parte do cooperado;
 - x. A importância da atual presidente e o debate sobre a rotatividade dos cargos administrativos;
 - c. Agentes de apoio:
 - i. Quais foram?
 - ii. Como se deu o apoio?
 - iii. Os resultados.
 - d. Cotidiano e Economia “doméstica”:
 - i. A importância da renda auferida na cooperativa para as finanças do lar;
 - ii. A forma como os rendimentos são utilizados;

- iii. As tarefas cumpridas na casa;
 - iv. A rotina diária;
 - v. As formas como organiza o trabalho atualmente e que o fez anteriormente;
- e. Trabalho e remuneração:
- i. A forma da divisão das sobras e a avaliação desta pelo cooperado;
 - ii. A forma da divisão das retiradas e a avaliação desta pelo cooperado;
 - iii. Avaliação do cooperado sobre a quantidade e intensidade do trabalho na cooperativa e a comparação do trabalho na cooperativa e os empregos anteriores;
 - iv. Possíveis modificações na forma de trabalhar;
 - v. Opinião do cooperado sobre a existência ou ausência da solidariedade na cooperativa;
 - vi. Entendimento sobre o que seria a economia solidária;
 - vii. Elementos nos produtos produzidos que os fazem vender;
- f. Movimento Social:
- i. Compreensão sobre o que seria um movimento social;
 - ii. Participação do cooperado em algum movimento social;
 - iii. Avaliação se a cooperativa seria um movimento social.

7. Encerramento

APÉNDICE C – Roteiro de entrevista SSI

1. Presentación del objetivo de la investigación y justificativa del interés por el SSI.
2. El proceso de fundación de la cooperativa – histórico:
 - a. El ambiente de fundación (papel cumplido por la entrevistada);
 - b. Quien fueran los agentes y como se concretizó la participación de ellos;
 - c. Quien dio el apoyo;
 - d. Los objetivos iniciales.
3. Situación actual:
 - a. Objetivos iniciales vs objetivos concretizados;
 - b. Forma de tomada de decisiones (forma/grado de participación (el papel de la asamblea, grados de participación, cambio de presidenta, centralización de informaciones);
 - c. Objetivos a medio plazo y a largo plazo (Problemas e meritos identificados);
4. Organización del trabajo:
 - a. El trayecto de la socia en la cooperativa hasta llegar a función de coordinadora;
 - b. Las coordinadoras:
 - i. Función cumplida;
 - ii. El día a día del trabajo;
 - iii. Relación con trabajadoras;
 - iv. La trabajadora esperada;
5. Ambiente familiar e formación:
 - a. La formación y el papel para desenvolvimiento de las actividades;
 - b. La familia y el trabajo;
6. La experiencia profesional:
 - a. Los empleos anteriores:
 - i. Tipos de empresa;
 - ii. Función desarrollada;
 - iii. Duración de contrato;
 - iv. Opinión sobre los empleos anteriores;

- v. Participación sindical;
 - vi. Elementos más significativos de los empleos anteriores;
 - vii. Diferencias entre el trabajo en la cooperativa y en otras empresas;
7. Economía doméstica (Uso del dinero de la renta de la cooperativa).
8. Movimiento social:
- a. concepción de movimiento social;
 - b. relación de la cooperativa con los movimientos sociales.
9. Cierre.